



 **UFU** Universidade
Federal de
Uberlândia

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018


REITORIA
UFU



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício 2018

Relatório de Gestão do exercício de 2018 apresentado aos órgãos de controle como parte da prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU 63/2010, com as alterações trazidas na IN TCU 72/2013, da Decisão Normativa TCU 170/2018, DN TCU 172/2018 e da Portaria-TCU 369/2018.

Unidade Jurisdicionada: Universidade Federal de Uberlândia

UG: 154043 – Universidade Federal de Uberlândia – UFU

UG: 150233 – Hospital de Clínicas de Uberlândia – HCU

Uberlândia, 31 de março de 2019





LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação

PROPP – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

PROAE – Pró-Reitoria de Assistência Estudantil

PROEXC – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

PROPLAD – Pró-Reitoria de Planejamento e Administração

PROGEP – Pró-Reitoria de Gestão e Pessoas

PROGE – Procuradoria Geral Federal junto à UFU

PREFE – Prefeitura Universitária

AUDIT – Auditoria Geral

CEPAE – Centro de Ensino, Pesquisa, Extensão e Atendimento em Educação Especial

COPSIA – Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito Administrativo

COREMU – Coordenação do Programa de Residência Multiprofissional

CTI – Centro de Tecnologia da Informação

DIRCO – Diretoria de Comunicação Social

DRII – Diretoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais

ESEBA – Escola de Educação Básica

ESTES – Escola Técnica de Saúde

FAEPU – Fundação de Assistência, Estudo e Pesquisa de Uberlândia

FAU – Fundação de Apoio Universitário

FUNDAP – Fundação de Desenvolvimento Agropecuário

GABIR – Gabinete do Reitor

HCU – Hospital de Clínicas de Uberlândia

RTU – Fundação Rádio e Televisão Educativa de Uberlândia

SEI – Sistema Eletrônico de Informações

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão

SISBI – Sistemas de Bibliotecas

SIORG – Sistema de Informações Organizacionais

SPIUnet – Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TCU – Tribunal de Contas da União



Sumário

Bem-vindos ao Relatório de Gestão da Universidade Federal de Uberlândia – Ano 2018.

O objetivo deste relatório é apresentar para a comunidade o que faz a Universidade Federal de Uberlândia e como o recurso público é utilizado para que a UFU cumpra a sua missão de promover o ensino, a pesquisa e a extensão, a disseminação das

ciências, das tecnologias, das inovações, da cultura e da arte, formando cidadãos críticos e comprometidos com a ética, a democracia e a transformação social.

As informações apresentadas são referentes ao ano de 2018 e foram aprovadas pelo Conselho Diretor desta Universidade. O Relatório de Gestão da UFU está estruturado da seguinte forma:

Mensagem do Reitor 5-6

1. Visão geral organizacional e ambiente externo 7-11

2. Planejamento estratégico e governança 12-18

3. Gestão de riscos e controles internos 19-20

4. Resultados da gestão 21-52

5. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão 53-82

6. Demonstração Contábil 83-126

7. Outras informações relevantes 127-147

Declaração de integridade do Relato Integrado 148

Glossário 149-151





Mensagem do Reitor

É com satisfação que apresentamos o Relatório de Gestão 2018 da Universidade Federal de Uberlândia, envolvendo também a consolidação de contas de seu Hospital de Clínicas. O presente documento foi elaborado segundo as instruções da Decisão Normativa TCU 170/2018 e demais orientações pertinentes.

Em 2018, a Universidade Federal de Uberlândia comemorou 40 anos de sua federalização, aprovada em 24 de maio de 1978 por meio da Lei nº 6.532. Tal data representou um marco significativo na história dessa jovem instituição universitária do país, principalmente devido ao crescimento, ao longo desse período, de sua inserção social na região do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Sudoeste de Goiás e Norte de São Paulo, no que se refere à formação de recursos humanos qualificados, saúde pública, desenvolvi-

mento científico e tecnológico, arte e cultura.

Ao longo desse ano, graças à participação efetiva de toda a comunidade universitária da UFU, as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão experimentaram visíveis melhorias, mantendo sempre os padrões institucionais de excelência acadêmica e relevância social que caracterizam esta Instituição. Reconhecemos e agradecemos a todos, principalmente às Unidades Acadêmicas, Unidades Especiais de Ensino e Unidades Administrativas, pelo esforço, trabalho e compreensão, o que nos tem permitido vencer de forma serena os constantes desafios impostos à Instituição.

A UFU possui quatro *campi* em Uberlândia, a saber, Educação Física, Santa Mônica, Umuarama e Glória, e mais três *campi* fora de sede, Pontal, Monte Carmelo e Patos de Minas.



Em 2018, o *Campus* Glória iniciou seu efetivo funcionamento com a migração de duas Unidades Acadêmicas antes situadas no *Campus* Umuarama: Faculdade de Medicina Veterinária (FAMEV) e Instituto de Ciências Agrárias (ICIAG), envolvendo a transferência de quase uma centena de turmas dos cursos de graduação e pós-graduação (Cursos de graduação em Agronomia, Engenharia Ambiental, Medicina Veterinária e Zootecnia e os Programas de Pós-graduação em Agronomia, Medicina Veterinária e Qualidade Ambiental), além da transferência de gabinetes de docentes, espaços administrativos, Biblioteca e Restaurante Universitário, todas atividades devidamente suportadas pelos serviços logísticos e de internet *wireless*.

Também em 2018, o *Campus* Monte Carmelo inaugurou o espaço 1BMC, segundo bloco do *campus*, com o desenvolvimento da maior parte de suas atividades em instalações pertencentes à instituição. Além disso, a pavimentação do acesso ao *campus* Monte Carmelo teve início em 2018 e está quase concluída. Por outro lado, neste mesmo *campus*, os cursos criados mais recentemen-

te (Geologia e Engenharia Florestal) não foram contemplados com a totalidade de vagas que foram pactuadas oportunamente, aspecto que causa preocupação.

Ainda nesse ano, a UFU reiniciou as obras do *Campus* Patos de Minas, que é o único da instituição que ainda opera em prédios provisórios cedidos pela respectiva Prefeitura Municipal, além de outros em locação. A conclusão do primeiro prédio desse *campus* constitui-se no principal desafio da instituição no que diz respeito a investimentos em obras, principalmente quando se considera o ambiente macroeconômico do país de severa restrição fiscal.

Nesse sentido, um dos prédios do *Campus* Pontal, em fase adiantada de construção, precisa também de novos investimentos que permitam sua conclusão. Trata-se de uma edificação que abrigará vários laboratórios, além de outras instalações.

Ressalta-se também que, para 2019 e anos subsequentes, persistem os desafios de continuidade e de consolidação de obras já iniciadas nos *campi* Glória em Uberlândia, Pontal em Ituiutaba e mesmo de um segundo prédio no *Campus* Monte Carmelo.

Outro desafio persistente está relacionado à área de Tecnologia da Informação, aí envolvendo grande carência de pessoal especializado, além da atualização de muitos equipamentos. A rápida informatização e as demandas crescentes do setor carecem de recursos compatíveis.

A aprovação do projeto de internacionalização PRINT-UFU ocorrida em 2018 abre novas oportunidades para a instituição, especialmente no campo da pesquisa e da pós-graduação.

Finalmente, no início de 2018, o Conselho Universitário (CONSUN) da UFU aprovou a adesão de seu Hospital de Clínicas, um dos maiores do Brasil, à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), como forma de atender às diversas recomendações dos órgãos de controle no que diz respeito à contratação de pessoal e maior eficiência na gestão de compras de insumos e serviços hospitalares. Tal processo de adesão está em sua fase inicial e precisa ser intensificado em 2019 e nos anos posteriores para o bom funcionamento de toda a instituição.

—VALDER STEFFEN JUNIOR

1



Visão geral organizacional e ambiente externo

A Universidade Federal de Uberlândia é uma fundação pública de educação superior, integrante da Administração Federal Indireta e vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Autorizada a funcionar como Universidade de Uberlândia, pelo Decreto-Lei nº 762/1969, tornou-se Universidade Federal de Uberlândia (UFU) com a Lei nº 6.532/1978, completando seus 40 anos em 2018. A UFU

conta com autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Sua organização e funcionamento são regidos pela legislação federal, por seu [Estatuto](#) e [Regimento Geral](#) e por normas complementares.

Com sede em Uberlândia-MG, a UFU expandiu sua atuação para outras 03 cidades da região, totalizando 07 *campi* universitários assim distribuídos:

- **UBERLÂNDIA:**

Campi Santa Mônica, Umuarama, Educação Física e Glória

- **ITUIUTABA:**

Campus Pontal

- **MONTE CARMELO:**

Campus Monte Carmelo

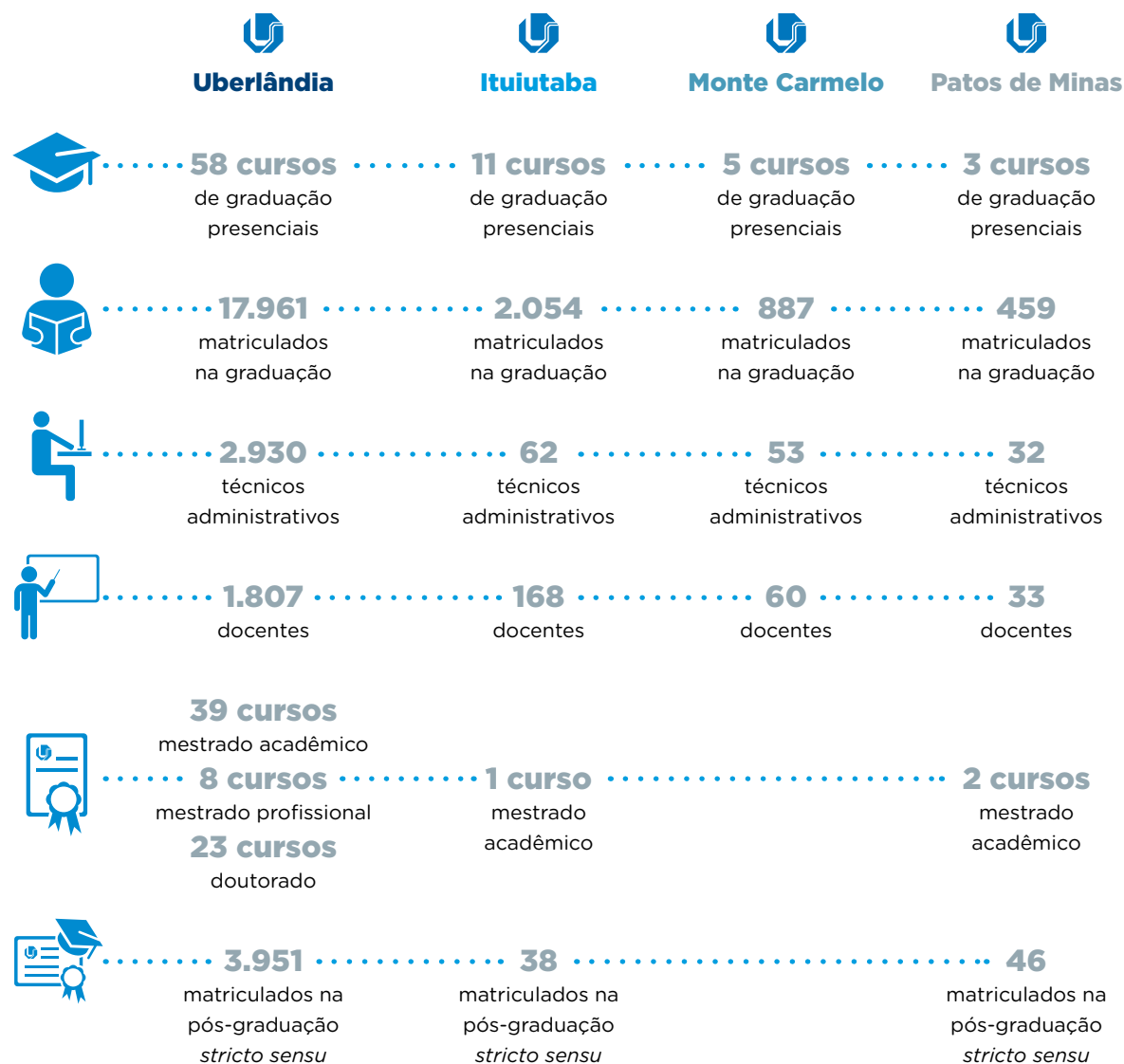
- **PATOS DE MINAS:**

Campus Patos de Minas





Conheça os principais números da UFU nas 4 cidades



MISSÃO:

Desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão de forma integrada, realizando a função de produzir e disseminar as ciências, as tecnologias, as inovações, as culturas e as artes, e de formar cidadãos críticos e comprometidos com a ética, a democracia e a transformação social.

VISÃO:

Ser referência regional, nacional e internacional de Universidade pública na promoção do ensino, da pesquisa e da extensão em todos os *campi*, comprometida com a garantia dos Direitos Fundamentais e com o desenvolvimento regional integrado, social e ambientalmente sustentável.

A UFU oferece como principais serviços o ensino gratuito, por meio dos cursos de graduação, pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), educação básica e educação profissional e tecnológica, além de pós-graduação *lato sensu* (especializações); desenvolve também pesquisas de qualidade



e diversas atividades de extensão, que é a efetiva interação da Universidade com a sociedade. Destacam-se os serviços assistenciais prestados na área da saúde pelo [Hospital de Clínicas de Uberlândia](#) (HC-UFU), que, além de sua função na formação dos profissionais da área, exerce um papel essencial no Sistema Único de Saúde (SUS), sendo referência em Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar para a região do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Pontal, Sudoeste de Goiás, dentre outras.

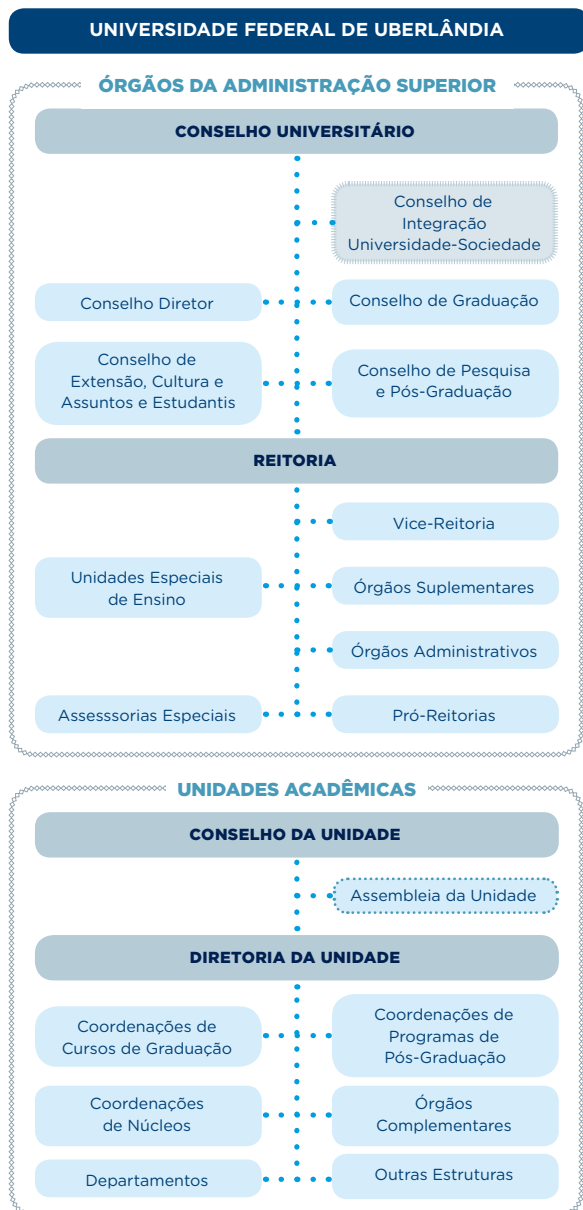
Acima apresentamos a cadeia de valor, as principais atividades e produtos da instituição.

Enquanto um sistema aberto e dinâmico, a instituição apresenta *inputs* (entradas primárias e permanentes), processamento (protocolos específicos de ensino, pesquisa e extensão) e *outputs* (saídas, que são o resultado dos processos de ensino, da pesquisa e da extensão).

Nesse sentido, os processos diretamente relacionados à missão são denomina-

dos finalísticos, ou seja, aqueles que ocorrem nas salas de aula, nos laboratórios de ensino e de pesquisa, nas bibliotecas e nas atividades de extensão. Por sua vez, são denominados processos de apoio aqueles que objetivam viabilizar e facilitar os processos finalísticos que ocorrem nos restaurantes universitários, nas moradias estudantis, nas áreas administrativas, dentre outros.

Para cumprir a missão e a visão, bem como para atingir seus objetivos e resultados estabelecidos (cadeia de valor), a Uni-



versidade conta com uma estrutura organizacional, prevista em Regimento Geral e consolidada pela [Resolução 01/2012](#) do Conselho Universitário (CONSUN).

- **Conselho Universitário (CONSUN):** órgão máximo de função normativa, deliberativa e de planejamento, responsável por traçar a política universitária que orienta a UFU em todas as suas ações.
- **Reitoria:** órgão executivo central que administra, coordena, fiscaliza e superintende as atividades da UFU.
- **Unidades Acadêmicas:** órgão básico

da UFU, devendo possuir organização, estrutura e meios necessários para desempenhar, no seu nível, todas as atividades e exercer todas as funções essenciais ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão.

Para representar a Universidade e conduzir a gestão das atividades de ensino, pesquisa, extensão e de administração, a UFU conta com uma equipe de gestores que compõem a sua alta administração, apresentada na página seguinte.

Apresentadas a missão e a visão institucional, o modelo de negócio e sua estrutura

Conheça o detalhamento das principais unidades organizacionais da UFU no nosso Portal: <http://www.ufu.br/unidades-organizacionais>





Gestores



Clésio Lourenço Xavier

Chefe de Gabinete

Professor do Magistério Superior no Instituto de Economia e Relações Internacionais
Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas



Elaine Saraiva Calderari

Pró-Reitora de Assistência Estudantil

Arquiteta-Urbanista
Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo



Valder Steffen Junior

Reitor

Professor do Magistério Superior na Faculdade de Engenharia Mecânica
Doutor em Mecânica Não Linear e Cronometria pela Universidade de Franche-Comté/França



Armindo Quillici Neto

Pró-Reitor de Graduação

Professor do Magistério Superior no Instituto de Ciências Humanas
Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas



Helder Eterno da Silveira

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Professor do Magistério Superior no Instituto de Química
Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas



Orlando Cesar Mantese

Vice-Reitor

Professor do Magistério Superior na Faculdade de Medicina
Doutor em Pediatria e Ciências Aplicadas à Pediatria pela Universidade Federal de São Paulo



Carlos Henrique de Carvalho

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Professor do Magistério Superior na Faculdade de Educação
Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo



João Jorge Ribeiro Damasceno

Prefeito Universitário

Professor do Magistério Superior na Faculdade de Engenharia Química
Doutor em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro



Darizon Alves de Andrade

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

Professor do Magistério Superior na Faculdade de Engenharia Elétrica
Doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade de Leeds/Inglaterra



Márcio Magno Costa

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Professor do Magistério Superior na Faculdade de Odontologia
Doutor em Odontologia pela Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto

ra organizacional, torna-se relevante relatar algumas dificuldades apresentadas no ano de 2018 que impactaram diretamente no desempenho da instituição para cumprimento de sua missão e objetivos propostos.

O ano de 2018 foi novamente de incertezas com relação ao cenário econômico, além das dificuldades relacionadas ao crescimento econômico lento; soma-se ainda a esse cenário as eleições presidenciais.

Conforme dados da Secretaria do Tesouro Nacional, as contas públicas em 2018 registraram novamente déficit e uma piora com relação ao ano de 2017. Apesar da expansão

do PIB, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a recuperação econômica acontece em ritmo lento.

O chamado “Novo Regime Fiscal” que limitou os Gastos Públicos por meio da Emenda Constitucional Nº 95 – ou seja, a partir de 2018, os gastos federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – refletiu em contingenciamentos decretados no período de execução orçamentária; por essa razão, diversos ajustes tornaram-se necessários para que a execu-

ção se enquadrasse nas limitações impostas.

Com esse cenário, novamente a percepção das Unidades decisórias da UFU em seus diferentes níveis foi a de que seria necessário retrain a expansão prevista e centrar-se nas ações já existentes. As restrições de orçamento tem impactado significativamente na conclusão do projeto de expansão da universidade, bem como na renovação do parque de informática e equipamentos de laboratório, uma vez que, a partir de 2018, os recursos para investimentos foram significativamente reduzidos, comprometendo o planejamento previsto no PIDE 2016-2021. 

2

Planejamento Estratégico e Governança

Planejamento Estratégico é elaborado de forma conjunta pela instituição e validado pelos Conselhos Superiores. O atual planejamento da Universidade está representado no seu Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão ([PIDE UFU 2016-2021](#)).

A descrição sintética dos objetivos da UFU encontra-se no seu Mapa Estratégico, que evidencia as diretrizes e suas relações com cada etapa delineada na visão sistêmica da Universidade (*inputs* => processos => *outputs*).

O Mapa Estratégico é um facilitador do desdobramento das [metas](#) do PIDE. Tais metas visam efetivar as diretrizes estratégicas, considerando medidas objetivas sob o ponto de vista físico, cronológico e monetário.

Com a finalidade de ampliar a visão estratégica, a estrutura de governança auxilia

na gestão de riscos e controles internos e contribui no acompanhamento dos indicadores de desempenho buscando alcançar melhores resultados.

No setor público, a governança compreende os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

A estrutura de governança da UFU é representada pelos órgãos da administração superior que estão elencados na Resolução nº 01/2012, do Conselho Universitário. Apresentamos, na página seguinte, uma síntese da atribuição de cada um destes órgãos.

Na condução das atividades relacionadas à governança da instituição, ressalta-se





MAPA ESTRATÉGICO — UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA — 2016-2021



MISSÃO: Desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão de forma integrada, realizando a função de produzir e disseminar as ciências, as tecnologias, as inovações, as culturas e as artes, e de formar cidadãos críticos e comprometidos com a ética, a democracia e a transformação social.

VISÃO: Ser referência regional, nacional e internacional de Universidade pública na promoção do ensino, da pesquisa e da extensão em todos os *campi*, comprometida com a garantia dos Direitos Fundamentais e com o desenvolvimento regional integrado, social e ambientalmente sustentável.

ENSINO

1. Formar MAIS e MELHOR em todas os níveis de ENSINO sob nossa responsabilidade

PESQUISA

2. Contribuir MAIS, com MELHORES resultados de nossa PESQUISA, para a transformação do ambiente global que nos envolve

EXTENSÃO

3. Integrar MAIS e MELHOR a nossa Universidade com a Comunidade via ações de EXTENSÃO



SOCIEDADE

4. Ampliar nossa participação, de forma propositiva, no estabelecimento de políticas públicas e de outras formas de intervenção no ambiente que nos cerca

5. Fortalecer o processo de internacionalização e de interinstitucionalização da UFU no ensino, na pesquisa e na extensão, favorecendo sua inserção no rol de universidades reconhecidas mundialmente.

FINALÍSTICOS

6. Aprimorar e criar mecanismos voltados para a adequada gestão de currículos e para o desenvolvimento pleno dos processos de ensino-aprendizagem

7. Aprimorar e criar mecanismos para o desenvolvimento pleno das atividades de Pesquisa e Inovação

8. Aprimorar e criar mecanismos para o desenvolvimento pleno das atividades de Extensão, Culturas e Artes

9. Fortalecer e ampliar a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão



PROCESSOS

APOIO

10. Aprimorar e criar mecanismos voltados para o planejamento, a execução plena e o controle contínuo dos processos administrativos, logísticos, de serviços, obras e de sustentabilidade social e ambiental.

11. Desenvolver parcerias e formas alternativas de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão

12. Promover a Assistência Estudantil para garantir o exercício pleno do direito à educação

13. Fortalecer a comunicação e ampliar a visibilidade das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão

PESSOAS

14. Valorizar o servidor, humanizar suas condições de trabalho e promover seu desenvolvimento profissional.

15. Desenvolver ações de recomposição, de ampliação, de dimensionamento e de reorganização do quadro permanente de pessoal e de gestão do quadro terceirizado

TI

16. Aprimorar e desenvolver ferramentas institucionais para a obtenção e tratamento dos dados, e a geração de informações úteis

ESPAÇO FÍSICO

17. Ampliar, otimizar a ocupação e a gestão do espaço físico e infraestrutura em consonância aos Planos Diretores.

ORÇAMENTO

18. Aprimorar os processos de captação e de gestão de recursos financeiros, alinhando-os à melhoria dos indicadores de desempenho institucionais



PESSOAS,
ORGANIZAÇÃO E
INFRAESTRUTURA

Fonte: PIDE 2016-2021

Órgão	Atribuições e Composição
Conselho Universitário (CONSUN)	Órgão máximo de função normativa, deliberativa e de planejamento da UFU. Conselheiros
Conselho Diretor (CONDIR)	Órgão consultivo e deliberativo da UFU em matéria administrativa, orçamentária, financeira, de recursos humanos e materiais. Conselheiros
Conselho de Graduação (CONGRAD)	Órgão consultivo e deliberativo da UFU em matéria de graduação. Conselheiros
Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (CONPEP)	Órgão consultivo e deliberativo da UFU em matéria de pesquisa e pós-graduação. Conselheiros
Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (CONSEX)	Órgão consultivo e deliberativo da UFU em matéria de extensão, cultura e assuntos estudantis. Conselheiros
Reitoria	Órgão executivo central que administra, coordena, fiscaliza e superintende as atividades da UFU. Reitor

Fonte: Comitê de Governança, Gestão de Riscos, Controles e Integridade

o papel do Comitê de Governança, Gestão de Riscos, Controles e Integridade, que, apoiado por uma Comissão de Assessoria, atua na gestão dessa temática na Universidade. Podemos destacar, como parte do trabalho realizado pelo Comitê, a aprovação, em 2017, da [Política de Gestão de Riscos da Universidade](#), revisada em 2018, e também a aprovação do [Plano de Integridade da UFU](#).

Além do referido Comitê, a Universidade conta com outras unidades internas que atuam para promover a governança, gestão de riscos, controles e integridade na Instituição:



Auditoria Geral
Comissão de Ética
Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito Administrativo
Gabinete do Reitor
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
Serviço de Informação ao Cidadão
Ouvidoria Geral

• **Auditoria Geral (AUDIT):** promove o controle preventivo e corretivo, a fiscalização e a orientação quanto aos atos e fatos administrativos em assuntos contábeis, orçamentários, financeiros, patrimoniais e de pessoal. Dos resultados obtidos por meio da atuação da AUDIT, destaca-se a conclusão dos trabalhos relativos à transparência nos relacionamentos da UFPA com as fundações de apoio. O Relatório de Auditoria nº 004/2017, dentre outras recomendações, sugere a normatização dos “controles internos, disciplinando os projetos que têm a participação direta dos docentes com os órgãos fomentadores, que, além de prestarem contas a estes órgãos, deverão ser dis-

ponibilizadas no site da FAU (Fundação de Apoio Universitário), com acompanhamento da PROPP, Faculdades e Institutos”. Igualmente foi recomendado o “monitoramento ao Portal de transparência da FAU,

para que funcione sistematicamente para cumprimento dos preceitos da Transparência”. A implementação dessas e das demais recomendações pode ser acompanhada no quadro a seguir.

Resultados dos Trabalhos de 2018

Relatório	Recomendações			
	Totais	Implementadas	Em implementação	Não implementadas
01/2017	15	3	12	0
02/2017	24	3	21	0
03/2017	2	1	1	0
04/2017	67	0	67	0
01/2018	41	2	34	5
TOTAL	149	9	135	5

Fonte: AUDIT

• **Comissão de Ética (COMEP):** possui a função de apurar denúncias e possíveis desvios de conduta de agentes políticos e

servidores públicos vinculados à instituição, recomendando, se for o caso, a abertura de procedimento disciplinar.



18 consultas

para apuração de cometimento de falta ética

Do total, 17 foram solucionadas com esclarecimentos por parte da Comissão de Ética. Apenas 01 consulta resultou em autuação, sendo firmando um Acordo de Conduta Pessoal e Profissional.

Fonte: Comissão de Ética

• **Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito Administrativo (COP-SIA):** unidade de correição, competente para apurar responsabilidade de servidor por infração cometida no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.



PROCESSOS DISCIPLINARES

SINDICÂNCIA		PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
3	instaurados	5
2	em instrução	14
25	encaminhados para julgamento	8
5	julgados	12

Fonte: Sistema CGU-PAD

PROCESSOS DE JULGAMENTO

PENALIDADES APLICADAS

suspensão	2
demissão de cargo efetivo	1
absolvidos ou arquivados	14
TOTAL	17

Fonte: Sistema CGU-PAD

Principais eventos apurados	Quant.
Abandono de cargo e inassiduidade habitual	2
Quebra do regime de dedicação exclusiva e violação da proibição de gerência ou administração de sociedade privada	2
Desrespeito ao dever de ser assíduo e pontual ao serviço	2
Inobservância do dever de zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público	2
Descumprimento do dever de observar as normas legais e regulamentares, inclusive em contratos	7
Infrações ao dever de exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo e de tratar com urbanidade as pessoas	3
Total	18

Fonte: COPSIA

• **Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP):** dentre as responsabilidades da área temos a relacionada às medidas administrativas relativas a apuração de responsabilidade por danos ao Erário.

Processos de reposição ao erário

Status	Vínculo	Quant.	Valor Total (R\$)
Quitado	Estagiário	34	23.150,96
	Pensionista	1	6.925,39
	Professor Substituto	3	1.204,14
	Residente	2	2.775,36
	Servidor	31	612.307,20
Não quitado	Estagiário	31	11.063,30
	Pensionista	1	8.323,44
	Residente	3	3.952,12
	Servidor	18	341.666,79
Total		124	1.011.368,70

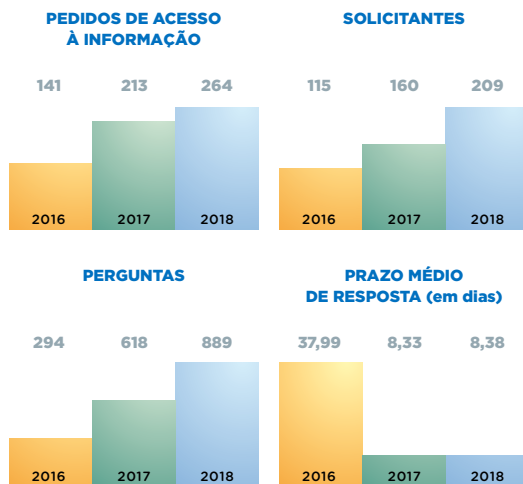
Fonte: PROGEP

Principais Canais de Comunicação com a Sociedade e Partes Interessadas

• **Serviço de Informação ao Cidadão (SIC):** o Serviço de Informação ao Cidadão permite a qualquer pessoa física ou jurídica apresentar solicitação de acesso à informações da Universidade, sendo o acesso con-

cedido via de regra, exceto para os casos de informações sigilosas previstas na Lei nº 12.527/2011 e casos de não atendimento previstos no [Decreto nº 7.724/2012](#). O acesso ao SIC pode ser feito de três formas: por e-mail, pelo sistema e-SIC (<https://esic.cgu.gov.br/>) ou também via atendimento presencial.





Fonte: SIC

ANÁLISE CRÍTICA

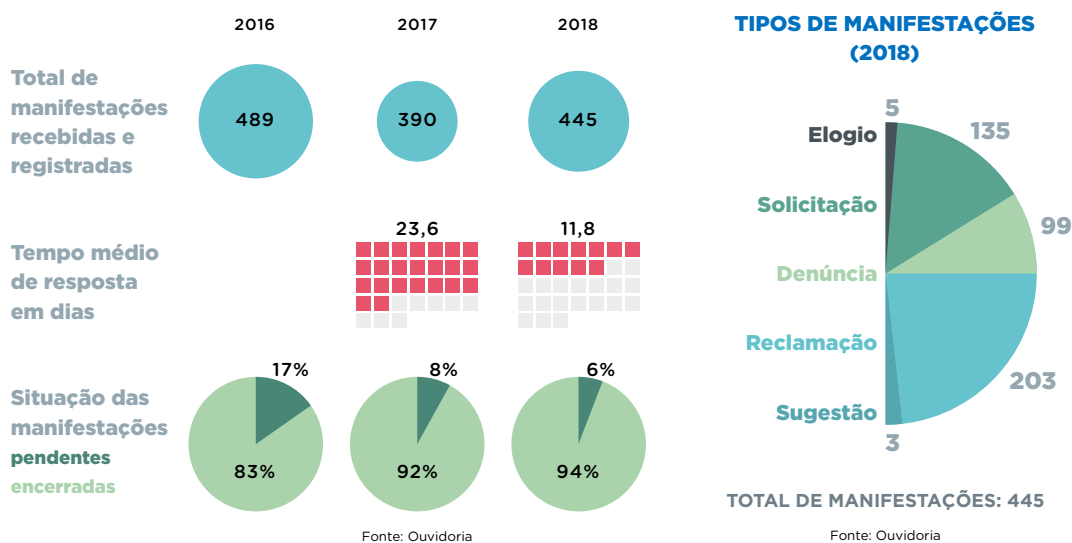
O aumento do número de pedidos, solicitantes e perguntas demonstra o interesse crescente de cidadãos e empresas em realizar um controle social das atividades realizadas pela nossa Instituição. Já a redução no prazo médio de resposta às solicitações é resultado do trabalho de sensibilização realizado junto aos Pró-Reitores da Instituição, no intuito de reforçar a importância do canal e-SIC, o que contribuiu para a conscientização dos servidores no atendimento das demandas no menor prazo possível.

• **Ouvidoria Geral:** é uma ferramenta de prevenção e correção de erros, omissões, desvios ou abusos e um instrumento

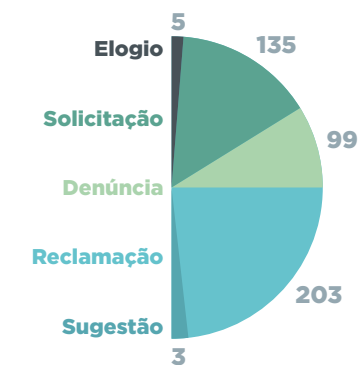
de ampliação da participação social e fiscalização da administração universitária.



MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS E REGISTRADAS NA OUVIDORIA UFU



TIPOS DE MANIFESTAÇÕES (2018)



TOTAL DE MANIFESTAÇÕES: 445

Fonte: Ouvidoria

ANÁLISE CRÍTICA

Os melhores resultados de desempenho da ouvidoria com o crescimento do percentual de manifestações encerradas, bem como a queda no tempo médio de respostas é explicado pela adoção do sistema E-OUV da Ouvidoria Geral

da União a partir de 2017. Tal sistema propicia um melhor acompanhamento das manifestações para a gestão da Ouvidoria UFU e gera uma maior transparência para o usuário dos serviços da UFU.



- **Comissão Própria de Avaliação (CPA):**

unidade responsável por conduzir o processo de avaliação interna da Instituição.

Em 2018, atendendo ao [Projeto de Avaliação Institucional](#) do período 2018-2020, a comunidade acadêmica realizou a 1ª etapa do ciclo de avaliação, momento em que docentes, técnicos administrativos e estudantes avaliaram a UFU nos seguintes eixos:

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Eixo 4: Políticas de Gestão

Eixo 5: Infraestrutura

Transparência

No que tange à transparência, ao acesso à Informação, à aferição ao grau de satisfação dos cidadãos-usuários e ainda à acessibilidade aos seus serviços e instalações, a UFU possui alguns canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas, sendo:

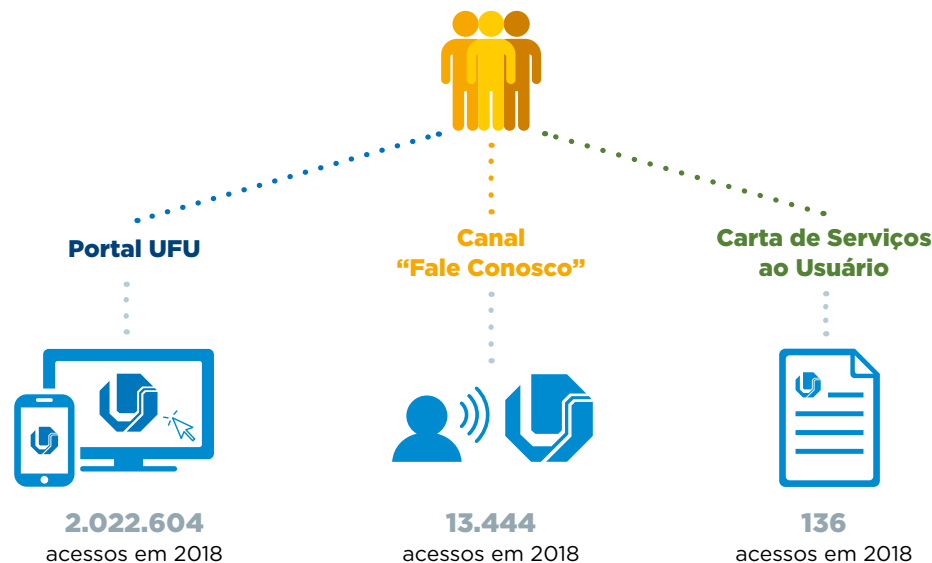
- **Portal UFU:** os usuários podem acessar diversas informações da Universidade, como os dados institucionais, a estrutura da

Instituição, os cursos oferecidos, concursos públicos, licitações e contratos, auditorias, prestações de contas, convênios, receitas e despesas orçamentárias e financeiras, informações sobre servidores da Instituição, dentre outras.

- **Canal “Fale Conosco”:** o cidadão escolhe a categoria do assunto de sua demanda e a sua mensagem é enviada diretamente

para a área responsável por elaborar a resposta ao questionamento.

- **Carta de Serviços ao Usuário:** em 2017 a UFU atualizou sua Carta de Serviço ao Usuário, documento que permite ao cidadão conhecer os diversos serviços oferecidos pela universidade, tanto para a comunidade interna quanto para a população externa.





Acessibilidade

Para promover a acessibilidade aos seus cursos e serviços, o Centro de Ensino, Pesquisa, Extensão e Atendimento em Educação Especial (CEPAE) da UFU disponibiliza os recursos apresentados no infográfico.

A UFU tem feito esforços para incluir disciplina de Libras nos currículos de seus cursos de graduação. Paralelamente, o CEPAE mantém 06 projetos permanentes de educação e assessoria sobre atendimento

a portadores de deficiências. Há também 03 grupos de pesquisa e estudo sobre a temática, além de cursos de extensão sobre atendimento educacional especial, Libras e tecnologias assistivas; em 2018 foram 06 cursos oferecidos.

Em termos de infraestrutura, a fim de garantir a acessibilidade aos seus imóveis e instalações, a UFU desenvolveu projetos de arquitetura com adequações físicas, prevendo a instalação de piso podotátil, de plataformas elevatórias para cadeirantes ou

pessoas com mobilidade reduzida, a regularização de calçadas e a construção de rampas, dentre outros. Tais projetos são analisados pela Prefeitura de Uberlândia para posterior encaminhamento para licitação e execução.

Em 2018 tiveram início as obras de adequação de acessibilidade na Escola de Educação Básica (ESEBA) e foram concluídas as adequações dos passeios no entorno do Restaurante Universitário do *Campus* Santa Mônica. 📍



Centro de Ensino, Pesquisa, Extensão e Atendimento em Educação Especial (CEPAE)



- Material em áudio
- Material em Braille
- Material didático em Libras
- Material pedagógico tátil



- Tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras)



- Recursos de informática acessível: teclado para baixa visão, sintetizadores de voz, lupas eletrônicas para leitura, gravadores para captura de sons e *book reader* para digitalização em formato acessível
- Bolsa acessibilidade

3

Gestão de riscos e controles internos

O Comitê de Governança, Gestão de Riscos, Controles e Integridade é a instância responsável pela institucionalização da temática no âmbito da UFU. No desenvolvimento de suas atividades, o Comitê conta com uma comissão executiva que operacionaliza seus trabalhos.

A Gestão de Riscos da UFU é regida por sua [Política de Gestão de Riscos](#), instituída em 2017. Nela são considerados os seguintes níveis de riscos:

- **Riscos estratégicos:** eventos associados ao modo como a Instituição é administrada, envolvendo ações governamentais, regulação, variáveis econômicas, orçamentárias e políticas, fatores ambientais, etc.

- **Riscos operacionais:** eventos que podem comprometer as atividades do órgão ou entidade, normalmente associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas.

- **Riscos de imagem/reputação do órgão:** eventos que podem comprometer a confiança da sociedade em relação à capacidade do órgão ou da entidade em cumprir sua missão institucional.

- **Riscos legais:** eventos derivados de alterações legislativas ou normativas que podem comprometer as atividades do órgão ou entidade.

- **Riscos financeiros/orçamentários:** eventos que podem comprometer a capacidade do órgão ou entidade de contar com os recursos orçamentários e financeiros necessários à realização de suas atividades.

A implantação da gestão de riscos na Universidade está em consonância com o seu planejamento estratégico, atendendo a Diretriz 10 e a Meta 2188, do [PIDE UFU 2016-2021](#).

No segundo semestre de 2018, o Comitê de Governança, Gestão de Riscos, Con-





troles e Integridade, por meio de sua comissão executiva, iniciou um projeto piloto em uma das áreas estratégicas da Instituição, a Diretoria de Processos Seletivos (DIRPS).

O projeto piloto está em fase final de execução e atingiu importantes resultados, tendo identificado 93 riscos referentes aos processos da DIRPS. Para cada um deles foi determinada sua tipologia e calculado, por meio da matriz de probabilidade e impacto estabelecida na Política de Gestão de Riscos, o seu grau de risco.

Concluída essa etapa, cada um dos setores da DIRPS ficou responsável por apresentar o seu plano de ação para mitigação dos seus respectivos riscos, com definição das ações, prazos e responsáveis.

A Comissão Executiva, juntamente com o Comitê de Governança, Gestão de Riscos, Controles e Integridade, está trabalhando no sentido de expandir as ações de gestão de riscos para os demais órgãos da Instituição e, considerando as especificidades de cada área, será definido a periodicidade de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos. Dessa forma, para o próximo relatório de gestão será possível apresentar o detalhamento individualizado dos principais riscos e a resposta para cada um deles.

Ressalta-se que a UFU participa da discussão no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração (FOR-PLAD) sobre Gestão de Risco, que resultou na construção de uma metodologia e um software (ForRisco) para gestão e acompanhamento dos riscos. Oportunamente, a instituição avaliará a possibilidade de adesão à ferramenta para condução dos trabalhos.

No intuito de disseminar os conhecimentos e importância da governança, gestão de riscos, controles e integridade, além de atender à determinação do próprio TCU para o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos em gestão de riscos, foram planejados treinamentos sobre essa temática, que terão início no primeiro semestre de 2019.

Ainda dentro da temática de gestão de riscos, o tratamento de riscos trabalhistas

são questões fundamentais que podem gerar impacto financeiro para instituição. Para a gestão e o controle de demandas judiciais, a UFU conta com o suporte da PROGEP e da Procuradoria Geral Federal junto à UFU (PROGE) para tratar demandas envolvendo seus servidores e médicos residentes.

Além de cadastrar as ações judiciais no respectivo módulo no SIGEPE (Sistema de Gestão de Pessoas), a PROGEP dá tratamento às determinações judiciais imputadas à UFU. Atua também na tramitação administrativa de atividades judiciais junto ao Ministério do Planejamento e fornece subsídios para instruir as defesas da UFU em processos judiciais.

Dos mais de 700 processos em tramitação desde 2014, alguns se destacam, conforme quadro abaixo. [📄](#)

Assunto	Quantidade de processos	Cadastral/financeiro
Art. 192 da Constituição	117	Financeiro
PSS de APH: Plano de Seguridade Social de Adicional de Plantão Hospitalar	109	Financeiro
FC – Função Comissionada	90	Financeiro
Reposição erário	41	Financeiro
Averbação	39	Financeiro
Nomeação, posse e exercício	31	Cadastral

Processo financeiro: Processos judiciais com reflexos financeiros em folha, ou seja, que geram obrigação pecuniária.

Processo cadastral: Processos judiciais sem reflexos financeiros e que são cadastrados para acompanhamento processual.

Fonte: PROGEP

4



Resultados da Gestão

DIRETRIZ 1

Formar MAIS e MELHOR em todas as dimensões de ENSINO sob nossa responsabilidade.

Abrange a Educação Básica, a Educação Profissional, a Graduação e a Pós-Graduação. Contempla todas as iniciativas voltadas para a ampliação e/ou consolidação de vagas, de cursos e de programas. Também cabem nesta diretriz as metas que visam promover o acesso aos cursos que oferecemos, bem como a sua conclusão, por parte dos discentes, com elevados padrões de qualidade. Formar MAIS não deriva apenas do aumento de vagas, pois, decorre também do alcance de uma taxa mais elevada de alunos concluintes em relação aos alunos ingressantes. Isto é, formar MAIS depende também da redução da evasão e do prazo médio de conclusão do curso (aspectos

que devem ser observados no âmbito nos macroprocessos finalísticos). Formar MELHOR, por sua vez, envolve um processo de transformação diferenciada proporcionada ao nosso discente. Esperamos que o nosso egresso obtenha os melhores conceitos nas avaliações formais aos quais são submetidos (SINAES, ENADE, CAPES etc), mas também que venha desempenhar, na sociedade, missões compatíveis com a sua formação. Formar MELHOR também depende dos melhores processos finalísticos de formação que, em nossa compreensão, é uma função da transversalidade que o discente deve vivenciar em sua formação, compreendendo a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Adicionalmente, em consonância com os anseios de uma Universidade de Classe Mundial, formar MELHOR envolve as oportunidades oferecidas ao discente no âmbito da mobilidade interinstitucional e internacional.

Das 18 Diretrizes que serão apresentadas, o número 4 não consta do documento por não possuir metas e indicadores. Outras duas (Diretrizes 5 e 11) não apresentaram metas, apenas indicadores.



Graduação

Id	Tipo de meta	Descrição da Meta	Meta	Unidade de Medida	Previsto 2018	Realizado 2018
2117	Meta Institucional	Conceder bolsas de monitoria na Graduação	Física	Bolsas	286	341
			Custeio	R\$	550.000	655.200
			Capital	R\$		
2118	Meta Institucional	Conceder bolsas no Programa de Educação Tutorial (PET)	Física	Bolsas	131	135
			Custeio	R\$	630.000	648.400
			Capital	R\$		
2119	Meta Institucional	Conceder bolsas Programa de Bolsas de Graduação (PBG)	Física	Bolsas	167	162
			Custeio	R\$	800.000	704.800
			Capital	R\$		
2121	Meta Institucional	Diminuir o índice de evasão na graduação para 10%	Física	Porcentagem	16	2,37
			Custeio	R\$	500.000	0
			Capital	R\$		
2122	Meta Institucional	Diminuir o índice de retenção na graduação para 60%	Física	Porcentagem	66	81,37
			Custeio	R\$	500.000	0
			Capital	R\$		
2123	Meta institucional	Criar cursos de graduação ⁹	Física	Curso	0	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
2140	Meta Institucional	Elevar o Índice Geral de Cursos (IGC contínuo) da UFU	Física	Conceito	3,9	3,69
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
2143	Meta Institucional	Implantar um projeto de acompanhamento dos egressos	Física	Projeto	1	1
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
2151	Meta Institucional	Garantir a participação de todos os cursos de licenciatura no programa PIBID conforme edital anual	Física	Porcentagem	100	85,71
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
2137	Meta Institucional	Aumentar a oferta de vagas em cursos de graduação na modalidade Educação a Distância (EaD) em sintonia com as políticas públicas	Física	Vagas	500	860
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		

Fonte: PIDE 2016-2021

Especialização

Id	Tipo de meta	Descrição da Meta	Meta	Unidade de Medida	Previsto 2018	Realizado 2018
2011	Meta Institucional	Criar e manter cursos de residência médica e multiprofissional	Física	Curso	6	2
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
2009	Meta Institucional	Criar cursos de Pós-Graduação lato sensu	Física	Curso	13	12
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		

Fonte: PIDE 2016-2021

Mestrado e Doutorado

Id	Tipo de meta	Descrição da Meta	Meta	Unidade de Medida	Previsto 2018	Realizado 2018
2012	Meta Institucional	Ampliar o número de vagas em Programas de Pós-Graduação	Física	Vagas	105	84
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
2014	Meta Institucional	Diminuir o índice de evasão nos programas de pós-graduação para 3%	Física	Porcentagem	4,2	2,81
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
2008	Meta Institucional	Criar cursos de Doutorado	Física	Curso	2	3
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
2007	Meta Institucional	Criar cursos/programas de Mestrado	Física	Curso	3	2
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		

Fonte: PIDE 2016-2021

Educação Profissional e Tecnológica

Id	Tipo de meta	Descrição da Meta	Meta	Unidade de Medida	Previsto 2018	Realizado 2018
1423	Meta Institucional	Aumentar o número de matrículas na educação profissional e tecnológica	Física	Matrículas	50	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		

Fonte: PIDE 2016-2021



GRADUAÇÃO PRESENCIAL

CURSOS¹

2016	2017	2018
63	63	63

VAGAS OFERECIDAS²

2016	2017	2018
4.888	4.898	4.898

INGRESSANTES

2016	2017	2018
5.200	5.096	4.934

ALUNOS MATRICULADOS

2016	2017	2018
20.671	21.551	21.361

Fonte: PROGRAD/ Indicadores TCU



GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA

VAGAS OFERECIDAS³

2016	2017	2018
0	0	860

INGRESSANTES

2016	2017	2018
0	0	829

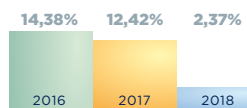
ALUNOS MATRICULADOS

2016	2017	2018
171	92	751

Fonte: Censo/CTI/CEaD

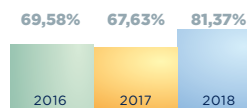
GRADUAÇÃO

ÍNDICE DE EVASÃO⁴



Fonte: PROGRAD

ÍNDICE DE RETENÇÃO⁵



Fonte: PROGRAD



NÚMERO DE ALUNOS CONCLUINTE

PRESENCIAL

2016	2017	2018
2.582	2.586	2.740

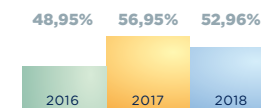
Fonte: PROPLAD/Indicadores TCU

EaD

2016	2017	2018
32	93	14

Fonte: Censo/CTI

TAXA DE SUCESSO NA GRADUAÇÃO (TSG)⁶



Fonte: PROPLAD

CONCEITOS NO ENADE Cursos de Graduação⁷



Fonte: PROPLAD



CURSOS PRESENCIAIS

2018
19

CURSOS A DISTÂNCIA

2018
6

Fonte: PROPLAD



ALUNOS MATRICULADOS



Fonte: PROPP



CURSOS/ESPECIALIDADES DE RESIDÊNCIA MÉDICA CREDENCIADAS

2018
52

CURSOS/ESPECIALIDADES DE RESIDÊNCIA MÉDICA

2016	2017	2018
38	39	43

CURSOS DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL

2016	2017	2018
15	15	15

Fonte: COREME/COREMU



ALUNOS EM PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MÉDICA

2016	2017	2018
263	268	280

ALUNOS EM PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL

2016	2017	2018
75	75	75

Fonte: COREME/COREMU

PÓS-GRADUAÇÃO



MESTRADO ACADÊMICO

CURSOS

2016	2017	2018
36	42	42

VAGAS OFERECIDAS

2016	2017	2018
1.000	1.087	1.109

NÚMERO DE ALUNOS

2016	2017	2018
2.169	2.144	2.074

Fonte: PROPP/CTI



MESTRADO PROFISSIONAL

CURSOS

2016	2017	2018
7	8	8

VAGAS OFERECIDAS

2016	2017	2018
144	96	133

NÚMERO DE ALUNOS

2016	2017	2018
321	356	393

Fonte: PROPP/CTI



DOCTORADO

CURSOS

2016	2017	2018
22	23	23

VAGAS OFERECIDAS

2016	2017	2018
489	472	497

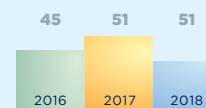
NÚMERO DE ALUNOS

2016	2017	2018
1.457	1.571	1.568

Fonte: PROPP/CTI

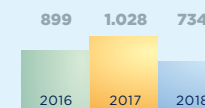
STRICTO SENSU

NÚMEROS DE PROGRAMAS



Fonte: PROPP

NÚMEROS DE TITULADOS



Fonte: CTI

CONCEITOS CAPES Programas de Pós-Graduação⁸



Fonte: PROPP/Plataforma Sucupira



ANÁLISE CRÍTICA: GRADUAÇÃO

Devido ao contingenciamento de recursos orçamentários, foi necessário conter a expansão de novos cursos e concentrar esforços na manutenção dos existentes. Por essa razão, não houve criação de cursos de graduação, presencial ou a distância (EaD), bem como aumento de oferta de vagas na graduação presencial. No caso da graduação a distância, a oferta de vagas está condicionada à liberação de recursos orçamentários; em 2018, foram ofertadas 860 novas vagas nos cursos de Administração Pública, Matemática, Pedagogia e Letras/Inglês.

O número de ingressantes nos cursos presenciais variou negativamente de 2017 para 2018 em razão do não preenchimento de todas as opções de vagas destinadas às pessoas com deficiência, modalidades implementadas em 2018. É válido esclarecer que o número de ingressantes é superior ao número de vagas por conta das matrículas realizadas via decisões judiciais ou administrativas. O número total de matriculados na

graduação presencial apresentou uma pequena queda devido à redução do número de ingressantes e aos trancamentos. Na modalidade EaD, o número expressivo de matriculados entre 2017 e 2018 é resultante da oferta de vagas nos 04 cursos, o que não acontecera nos últimos anos.

Quanto ao total de concluintes, observava-se uma queda de 4%, motivada por duas razões: a diminuição no número de formados adiantados, ou seja, que se formaram antes da duração padrão do seu curso, e o aumento da taxa de retenção. A variação negativa no número de concluintes resultou no decréscimo da Taxa de Sucesso na Graduação. No que se refere ao índice de evasão, a instituição obteve desempenho positivo em relação aos anos anteriores. Os resultados demonstram o êxito do PROSIGA – Programa Institucional de Graduação Assistida – que tem como foco combater a retenção e a evasão nos cursos de graduação da UFU.

ANÁLISE CRÍTICA: PÓS-GRADUAÇÃO

A oferta de pós-graduação na UFU abrange os cursos de especialização (chamada de pós-graduação *lato sensu*), residência médica e multiprofissional, mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado (os 3 últimos compõem a pós-graduação *stricto sensu*).

A partir de 2017, houve um aumento na oferta de cursos de especialização, e consequentemente no número de matriculados (32% para 2018), em razão da assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado entre o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, a UFU e a FAU, que passou a permitir a cobrança de mensalidades em cursos de especialização.

No programa de Residência Médica, há 52 especialidades credenciadas junto à Comissão Nacional de Residência Médica; a cada ano, elas são oferecidas segundo a demanda dos supervisores de área. Em 2018, a UFU ofertou 43 especialidades.

A criação de cursos de mestrado e doutorado está condicionada à aprovação do Conselho Universitário da UFU e, posteriormente, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC). Em 2018 não houve abertura de novos cursos nos programas de pós-graduação *stricto sensu*. No que tange ao ingresso, os números mostram um aumento na oferta de vagas no último ano, sendo: 22 novas vagas no mestrado acadêmico, 37 no mestrado profissional e 25 no doutorado. Uma das razões desse crescimento é a disponibilidade de orientadores, que, ao concluírem uma orientação, podem assumir novos discentes.



Educação Básica

Cursos oferecidos e vagas	2016	2017	2018
Ensino Infantil (1º e 2º período)	135	135	120
Ensino Fundamental (1º ao 9º ano)	675	675	660
Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Ensino fundamental – Séries finais (1º semestre)	100	100	100
Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Ensino fundamental – Séries finais (2º semestre)	100	100	100

Fonte: ESEBA

Número de alunos matriculados	2016	2017	2018
Ensino Infantil (1º e 2º período)	138	123	121
Ensino Fundamental (1º ao 9º ano)	700	692	660
Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Ensino fundamental – Séries finais (1º semestre)	72	84	77
Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Ensino fundamental – Séries finais (2º semestre)	79	57	61

Fonte: ESEBA

Número de concluintes	2016	2017	2018
Ensino Fundamental (1º ao 9º ano)	66	67	67
Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Ensino fundamental – Séries finais (1º semestre)	6	7	14
Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Ensino fundamental – Séries finais (2º semestre)	13	18	15

Fonte: ESEBA

Educação Profissional e Tecnológica

Cursos oferecidos e vagas	2016	2017	2018	Turno	Duração
Técnico em Saúde Bucal	25	25	25	Noturno	2 anos
Técnico em Prótese Dentária	25	25	25	Vespertino e noturno	2 anos
Técnico em Análises Clínicas	25	25	25	Noturno	2 anos
Técnico em Enfermagem	40	40	40	Integral	2 anos
Técnico em Meio Ambiente	40	40	40	Noturno	3 anos
Técnico em Controle Ambiental	30	30	30	Noturno	1,5 ano

Fonte: ESTES

Número de alunos	2016		2017		2018	
	matriculados	concluintes	matriculados	concluintes	matriculados	concluintes
Curso Técnico em Saúde Bucal	47	22	43	12	45	19
Curso Técnico em Prótese Dentária	52	13	51	16	46	12
Curso Técnico em Análises Clínicas	51	16	49	14	49	11
Curso Técnico em Enfermagem	80	24	93	33	81	36
Curso Técnico em Meio Ambiente	75	20	60	18	28	10
Curso Técnico em Controle Ambiental	62	18	64	16	60	20

Fonte: ESTES

ANÁLISE CRÍTICA:

EDUCAÇÃO BÁSICA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Na educação básica e na profissional os números de cursos e vagas permanecem estáveis. Em relação ao número de matriculados na Escola Técnica de Saúde, apenas o Curso Técnico em Meio Ambiente teve queda expressiva de 2017 para 2018 porque não houve matrícula no último ano. Na Escola de Educação Básica, o número de matriculados na educação infantil supera o número de vagas por conta do atendimento de alunos em lista de espera e com deficiência.



DIRETRIZ 2

Contribuir MAIS, com MELHORES resultados de nossa PESQUISA, para a transformação do ambiente global que nos envolve.

Abrange as contribuições da Pesquisa Básica, da Aplicada e das Inovações para transformação do ambiente local, regional, nacional e internacional. As metas podem abranger tanto a ampliação do conhecimento quanto o desenvolvimento de artefatos, tecnologias, produtos e variedades, entregando soluções inovadoras e de maior amplitude de alcance.



Fonte: PROPP

Pesquisa

Id	Tipo de meta	Descrição da Meta	Meta	Unidade de Medida	Previsto 2018	Realizado 2018
2013	Meta Institucional	Ampliar o número de publicações em revistas e periódicos internacionais com classificação QUALIS-A.	Física	Publicações	15	15
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
348	Meta Institucional	Aumentar o número de pesquisas realizadas no Hospital de Clínicas da UFU	Física	Porcentagem	10	8,33
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
1417	Meta Institucional	Ampliar o envolvimento dos discentes dos cursos técnicos em projetos de pesquisa por meio de editais e verbas direcionadas.	Física	Discentes	20	29
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		

Fonte: PIDE 2016-2021

ANÁLISE CRÍTICA: PESQUISA

Apesar da redução de 17% no número de projetos de pesquisa cadastrados em 2018, a pesquisa na instituição apresentou resultados positivos já que o número de projetos em execução, concluídos e financiados cresceu 31%, 35% e 1%, respectivamente.

A demanda de projetos de pesquisas diminuiu devido, essencialmente, a dois fatores: a) o cenário de contingenciamento que pode afastar possíveis interessados em pesquisa e, b) concorrência com a oferta de outras modalidades de bolsas, tais como as de graduação, extensão e assistência estudantil.

Os números demonstram evolução no quantitativo de projetos de pesquisa em execução, seja nas pesquisas realizadas com bolsas (PIBIC, PIBITI, PIBIC EM e BIC JR), seja nas voluntárias (PIVIC, PIVIC Dr e registro de projetos de professores sem financiamento). Visualiza-se também o aumento, junto aos órgãos de fomento (CNPq e FAPEMIG), do número de bolsas de Iniciação Científica, Tecnológica e do Ensino Médio. Portanto, torna-se claro o investimento da UFU no âmbito da pesquisa, o que reflete no aumento do número de projetos concluídos.



DIRETRIZ 3

Integrar MAIS e MELHOR a nossa Universidade com a Comunidade via ações de EXTENSÃO.

Essa diretriz abrange as inúmeras faces da extensão, das culturas e das artes. Contempla as iniciativas para ampliar a concepção da cultura nas suas dimensões política, artística e cidadã. Integrar MAIS e MELHOR a UFU e a Sociedade significa potencializar sua atuação em todas as linhas da extensão e aperfeiçoar os processos de inclusão com atenção ao combate às desigualdades e preconceitos. Abrange, ainda, as contribuições para aprimorar políticas de preservação da memória e do patrimônio histórico e cultural.

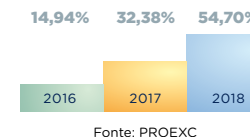


Extensão

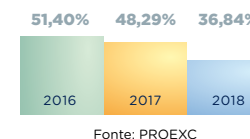
Id	Tipo de meta	Descrição da Meta	Meta	Unidade de Medida	Previsto 2018	Realizado 2018
1241	Meta Institucional	Implementar assistência técnica gratuita em Arquitetura e Urbanismo em Habitações de Interesse social (conforme lei federal 11.888)	Física	Projetos	5	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
1972	Meta Institucional	Fortalecer ações de extensão, visando o atendimento do Plano Nacional de Educação (meta 12.7)	Física	Programas e Projetos	250	448
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		

Fonte: PIDE 2016-2021

RECURSOS DA EXTENSÃO DISPONIBILIZADOS VIA EDITAIS



APROVAÇÃO DE PROPOSTAS EM EDITAIS INTERNOS



ANÁLISE CRÍTICA: EXTENSÃO

O recurso do orçamento anual destinado pela UFU para a extensão sofreu queda nos últimos dois anos se comparado a 2016 em razão do impacto do contingenciamento orçamentário. Ainda, o percentual de aprovação de proposta em editais da UFU teve redução em razão da diminuição dos editais externos, o que concentrou a busca por financiamento aos editais da universidade.

Assim, com o aumento da demanda e a diminuição do recurso orçamentário, a instituição destinou um percentual maior do seu recurso aos editais de fomento, o que explica o aumento significativo do percentual de recursos financeiros disponibilizados por editais UFU. Esse crescimento reflete a política da instituição de priorizar o atendimento das demandas da

comunidade universitária via editais, proporcionando isonomia no acesso aos recursos e transparência no trato com seus gastos. Em 2017 houve uma redução no número de certificados emitidos em razão de greve, que impactou diretamente a realização de diversas atividades extensionistas da UFU. Já a redução do público direto em 2018 é justificada pelas capacitações realizadas junto à comunidade universitária, em diversos cursos ao longo do ano, que possibilitaram a orientação dos coordenadores das ações, para o melhor preenchimento dos relatórios, sem superestimação de público; ou seja, baseando-se em público real atendido e não mais em público esperado como acontecia anteriormente.



DIRETRIZ 5

Fortalecer o processo de internacionalização e interinstitucionalização da UFU no ensino, na pesquisa e na extensão, favorecendo sua inserção no rol de universidades reconhecidas mundialmente.

Abrange iniciativas para intensificar as ações de mobilidade, de fomento às redes colaborativas de pesquisa estruturadas em parceria com universidades e centros de pesquisa de excelência no exterior e incentivos à capacitação docente no exterior como professor visitante. Visa também incentivar a produção de artigos científicos em língua estrangeira para publicação em revistas e periódicos qualificados especializados e a oferta de disciplinas em língua estrangeira.

ACORDOS BILATERAIS

2016	2017	2018
262	189	186

ACORDOS DE DUPLO DIPLOMA

2016	2017	2018
20	19	19

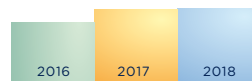
ALUNOS DE GRADUAÇÃO ESTRANGEIROS RECEBIDOS

2016	2017	2018
36	31	30

Fonte: DRII

CONCLUINTE QUE PARTICIPARAM DE MOBILIDADE INTERINSTITUCIONAL

2016	2017	2018
0,067%	0,083%	0,084%



Fonte: DRII

CONCLUINTE QUE PARTICIPARAM DE MOBILIDADE INTERNACIONAL

2016	2017	2018
0,39%	0,34%	0,44%



Fonte: DRII

ANÁLISE CRÍTICA:

INTERNACIONALIZAÇÃO E INTERINSTITUCIONALIZAÇÃO

O número de acordos de cooperação tem diminuído desde 2017 por conta da nova política institucional sobre o tema, que passou a priorizar acordos de cooperação com colaboração efetiva. A proposta da UFU é incentivar colaborações internacionais eficazes e, como consequência, a priorização de acordos de cooperação que proporcionem resultados positivos.

A porcentagem de estudantes que participam de mobilidade acadêmica ainda é inexpressiva. A razão principal é a falta de recursos financeiros para implementação de bolsas que permitam aos estudantes custear suas despesas.

Um desafio a ser superado é aumentar a captação de oportunidades.



DIRETRIZ 6

Aprimorar e criar mecanismos voltados para a adequada gestão de currículos e para o desenvolvimento pleno dos processos de ensino-aprendizagem.

Abrange iniciativas voltadas para a adequada realização do processo de ensino nas salas de aula, nos laboratórios, nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) e no âmbito de articulação das coordenações de curso. Contempla o planejamento dos recursos didáticos e tecnológicos, do espaço físico e de acessibilidade necessários ao funcionamento das atividades de ensino, de forma a reduzir o tempo médio de conclusão, elevar a taxa de sucesso (egressos/ingressantes) e favorecer o processo de ensino-aprendizagem.

RELAÇÃO ALUNO-PROFESSOR (RAP)¹⁰

2016 2017 2018
12,51 13,23 12,57

PROJETOS PEDAGÓGICOS REVISADOS (%)

2016 2017 2018
6,19 11,34 17,53

Fonte: PROPLAD/PROGRAD

Processos Ensino-Aprendizagem

Id	Tipo de meta	Descrição da Meta	Meta	Unidade de Medida	Previsto 2018	Realizado 2018
2120	Meta institucional	Regulamentar, junto aos Conselhos Superiores, a política de atuação das empresas juniores.	Física	Resolução	1	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		

Fonte: PIDE 2016-2021

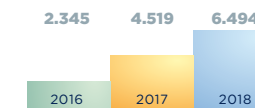
Bibliotecas

Id	Tipo de meta	Descrição da Meta	Meta	Unidade de Medida	Previsto 2018	Realizado 2018
2110	Meta institucional	Ampliar o acervo bibliográfico destinado aos cursos de Graduação e Pós-Graduação	Física	Exemplares	4254	3681
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$	735.182	555.388

Fonte: PIDE 2016-2021



OBRAS EM MEIO ELETRÔNICO NO ACERVO BIBLIOGRÁFICO¹¹



Fonte: DIRBI



NÚMERO DE EXEMPLARES

2016 2017 2018
335.130 367.320 372.234

TÍTULOS

2016 2017 2018
147.119 156.318 177.873

Fonte: DIRBI

ANÁLISE CRÍTICA: PROCESSOS ENSINO-APRENDIZAGEM

Visando manter a qualidade dos processos de ensino-aprendizagem, a UFU tem acompanhado indicadores como a Relação Aluno Professor (RAP) que, em 2018, foi 12 para 01. Estudos da área indicam como relação desejada a proporção de 18 alunos por professor. Considerando que em 2018 o número de alunos em tempo integral diminuiu (redução de 3,51%) e o número de professores equivalentes aumentou, o índice RAP da UFU é um indicador a ser melhorado. Um ponto forte da UFU nesse quesito está relacionado à gestão dos currículos, repre-

sentada no indicador de revisão dos projetos pedagógicos dos nossos cursos. Os números mostram o esforço da instituição na adequação e na melhoria dos seus processos de ensino-aprendizagem. Em relação ao acervo da biblioteca, pode-se verificar um aumento no número de exemplares e de títulos. No caso do número de obras em meio eletrônico o aumento de 44%, se deve a inserção de títulos de teses e dissertações, trabalhos de conclusão de curso e trabalhos de conclusão de residência.



DIRETRIZ 7

Aprimorar e criar mecanismos para o desenvolvimento pleno das atividades de Pesquisa e Inovação.

Abrange as iniciativas voltadas para o compartilhamento da pesquisa, permitindo o estabelecimento de parcerias no âmbito de laboratórios e grupos, fomentando as pesquisas multi, trans e interdisciplinares. Contempla as metas que visam criar mecanismos para formulação e seleção de projetos e desenvolvimento pleno das atividades de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação. Também visa promover a realização de pesquisas em parceria com outras instituições, principalmente internacionais.

Inovação

Id	Tipo de meta	Descrição da Meta	Meta	Unidade de Medida	Previsto 2018	Realizado 2018
2130	Meta institucional	Ampliar o número de projetos de pesquisa que envolvam ações de inovação e de transferência de tecnologia em parceria com órgãos externos	Física	Termos de cooperação técnico-científicos	7	7
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
2131	Meta institucional	Promover licenciamentos ou comercialização das tecnologias patenteadas de titularidade da Universidade Federal de Uberlândia	Física	Contratos de licenciamento	1	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
2132	Meta institucional	Ampliar o número de depósito de patentes e registros de marcas, desenho industrial, indicação geográfica, programas de computadores e cultivares	Física	Depósitos e registros no INPI	7	47
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
2134	Meta institucional	Aumentar o número de projetos científicos submetidos e aprovados à agências de fomento	Física	Projetos	8	8
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		

Fonte: PIDE 2016-2021



Fonte: PROPP



Fonte: PROPP

ANÁLISE CRÍTICA: INOVAÇÃO

De forma geral, a instituição permanece estável nos números apresentados para cada modalidade de registro de propriedade intelectual. As oscilações são resultado da variação da demanda apresentada pelos pesquisadores da instituição. Em termos de parceria com empresas privadas para pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica, ocorreu um aumento

considerável no número de instrumentos jurídicos entre a UFU e instituições parceiras, demonstrando uma aproximação da Universidade com o setor produtivo e/ou outras instituições de ensino e pesquisa. O funcionamento dessas parcerias envolve investimento da iniciativa privada em pesquisa realizada por pesquisador da UFU, em área de interesse da empresa parceira. Como resultado pode-se desenvolver uma tecnologia protegida por direito de propriedade

industrial. O licenciamento é a transferência de tecnologia da Universidade, com ou sem exclusividade, para exploração por parte de uma empresa. Apesar de não apresentarmos parceria para licenciamento de inovação tecnológica em 2018, a UFU tem aumentado os esforços na avaliação das suas tecnologias para oferta a parceiros. Cumpre destacar que o licenciamento é uma dificuldade encontrada por todas as instituições de ensino superior.



DIRETRIZ 8

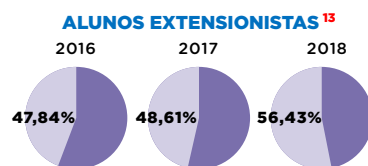
Aprimorar e criar mecanismos para o desenvolvimento pleno das atividades de Extensão, Culturas e Artes.

Contempla as metas para garantir a inserção da Extensão no processo de formação discente, bem como aquelas que visam instituir e aprimorar a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. Abrange as iniciativas para fortalecer as estruturas de Extensão, Cultura e Artes nos diversos campi e para criar mecanismos de formulação e execução de programas e projetos e desenvolvimento das atividades de Extensão, Cultura e Artes.

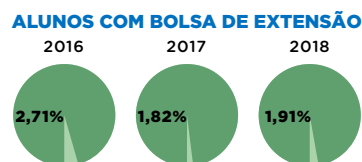
Extensão

Id	Tipo de meta	Descrição da Meta	Meta	Unidade de Medida	Previsto 2018	Realizado 2018
1973	Meta institucional	Criar e manter programa de circulação cultural entre os campi da UFU, com perspectiva de ampliação para as regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	Física	Programas	0	1
			Custeio	R\$	0	100.000
			Capital	R\$		
2018	Meta institucional	Regulamentar o "Programa Institucional de Apoio às Ações de Cultura" na Universidade - PIAEX	Física	Resolução	0	1
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
2023	Meta institucional	Realizar novos eventos de extensão e cultura	Física	Eventos	1	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
2024	Meta institucional	Atender as demandas de criação de cursos de extensão	Física	Porcentagem		8
			Custeio	R\$	11.000	15.000
2025	Meta institucional	Regulamentar a política de Museus e Centros de Documentação da UFU.	Física	Resolução	0	1
			Custeio	R\$	0	90.000
			Capital	R\$		

Fonte: PIDE 2016-2021



Fonte: PROEXC



Fonte: PROEXC

**RECURSOS OBTIDOS
EM PROPOSTAS APROVADAS POR
AGÊNCIAS OU PARCERIAS (R\$)**



Fonte: PROEXC

ANÁLISE CRÍTICA: EXTENSÃO

Os discentes matriculados em cursos de graduação participaram ativamente de ações extensionistas, com recebimento de certificação emitida pela UFU. O crescimento de 15% no número de discentes certificados é o resultado da valorização das ações de extensão com a inserção do coeficiente de extensão na Matriz Orçamentária da universi-

dade a partir de 2016 e também do fortalecimento das Coordenações de Extensão nas faculdades e institutos, o que promove o aumento das ações de extensão disponíveis.

Apesar desse crescimento, houve redução tanto no percentual de alunos matriculados da graduação que recebem bolsa de extensão quanto nos recursos obtidos em propostas aprovadas por agências

ou parcerias. A redução, de 2016 para 2017, de 30% no número de bolsas ocorreu em razão do fim do Programa de Extensão Universitária (ProExt), programa do MEC de financiamento de atividades de extensão. O número de bolsas não variou na mesma proporção que o orçamento (redução de 89% de 2016 para 2018), uma vez que parte dos projetos foram financiados por orçamento próprio.



DIRETRIZ 9

Fortalecer e ampliar a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Abrange iniciativas que contribuam para a promoção da indissociabilidade entre os pilares fundamentais de nossa Universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão.

Indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão

Id	Tipo de meta	Descrição da Meta	Meta	Unidade de Medida	Previsto 2018	Realizado 2018
838	Meta institucional	Implantar e consolidar as Coordenações de Extensão nas Unidades Acadêmicas	Física	Coordenações	4	4
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		

Fonte: PIDE 2016-2021

COORDENAÇÕES DE EXTENSÃO EM FUNCIONAMENTO

2016	2017	2018
7	12	16

ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO QUE PARTICIPARAM DE PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

2017	2018
8,82%	7,35%

PROJETOS QUE ENVOLVAM AÇÕES CONJUNTAS ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

2018
25

Fonte: PROEXC/PROPP

ANÁLISE CRÍTICA: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Para promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a UFU tem feito esforços para implementar projetos que envolvam ações conjuntas entre as O3 áreas. Em 2018, destaca-se a divulgação do Programa Institucional de Apoio a Eventos (PIAEV), edital conjunto entre PROGRAD, PROPP e PROEXC, que recebeu 73 inscrições e aprovou 25 projetos para o desenvolvimento de eventos que promovam o fortalecimento do tripé ensino-pesquisa-extensão. Outro êxito foi o avanço na regulamentação

das Coordenações de Extensão, que pode ser verificado com um crescimento de 71% de 2016 para 2017 e de 33% para 2018. No último ano 06 novas Coordenações foram regulamentadas pelo CONSUN. Ainda no contexto de integração, embora o envolvimento dos alunos com a pesquisa seja baixo, o que pode ser explicado pela pouca oferta de bolsas, permanece como desafio para a instituição investir em iniciação científica, que é princípio da formação de novos pesquisadores.



DIRETRIZ 10

Aprimorar e criar mecanismos voltados para o planejamento, a execução plena e o controle contínuo dos processos administrativos, logísticos, serviços, obras e de sustentabilidade social e ambiental.

Abrange as iniciativas para modernizar os processos administrativos, logísticos, de serviços e de obras, visando a melhoria dos processos de licitação, compra, manutenção, execução de serviços gerais, fiscalização de contratos, monitoramento e contabilização dos custos e avaliação dos riscos de gestão. Essa diretriz contempla ainda propostas para a formalização dos dispersos elementos de Governança da instituição.

TEMPO MÉDIO ENTRE DATA DE EMPENHO E DATA DE LIQUIDAÇÃO DE DESPESA (EM DIAS)

2016	2017	2018
46	40	45

Fonte: PROPLAD

Id	Tipo de meta	Descrição da Meta	Meta	Unidade de Medida	Previsto 2018	Realizado 2018
344	Meta institucional	Mapear os processos organizacionais do Hospital de Clínicas	Física	Projetos (%)	15	699 processos
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
1957	Meta institucional	Rever e regulamentar junto aos Conselhos Superiores a estrutura organizacional da UFU	Física	Resolução	1	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
2162	Meta institucional	Aprimorar os mecanismos de gestão, controle e de regularização dos bens imóveis da UFU.	Física	Projetos (%)	45	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		

Fonte: PIDE 2016-2021



ÍNDICE DE GASTOS COM VIGILÂNCIA POR ÁREA TOTAL (POR M²)

2016	2017	2018
0,71	0,56	0,62

ÍNDICE DE GASTOS COM TRANSPORTE (PER CAPITA)

2016	2017	2018
R\$ 326,64	R\$ 294,03	R\$ 316,54

ÍNDICE DE GASTOS COM LIMPEZA POR ÁREA CONSTRUÍDA (POR M²)

2016	2017	2018
R\$ 0,81	R\$ 0,93	R\$ 0,79

Fonte: PREFE



CONSUMO DE ÁGUA (M³ PER CAPITA)

2016	2017	2018
5,09	5,95	6,19

CONSUMO DE ENERGIA (KWH PER CAPITA)

2016	2017	2018
443,79	399,08	401,85

CONSUMO DE PAPEL (RESMAS PER CAPITA)

2016	2017	2018
4,26	3,29	2,31

CONSUMO DE COPOS DESCARTÁVEIS (COPOS PER CAPITA)

2016	2017	2018
307,27	282,97	250,93

Fonte: PREFE



ANÁLISE CRÍTICA: PROCESSOS LOGÍSTICOS E ADMINISTRATIVOS

Com referência ao índice de gastos com vigilância e índice de gastos com transporte, os resultados apontam crescimento de 2017 para 2018. O fato pode ser explicado pelos reajustes e repactuações dos contratos de vigilância e pelo aumento dos postos de trabalho, além da celebração de um novo contrato referente às atividades de vídeo monitoramento. Já para o índice de gastos com transporte, de 2017 para 2018 houve aumento de aproximadamente 7,65% no valor gasto, resultado do aumento da população absoluta e da demanda de transportes *intercampi*, especialmente os deslocamentos para o *Campus Glória*.

Em 2018, a UFU apresentou resultados positivos que demonstram eficiência no índice de gastos com limpeza. Houve diminuição de aproximadamente 15,05%, resultante de readequações feitas nos contratos de limpeza, que reduziram postos de serviços e reestruturaram escalas de trabalho. Outro motivo da queda foi a ocorrência de novas licitações para os contratos já encerrados, permitindo economia nos valores contrata-

dos para os serviços.

Os resultados da sustentabilidade ambiental demonstram que o consumo de água e energia cresceu em 2018. Para o consumo de água, houve aumento per capita de 4,03% de 2017 para 2018. Segundo relatório da Agência Nacional de Águas, ocorreu uma grave crise hídrica entre os anos de 2014 a 2016, sendo 2016 o ano mais crítico. Nesse contexto, houve uma grande sensibilização da população quanto à redução do consumo de água. A partir de 2017, segundo o Instituto Nacional de Meteorologia, ocorreu o aumento da pluviosidade anual e, associado a esse fato, a redução nas campanhas de conscientização, resultando no aumento do consumo per capita de água. Já com referência ao consumo de energia identificamos um crescimento de 0,7% (2017 para 2108), o que é positivo considerando a importante economia conquistada de 2016 para 2017. As lâmpadas fluorescentes vêm sendo substituídas gradativamente por similares com tecnologia LED, o que gera economicidade e maior eficiência energética. Além disso, a

Instituição vem adquirindo equipamentos com selo Procel “A” (Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica), que corrobora para a redução no consumo de energia.

Os resultados dos itens de consumo de papel e de copos descartáveis são positivos. A redução de 29,8% na utilização de papel em 2018 é explicada sobretudo pela adoção do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), implantado em 2017. Já a redução de 11,3% no consumo de copos descartáveis em 2018 é justificada pelas ações de sensibilização que a UFU tem promovido nos últimos anos.

Com relação aos processos administrativos, considerando que o fornecedor tem 30 dias para executar o serviço ou entregar o material, entende-se que a UFU tem consumido em média 13 dias em seu processo. A redução de 2016 para 2017 ocorreu em virtude da queda de aquisições de bens móveis, que gastam mais tempo para conferência. O aumento em 2018 foi ocasionado pela retomada das aquisições.



DIRETRIZ 11

Desenvolver parcerias e formas alternativas de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Abrange iniciativas que visam ampliar a participação das fundações de apoio da UFU no âmbito dos projetos e serviços por ela desenvolvidos. Contempla também a criação e/ou ampliação de estruturas, fóruns permanentes e câmaras temáticas que, alinhados aos Conselhos pertinentes, possam contribuir para a definição de rumos e políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão.

PROJETOS DESENVOLVIDOS EM PARCERIAS COM A FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO - FAU

2016	2017	2018
118	251	162

VOLUME DE RECURSOS FINANCEIROS CAPTADOS POR PROJETOS INDIVIDUAIS E ADMINISTRADOS PELA FUNDAP (EM R\$)

2016	2017	2018
346.259,05	344.396,27	506.966,54

VOLUME DE RECURSOS FINANCEIROS CAPTADOS POR PROJETOS INDIVIDUAIS E ADMINISTRADOS PELA FAU (EM R\$)

2016	2017	2018
27.922.814,15	24.267.318,76	56.336.282,23

PROJETOS DESENVOLVIDOS EM PARCERIAS COM A FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DE UBERLÂNDIA - RTU

2016	2017	2018
1	1	1

PROJETOS DESENVOLVIDOS EM PARCERIAS COM A FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO - FUNDAP

2016	2017	2018
7	9	9

VOLUME DE RECURSOS FINANCEIROS CAPTADOS POR PROJETOS INDIVIDUAIS E ADMINISTRADOS PELA RTU (EM R\$)

2016	2017	2018
704.902,36	614.943,42	888.027,60

Fonte: FAU/FUNDAP/RTU

Fonte: FAU/FUNDAP/RTU

ANÁLISE CRÍTICA: FUNDAÇÕES

Os resultados da interação da UFU com suas fundações de apoio produzem efeitos significativos. Em referência ao número de projetos, houve redução em quantidade apenas na Fundação de Apoio Universitário (FAU). No

entanto, o volume de recursos financeiros captados por projetos em todas as fundações foi maior em 132% na FAU, 47% na FUNDAP e 44% na RTU, totalizando um montante de R\$ 32.504.617,92 a mais em recursos em 2018.



DIRETRIZ 12

Promover a Assistência Estudantil para garantir o exercício pleno direito à educação.

Abrange iniciativas destinadas a ampliar a cobertura, as estruturas e os equipamentos das políticas de permanência (prioritária e ampliada) e de conclusão de curso, no âmbito da Assistência Estudantil, que contribuam para a permanência do discente e seu melhor aproveitamento na Universidade. Ainda, contempla as atividades de integração, confraternização e físico-desportivas voltadas para o segmento discente.

Assistência Estudantil

Id	Tipo de meta	Descrição da Meta	Meta	Unidade de Medida	Previsto 2018	Realizado 2018
950	Meta institucional	Ampliar para 5.500, o número de discentes atendidos pelo programa PROSSIGA	Física	Discentes	4000	8.204
			Custeio	R\$	40.000	579.600
			Capital	R\$		
963	Meta institucional	Estruturar e ampliar para 250, o número de atendimentos em Psicologia Escolar/ Educacional	Física	Atendimentos	180	111
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
965	Meta institucional	Ampliar o número de kits de instrumental odontológico disponibilizado	Física	Unidades	5	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
977	Meta institucional	Ampliar para 500, o número de atendimentos aos discentes nos Centros Esportivos	Física	Atendimentos	400	400
			Custeio	R\$		86.358
			Capital	R\$		
984	Meta institucional	Ampliar o número de refeições servidas pelos restaurantes universitários	Física	Porcentagem	10	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
2178	Meta institucional	Regulamentar Bolsa de Material Didático	Física	Resolução	1	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
2173	Meta institucional	Regulamentar a metodologia de Análise Socioeconômica	Física	Resolução		
			Custeio	R\$	1	0
			Capital	R\$		
2181	Meta institucional	Elaborar e implementar Política de Promoção de igualdades, com respeito as diversidade: étnico- racial, gênero e sexualidade	Física	R\$	1	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
2182	Meta institucional	Elaborar e implementar Política de Saúde do Estudante	Física	Resolução	1	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		

Fonte: PIDE 2016-2021



Número de alunos atendidos por modalidade (benefícios diretos)

Modalidade	2016	2017	2018
Alimentação	569	626	750
Moradia	2.006	2.103	2.094
Creche	12	131	47
Acessibilidade	14	10	15
Mobilidade	13	4	10
Transporte Municipal	529	503	427
Transporte Intermunicipal	260	225	206
Promisões	24	17	21
Permanência		96	88

Fonte: PROAE

Número de alunos atendidos por modalidade (benefícios indiretos)

Modalidade	2016	2017	2018
Moradia (Residência Estudantil)	46	90	100
Transporte (Recarga de Passe)	9.728 (1.898)	14.368 (1.740)	12.836 (1.845)
Atendimento Saúde	445	456	798
Apoio Pedagógico	144	220	
Esporte (Adesão)	2.604	3.553	4.246
PIAC (Projetos Culturais a discentes)		15	11

Fonte: PROAE

Número de refeições fornecidas

Modalidade	2016	2017	2018
Café da Manhã	44.136	53.109	42.239
Almoço/Jantar	936.792	1.127.325	1.094.017
Total de Refeições servidas	980.928	1.180.434	1.136.256

Fonte: PROAE

ANÁLISE CRÍTICA: ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A UFU tem concentrado esforços para garantir o investimento em eventos e ações psico-educativas, pedagógicas, esportivas, culturais e de promoção de igualdades aos seus estudantes, valorizando a integração estudantil e as manifestações culturais. O resultado pode ser constatado no aumento de 45,31% do número de ações promovidas e também na ampliação do número de alunos participantes em eventos.

A oferta de bolsas de assistência estudantil é apresentada à comunidade por meio de editais de seleção para ingresso anual e/ou semestral. A definição das modalidades de bolsas está prevista no Decreto 7.234/2010 do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e também em outros programas como: Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES), Programa de Bolsa Permanência (PBP) e Programa Incluir (Acessibilidade).

Em 2018, a queda de 6,65% no total de benefícios concedidos é explicada pela limitação

de recursos orçamentários e financeiros disponíveis.

O número de alunos atendidos por modalidade, seja por benefícios diretos ou indiretos, apresenta aumento nos últimos 03 anos. Contudo esse acréscimo não reflete o aumento na oferta de bolsas, mas apenas a rotatividade de bolsistas beneficiados em função de avaliações e conclusão no curso.

Os 04 Restaurantes Universitários (RU's) da UFU oferecem três refeições: café da manhã (somente para bolsistas), almoço e jantar. A pequena variação em relação ao número de refeições demonstra a melhoria no processo de monitoramento de acessos e do número de refeições, busca assegurar o serviço de alimentação e nutrição do Restaurante Universitário (RU) para atender a comunidade acadêmica, em especial aos estudantes participantes do Programa de Assistência Estudantil, dentro dos padrões que garantam equilíbrio nutricional.



DIRETRIZ 13

Fortalecer a comunicação e ampliar a visibilidade das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Abrange as iniciativas que visam a mais ampla divulgação das contribuições da Universidade, no cumprimento de sua missão, envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão, por meio dos mais diversos veículos e meios de comunicação.

Assista aos vídeos do



Comunicação

Id	Tipo de meta	Descrição da Meta	Meta	Unidade de Medida	Previsto 2018	Realizado 2018
2100	Meta institucional	Atualizar websites institucionais	Física	Websites	60	90
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		

Fonte: PIDE 2016-2021



EDIÇÕES DO JORNAL DA UFU

2016	2017	2018
8	7	2

EDIÇÕES DO BOLETIM COMUNICA UFU (Facebook)

2017	2018
20	240

EDIÇÕES DO BOLETIM COMUNICA UFU (FM Universitária / Boletins)

2016	2017	2018
1.500	2.400	2.400

Fonte: DIRCO

ANÁLISE CRÍTICA: COMUNICAÇÃO

O número de edições do Jornal da UFU reduziu de 2017 para 2018; em contrapartida, novas formas de divulgação e veiculação de informações foram disponibilizadas em redes sociais, na FM Universitária e na TV Universitária.

O Boletim Comunica UFU é uma produção diária veiculada durante a grade de programação da Rádio Universitária FM (107,5) e divulga os acontecimentos da instituição, com foco na popularização da produção científica. Em 2018, foram inseridas entrevistas e disponibilização de sistemas de Podcasts no Portal Comunica. Além disso, em março de 2018, a UFU, em parceria com a RTU, instituiu o JU - Jornal da UFU. Exibido ao vivo (de segunda a sexta-feira, às 19h), o JU aborda temas atuais, discutidos e debatidos entre convidados com mediação do apresentador, além de matérias pertinentes ao tema.



DIRETRIZ 14

Valorizar o servidor, humanizar suas condições e relações de trabalho e promover seu desenvolvimento profissional.

Abrange iniciativas que visam fortalecer e expandir as ações de conforto, ergonomia, saúde e segurança no ambiente trabalho, bem como a promoção do desenvolvimento profissional de docentes, técnicos e gestores. Também envolve os esforços de aprimoramento contínuo dos sistemas de avaliação do desempenho de pessoas e de gestão.



SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS PARTICIPANTES DE PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO

2016 2017 2018
24,86% **26,18%** **27,53%**

ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO¹⁴

2016 2017 2018
1,61% **1,77%** **1,78%**

ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE¹⁵

2016 2017 2018
4,79 **4,82** **4,61**

Fonte: PROGEP

Capacitação

Id	Tipo de meta	Descrição da Meta	Meta	Unidade de Medida	Previsto 2018	Realizado 2018
981	Meta institucional	Propor e regulamentar junto aos Conselhos Superiores, um Programa Institucional de Desenvolvimento dos Servidores	Física	Resolução	1	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
1941	Meta institucional	Redefinir e regulamentar junto aos Conselhos Superiores a política de estágio não curricular	Física	Resolução	1	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
1944	Meta institucional	Capacitar os servidores da Instituição	Física	Servidores	1100	1.280
			Custeio	R\$	70.000	84.872
			Capital	R\$		

Fonte: PIDE 2016-2021

Qualificação

Id	Tipo de meta	Descrição da Meta	Meta	Unidade de Medida	Previsto 2018	Realizado 2018
2135	Meta institucional	Implementar a gestão por competências	Física	Projetos	1	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
2146	Meta institucional	Apoiar a qualificação dos servidores da Instituição (quali UFU + afastamentos)	Física	Servidores	320	217
			Custeio	R\$	840.000	685.373
			Capital	R\$		

Fonte: PIDE 2016-2021

Saúde

Id	Tipo de meta	Descrição da Meta	Meta	Unidade de Medida	Previsto 2018	Realizado 2018
1952	Meta institucional	Regulamentar plano de prevenção e acompanhamento da saúde e qualidade de vida do servidor	Física	Resolução	1	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		

Fonte: PIDE 2016-2021

SERVIDORES PARTICIPANTES DE PROGRAMAS DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

2016 2017 2018
76,21% **72,36%** **73,96%**

Fonte: PROGEP

SERVIDORES LICENCIADOS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE¹⁶

2016 2017 2018
12,03% **13,34%** **14,29%**

Fonte: PROGEP



ANÁLISE CRÍTICA: DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Com a finalidade de promover o aprimoramento profissional e a entrega de melhores resultados, tanto para os técnico-administrativos quanto para os docentes, a UFU demonstra bons resultados nos itens de capacitação e de qualificação.

O índice de qualificação do corpo técnico-administrativo demonstra que a ampla maioria possui educação formal, com 44% dos técnicos graduados com especialização. Os índices do último triênio registram queda significativa dos técnicos que não possuem graduação, bem como considerável aumento de técnicos com mestrado e doutorado. A crescente qualificação é resultado de ações conjuntas, como o Programa de Apoio à Qualificação (QUALI-UFU) e a política de afastamentos, que visam estimular os técnicos e propiciar condições para ingresso e conclusão de cursos de educação formal, em seus vários níveis.

O índice de qualificação do corpo docente teve uma queda irrelevante. Contudo, essa redução

é motivada por uma adaptação da metodologia de cálculo. Em relação aos dados brutos de 2018, houve um aumento de 3,25% no número de doutores. Na capacitação dos servidores técnico-administrativos, o baixo percentual está associado ao grande número de servidores que já estão no último nível de capacitação no seu plano de carreira. Ainda assim, observa-se um aumento nesse índice em razão da intervenção de ações conjuntas que estimulem a capacitação.

Associada à finalidade de promover a entrega de melhores resultados, torna-se importante desenvolver um ambiente que proporcione qualidade de vida no trabalho. Os resultados obtidos no cálculo do indicador de qualidade de vida no trabalho permitiram identificar que cerca de 74% dos servidores foram atendidos por um dos programas oferecidos em 2018. Esse resultado evidencia os esforços em atender um número crescente de servidores, aumentando a abrangência de atendimento com a oferta dos

mais diversos programas de qualidade de vida.

Já o índice de servidores licenciados para tratamento de saúde demonstra que, ao longo dos últimos anos, houve um aumento na quantidade de servidores afastados, partindo de 12,03% em 2016 até atingir 14,29% no ano de 2018. A elevação de licenças concedidas para servidores pode estar relacionada com o incremento do quantitativo de licenças concedidas com base em doenças classificadas como transtornos mentais e comportamentais, as quais representavam 47,94% do total de licenças em 2016 e atingiu 54,69% em 2018. De posse desses resultados, a universidade vem intensificando as atividades de prevenção, com o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, mediante realização de palestras e pesquisas com a participação dos servidores, além da implementação do Programa de Saúde Mental, que busca realizar o atendimento e acompanhamento psicológico e psiquiátrico desses servidores, visando encaminhar os pacientes ao tratamento adequado.



DIRETRIZ 15

Desenvolver ações de recomposição, de ampliação, de dimensionamento e de reorganização do quadro permanente de pessoal e de gestão do quadro terceirizado.

Abrange ações junto ao MEC visando ampliar o quadro de pessoal na perspectiva de atender a expansão da instituição. Contempla, ainda, o estabelecimento e implementação de modelos internos de dimensionamento de pessoal e de reorganização dos processos de trabalho, promovendo sua otimização, incluindo o replanejamento das terceirizações.

Quadro de Pessoal

Id	Tipo de meta	Descrição da Meta	Meta	Unidade de Medida	Previsto 2018	Realizado 2018
1939	Meta institucional	Propor e regulamentar junto aos Conselhos Superiores, um modelo de dimensionamento e distribuição das vagas de docentes.	Física	Resolução	1	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
1940	Meta institucional	Atender as demandas internas de pessoal, atreladas ao processo de expansão do MEC.	Física	Porcentagem	10	13,35
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
1943	Meta institucional	Regulamentar a sistemática de avaliação dos Técnicos Administrativos em Educação e dos Docentes	Física	Resolução	1	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
1970	Meta institucional	Propor e regulamentar junto aos Conselhos Superiores, um modelo de dimensionamento e distribuição das vagas de técnicos administrativos.	Física	Resolução	1	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
2136	Meta institucional	Propor e regulamentar um plano de avaliação de desempenho atrelado ao desenvolvimento de competências organizacionais	Física	Resolução	1	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		

Fonte: PIDE 2016-2021

PROFESSORES EQUIVALENTES ¹⁷

2016	2017	2018
1.788	1.799	1.832

FUNCIONÁRIOS EQUIVALENTES, INCLUINDO O HOSPITAL DE CLÍNICAS ¹⁸

2016	2017	2018
4.101	4.119	4.145

FUNCIONÁRIOS EQUIVALENTES, EXCLUINDO O HOSPITAL DE CLÍNICAS ¹⁹

2016	2017	2018
2.735	2.772	2.836

Fonte: PROPLAD

ÍNDICE DE SERVIDORES TERCEIRIZADOS ²⁰

2016	2017	2018
31,29%	32,80%	34,63%

RELAÇÃO ALUNO POR FUNCIONÁRIO, INCLUINDO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

2016	2017	2018
5,45%	5,77%	5,56%

RELAÇÃO ALUNO POR FUNCIONÁRIO, EXCLUINDO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

2016	2017	2018
8,18	8,58	8,12

Fonte: PROPLAD

RELAÇÃO FUNCIONÁRIO POR PROFESSOR, INCLUINDO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

2016	2017	2018
2,29	2,29	2,26

RELAÇÃO FUNCIONÁRIO POR PROFESSOR, EXCLUINDO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

2016	2017	2018
1,53	1,54	1,55

Fonte: PROPLAD



ANÁLISE CRÍTICA: **QUADRO DE PESSOAL**

O número de professores equivalentes, composto por efetivos, substitutos e visitantes, cresceu 1,83% resultado do aumento no número de docentes efetivos em 1,72%. Já o indicador de funcionários incluindo o hospital de clínicas, composto por servidores técnico-administrativos UFU e hospital de clínicas, professores do ensino fundamental e/ou médio e contratados, aumentou em 0,63%. Também para o quadro de funcionários, excluindo os servidores do hospital de clínicas, teve um aumento de 2,31%. Contudo, o número de funcionários efetivos em 2018 apresentou queda de 1,98%. O aumento no número total de funcionários é reflexo do número de terceirizados. Conforme aponta o indicador de servidores terceirizados, o aumento de 31,29% em 2016 para 34,63% 2018 se deve à redução do quadro efetivo de TAE e o consequente aumento de terceirizados para realização de atividades desenvolvidas por

ocupantes de cargos extintos e outras áreas meio da instituição.

A redução do quadro efetivo de técnicos é explicada pelas aposentadorias de servidores ocupantes de cargos extintos, que não puderam ser repostos por duas razões: pela vedação de nomeações e realizações de concursos para determinados cargos (Decreto nº 9.262/2018) e pela redistribuição de códigos de vaga de nível “C” da UFU para o MEC (Portaria MEC nº 1.297/2018).

Ao fazer essa análise conclui-se que o quadro de docentes e técnicos administrativos, incluindo os terceirizados, cresceu em 2018. Contudo, é necessário avaliar se essa quantidade total é suficiente para atender as demandas da instituição. Por isso, apresentamos indicadores que medem a relação entre a quantidade de alunos por funcionário e a quantidade de funcionários por professor.

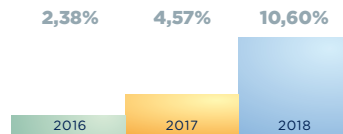


DIRETRIZ 16

Aprimorar e desenvolver ferramentas institucionais para a obtenção e tratamento dos dados e a geração de informações úteis.

Abrange a instrumentalização dos processos de ensino, de pesquisa e inovação, de extensão e de administração, por meio de sistemas (web), ampliando e melhorando os serviços prestados à comunidade (interna e externa).

INVESTIMENTOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) ²¹



Fonte: PROPLAD

ANÁLISE CRÍTICA:

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O aumento expressivo de 284% (de R\$ 1.925.438,04 em 2016 para R\$ 7.392.029,32 em 2018) no índice de investimentos em Tecnologia da Infor-

Tecnologia da Informação

Id	Tipo de meta	Descrição da Meta	Meta	Unidade de Medida	Previsto 2018	Realizado 2018
317	Meta institucional	Implementar software para mapeamento de competências e expertises de pesquisas na UFU, de modo a impulsionar a interação universidade-empresa.	Física	Software	1	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
345	Meta institucional	Implantar indicadores de qualidade gerais e setoriais no Hospital de Clínicas	Física	Indicadores	10	48
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
352	Meta institucional	Desenvolver e Integrar sistemas institucionais no Hospital de Clínicas	Física	Software	5	8
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
2002	Meta institucional	Adquirir nobreak para equipar salas técnicas	Física	Equipamentos	12	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
			Capital (Recursos de outras fontes)	R\$	50.000	
2104	Meta institucional	Aprimorar e ampliar a cobertura de rede Wi-Fi da Universidade.	Física	Access Point	450	100
			Custeio	R\$		90.000
			Capital	R\$		
2105	Meta institucional	Aprimorar e ampliar a cobertura de rede cabeada na Universidade.	Física	Ponto de rede	1800	1877
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$	1.223.714	895.657
2106	Meta institucional	Desenvolver e Integrar sistemas institucionais	Física	Software	6	9
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
2109	Meta institucional	Equipar salas de programas de pós-graduação para suporte web conference destinados a defesa de dissertações e teses	Física	Programas de pós-graduação	38	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		

Fonte: PIDE 2016-2021

mação demonstra que a instituição tem priorizado a área de tecnologia, informação e comunicação,

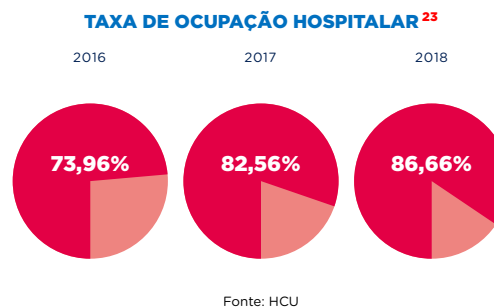
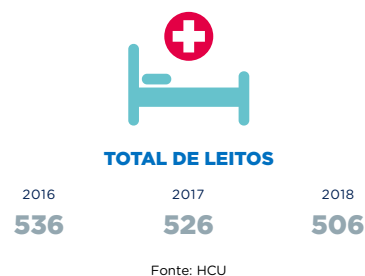
visando melhorar sua produtividade e aumentar a segurança das suas informações.



Percentual de atendimentos do Hospital de Clínicas de Uberlândia (por tipo) ²²

Ano	Total de atendimentos no HC	Atendimentos ambulatoriais	Atendimentos de Pronto Socorro	Aplicações quimioterápicas e radioterápicas	Exames	Outros
2016	1.809.845	26%	5%	6%	60%	3%
2017	2.163.626	27%	4%	5%	62%	3%
2018	2.324.161	26%	4%	4%	63%	3%

Fonte: HCU



ANÁLISE CRÍTICA:

HOSPITAL DE CLÍNICAS

A redução no número de leitos é justificada por uma adequação de metodologia, que adota um critério mais rigoroso de contagem. Com relação à taxa de ocupação de leitos, a UFU registrou uma ocupação de 86,66% em 2018, um pouco acima da taxa considerada ideal, que é de 75% a 85%.



DIRETRIZ 17

Ampliar, otimizar a ocupação e a gestão do espaço físico e infraestrutura em consonância aos Planos Diretores.

Abrange o constante redimensionamento, a construção, a reforma, a manutenção e outras formas de adequações dos espaços e estruturas existentes, em consonância com a expansão e os diversos planos diretores da Universidade.

Infraestrutura

Id	Tipo de meta	Descrição da Meta	Meta	Unidade de Medida	Previsto 2018	Realizado 2018
2066	Meta institucional	Reformar/Equipar laboratórios destinados à pesquisa	Física	Laboratórios	2	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$	148.106	
2069	Meta institucional	Equipar laboratórios e demais espaços destinados às atividades de ensino na Graduação	Física	Laboratórios	50	0
			Custeio	R\$	1.049.468	
			Capital	R\$	1.500.000	
2065	Meta institucional	Construir laboratórios multiusuários destinados a pesquisa	Física	Laboratórios	1	17
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$	98.639	1.000.000
1937	Meta institucional	Construir Complexo Institucional de Centros e Laboratórios de Apoio à Pesquisa e Inovação (CICLAPI), incluindo: Centro de Pesquisa e Inovação em Energias Renováveis (CPIER); Centro de Pesquisa e Inovação em Recursos Hídricos (CPIRH); Centro de Pesquisa e Inovação em Biodiversidade (CPIBD); Centro de Pesquisa e Inovação em Materiais (CPIMAT); Centro de Estudos Estratégicos em Convergência Tecnológica (CEECT); Laboratório Institucional de Calibração e Radioproteção (LICR); Laboratório Institucional de Equipamentos Multiusuário (LIEM), Centro de Bioterismo e Experimentação Animal (CBEA), Centro Tecnológico, Agrícola e Ambiental do Cerrado Mineiro (CTAACM), Centro de Pesquisa e Inovação em Fertilizantes e Alimentos (CPIFert) e outros centros agregados.	Física	Projetos (%)	16,7%	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
			Capital (Recursos de outras fontes)	R\$	1.000.000	0
2040	Meta institucional	Adequar a infraestrutura básica do campus Pontal (abastecimento de água, captação de água pluvial, captação e tratamento de esgoto)	Física	Projetos (%)	33,3%	8%
			Custeio	R\$	500.000	120.000
			Capital	R\$	0	
2076	Meta institucional	Executar projeto de readequação do espaço físico do campus Santa Mônica devido a transferências de unidades para o Campus Glória.	Física	Projetos (%)	3,33%	0
			Custeio	R\$	400.000	
			Capital	R\$	0	
2161	Meta institucional	Construção do centro cirúrgico e de internação do Hospital do Câncer	Física	Projetos (%)	100,0%	100,0%
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		317.398,51

continua na página seguinte



2042	Meta institucional	Adequar a infraestrutura básica do campus Pontal (Arquitetura paisagística, áreas de uso comum, esportes e convivência)	Física	Projetos (%)	16,0%	0
			Custeio	R\$	120.000	
			Capital	R\$	0	
1343	Meta da unidade	- Adequar a infraestrutura das áreas de uso comum e de convivência no campus Pontal	Física	Projetos (%)	16,7%	0
			Custeio	R\$	50.000	
			Capital	R\$	0	
1449	Meta da unidade	- Concluir arquitetura paisagística nos quadrantes Norte e Nordeste no campus Pontal	Física	Projetos (%)	13,3%	0
			Custeio	R\$	20.000	
			Capital	R\$	0	
2044	Meta da unidade	- Adequar a infraestrutura de esportes do campus Pontal	Física	Projetos (%)	16,7%	0
			Custeio	R\$	50.000	
			Capital	R\$		
2158	Meta institucional	Construir um novo prédio para a Faculdade de Medicina que atenda integralmente as necessidades de todos os cursos da Unidade.	Física	Projetos (%)	28,0%	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
2034	Meta institucional	Adequar a infraestrutura básica do campus Monte Carmelo (abastecimento de água, captação de água pluvial, captação e tratamento de esgoto)	Física	Projetos (%)	76,9%	0
			Custeio	R\$	100.000	
			Capital	R\$		
1114	Meta da unidade	- Construir casa de tratamento de água no campus Monte Carmelo - Poço 2	Física	Projetos (%)	100,0%	0
			Custeio	R\$		
			Custeio	R\$	100.000	
2035	Meta institucional	Adequar a infraestrutura básica do campus Monte Carmelo (Arquitetura paisagística, áreas de uso comum, esportes e convivência)	Física	Projetos (%)	0	20%
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		24.000
1123	Meta da unidade	Adequar a arquitetura paisagística do campus Monte Carmelo	Física	Projetos (%)	0	20%
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		24.000
2057	Meta institucional	Construir/Ampliar espaços diversos destinados a atividades de ensino, pesquisa e extensão nos campi da UFU	Física	Projetos (%)	4,53%	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
			Capital (Recursos de outras fontes)	R\$	3.600.000	

continua na página seguinte

ÍNDICE DE ESPAÇOS FÍSICOS CONTEMPLADOS POR PLANOS DIRETORES ATUALIZADOS E EM EXECUÇÃO

2016	2017	2018
100%	100%	100%

ÍNDICE DE PRÉDIOS COM PLANO DE PROTEÇÃO DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS

2016	2017	2018
59,91%	59,91%	60,17%

ÍNDICE DE ÁREA ANUAL CONSTRUÍDA REFORMADA

2016	2017	2018
1,21%	0,47%	0,82%

ÍNDICE DE ÁREA ANUAL CONSTRUÍDA ADICIONADA DOS PRÉDIOS

2016	2017	2018
1,33%	0,00%	3,29%

ÍNDICE DE ÁREA CONSTRUÍDA ADICIONADA DA ÁREA URBANA

2016	2017	2018
0,37%	0,12%	0,00%

Fonte: PREFE



1287	Meta da unidade	Adequar a infraestrutura de fornecimento de energia elétrica no Hospital Veterinário, ampliando a capacidade de carga	Física	Projetos (%)	0	49%
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$	0	R\$ 197.058,89
2089	Meta da unidade	- Concluir a construção do bloco 1APM	Física	Projetos (%)	19,45%	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
			Capital (Recursos de outras fontes)	R\$	3.600.000	
2046	Meta institucional	Adequar a infraestrutura básica do campus Santa Mônica (Arquitetura paisagística, áreas de uso comum, esportes e convivência)	Física	Projetos (%)	71,6%	62,1%
			Custeio	R\$	430.000	372.721
			Capital	R\$	0	
2047	Meta da unidade	Revitalizar os espaços verdes e áreas de convivência no campus Santa Mônica	Física	Projetos (%)	25,0%	25,0%
			Custeio	R\$	380.000	372.721
			Capital	R\$	0	
2048	Meta da unidade	Adequar a infraestrutura das áreas de uso comum/convivência do campus Santa Mônica	Física	Projetos (%)	20,0%	0
			Custeio	R\$	50.000	
			Capital	R\$		
2062	Meta institucional	Adequar a infraestrutura básica do campus Glória (rede de fornecimento de energia elétrica, iluminação, lógica, informática e telefonia)	Física	Projetos (%)	75,95%	46,81%
			Custeio	R\$	3.000.000	1.848.860
			Capital	R\$	0	
2063	Meta da unidade	- Adequar a infraestrutura de abastecimento de energia elétrica no campus Glória	Física	Projetos (%)	67,6%	50,0%
			Custeio	R\$	2.500.000	1.848.860
			Capital		0	
2064	Meta da unidade	- Adequar a infraestrutura lógica, de informática e telefonia no campus Glória	Física	Projetos (%)	50%	0
			Custeio	R\$	500.000	
			Capital	R\$	0	
2078	Meta institucional	Promover a transferência integral das unidades acadêmicas: FAMEV, ICIAG, FEMEC e FECIV para o campus Glória	Física	Projetos (%)	5,00%	0,50%
			Custeio	R\$	0	
			Capital	R\$	3.500.000	400.000
649	Meta da unidade	- Transferir as instalações físicas da Faculdade de Engenharia Mecânica para o campus Glória	Física	Projetos (%)	16,67%	0
			Custeio	R\$	0	
			Capital	R\$	2.500.000	

continua na página seguinte

ÍNDICE DE PRÉDIOS COM PLANO DE PREVENÇÃO DE COMBATE A INCÊNDIOS

2016	2017	2018
0,44%	0,44%	2,60%

ÍNDICE DE AMBIENTES COM ADEQUAÇÃO A ACESSIBILIDADE

Piso podotátil	Sanitário acessível	Deslocamento vertical
10,87%	52,17%	84,61%

RECURSO ORÇAMENTÁRIO GASTO COM OBRAS (EM R\$)

2016	2017	2018
22.679.602,59	18.420.425,51	7.504.152,65

RECURSO ORÇAMENTÁRIO GASTO COM MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS (EM R\$)

2016	2017	2018
10.512.051,87	10.414.958,81	13.826.236,25

Fonte: PREFE



2079	Meta da unidade	- Transferir as instalações físicas do Instituto de Ciências Agrárias para o campus Glória	Física	Projetos (%)	5,00%	30%
			Custeio	R\$	0	
			Capital	R\$	500.000	200.000
2081	Meta da unidade	- Transferir as instalações físicas da Faculdade de Medicina Veterinária para o campus Glória	Física	Projetos (%)	5,00%	30%
			Custeio	R\$	0	
			Capital	R\$	500.000	200.000
2077	Meta institucional	Executar projeto de readequação do espaço físico do campus Umuarama devido a transferências de unidades para o Campus Glória.	Física	Projetos (%)	3,00%	0
			Custeio	R\$	300.000	
			Capital	R\$	0	
2037	Meta institucional	Adequar a infraestrutura básica do campus Monte Carmelo (rede de fornecimento de energia elétrica, iluminação, lógica, informática e telefonia)	Física	Projetos (%)	16,92%	0
			Custeio	R\$	200.000	
			Capital	R\$	20.000	
2030	Meta institucional	Adequar a infraestrutura básica do campus Educação Física (Arquitetura paisagística, áreas de uso comum, esportes e convivência)	Física	Projetos (%)	10%	10%
			Custeio	R\$	70.000	173.855
			Capital	R\$	0	
2031	Meta da unidade	- Adequar a infraestrutura de esportes do campus Educação Física	Física	Projetos (%)	20%	0
			Custeio	R\$	50.000	
			Capital	R\$	0	
2032	Meta da unidade	- Adequar a infraestrutura paisagística do campus Educação Física	Física	Projetos (%)	20%	20%
			Custeio	R\$	20.000	108.773
			Capital	R\$		
			Custeio	R\$		65.081
			Capital	R\$		
2045	Meta institucional	Adequar a infraestrutura básica do campus Pontal (Sistema viário, estacionamento e demais estruturas equiparadas)	Física	Projetos (%)	0%	1%
			Custeio	R\$		22.000
			Capital	R\$		
1330	Meta da unidade	Construir bolsões de estacionamento nos quadrantes Norte e Nordeste no campus Pontal	Física	Projetos (%)	0%	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
1341	Meta da unidade	Construir garagem para veículos oficiais da UFU no campus Pontal	Física	Projetos (%)	0%	6%
			Custeio	R\$		22.000
			Capital	R\$		
1450	Meta da unidade	Implantar sistema viário nos quadrantes Norte e Nordeste do campus Pontal	Física	Projetos (%)	0%	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		

continua na página seguinte



ANÁLISE CRÍTICA:

INFRAESTRUTURA

Dos 7 *campi* da UFU, 6 possuem plano diretor aprovado e 01 aguarda a aprovação pelo CONSUN. Esse resultado mostra a valorização do planejamento, com toda a comunidade, da ocupação dos espaços universitários. Esse trabalho permite ainda uma orientação mais adequada da utilização de recursos orçamentários para novas construções de prédios e melhorias na infraestrutura.

Em 2017, com a queda de recursos orçamentários em investimento, várias obras foram paralisadas. Mesmo não sendo possível planejar a expansão em infraestrutura, em 2018 a UFU concluiu algumas obras, o que explica o crescimento de alguns índices.

Com referência ao Plano de Proteção de Prevenção de Incêndios, até 2016 era uma empresa contratada a responsável por elaborar e aprovar os projetos de PPCI. Nos anos seguintes, a Universidade estruturou equipe própria para fazer esse trabalho. Atualmente, 60,17% dos

2053	Meta institucional	Adequar a infraestrutura básica do campus Umuarama (Sistema viário, estacionamento e instalações equiparadas)	Física	Projetos (%)	0%	0,30%
			Custeio	R\$		7.500
			Capital	R\$		
2054	Meta da unidade	Refomar, ampliar e sinalizar as áreas externas (calçamentos, acessos, sinalização, etc.)	Física	Projetos (%)	25%	0,20%
			Custeio	R\$		7.500
			Capital	R\$		
2055	Meta institucional	Construir/Ampliar espaços diversos destinados a atividades administrativas e/ou de apoio nos campi da UFU	Física	Projetos (%)	0	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
136	Meta da unidade	Adequar o espaço físico da Faculdade de Computação do campus Santa Mônica	Física	Projetos (%)	0%	50,00%
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
871	Meta da unidade	Adequar infraestrutura básica de Assistência Estudantil	Física	Projetos (%)	0%	5,00%
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		

Fonte: PIDE 2016-2021

prédios possuem seus PPCI's aprovados. Contudo, mesmo aprovados, a taxa de implantação dos PPCI's permanece baixa devido ao corte de recursos orçamentários.

Para a adequação da acessibilidade e o atendimento às pessoas com deficiência, a UFU tem priorizado os investimentos na reforma dos sanitários e na instalação de plataformas elevatórias.

O cenário econômico desfavorável é motivador

da queda expressiva de 59% nos recursos orçamentários gastos com obras e na estabilidade dos recursos gastos com manutenção de imóveis. Os valores com manutenção de imóveis incluem gastos com material de consumo para manutenção de bens e instalações, compra de material elétrico e eletrônico, locação de mão-de-obra e com outros serviços terceirizados para manutenção de bens imóveis.



DIRETRIZ 18

Aprimorar os processos de captação e de gestão de recursos financeiros, alinhando-os à melhoria dos indicadores de desempenho institucionais.

Abrange as iniciativas de captação de recursos oriundos de diversas fontes orçamentárias, extraorçamentárias, de parcerias público-privadas (internacionais, federais, estaduais e municipais). Contempla ainda as metas voltadas para a adequada distribuição dos recursos no interior da Universidade e das suas diversas Unidades, em consonância com os propósitos de melhoria dos indicadores de desempenho.

Orçamento

Id	Tipo de meta	Descrição da Meta	Meta	Unidade de Medida	Previsto 2018	Realizado 2018
350	Meta institucional	Credenciar novos serviços do HC junto à secretaria municipal de saúde	Física	Unidades	3	1
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
351	Meta institucional	Ampliar em 30% as receitas do Hospital de Clínicas	Física	Porcentagem	6	6
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
2156	Meta institucional	Implementar a gestão por centros de custos no Hospital de clínicas	Física	Porcentagem	15	31
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		
2157	Meta institucional	Implementar a gestão por centros de custos na UFU	Física	Porcentagem	15	0
			Custeio	R\$		
			Capital	R\$		

Fonte: PIDE 2016-2021



GASTOS COM PESSOAL²⁴

2016	2017	2018
71,21%	72,55%	73,12%



GASTOS COM INVESTIMENTOS²⁶

2016	2017	2018
2,24%	2,31%	1,33%

GASTOS COM OUTROS CUSTEIOS²⁵

2016	2017	2018
21,28%	20,49%	20,97%

Fonte: PROPLAD

ÍNDICE MÉDIO DE REDUÇÃO DE VALOR NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS

2018
23,9%

Fonte: PROPLAD



ANÁLISE CRÍTICA: **ORÇAMENTO**

Entende-se como gasto com pessoal as despesas diretas com ativos, inativos e pensionistas. O gasto com pessoal representa o principal item de despesas de todo o setor público em virtude de sua especificidade de ofertar serviços.

O aumento no indicador “gastos com pessoal” é explicado pelo ingresso de novos servidores por concurso público – para suprir necessidades geradas pela expansão de novos campi e de novos cursos – e pela necessidade de substituir os aposentados – que continuam na folha de pagamento da instituição. As progressões funcionais e de carreiras também atuam para o crescimento desses gastos. As constantes contratações de serviços com mão de obra (terceirizações) e investimentos em novas tecnologias tem contribuído para minimizar o crescimento dos gastos com pessoal na administração pública.

A redução, de 2016 para 2017, no percentual de gastos com Outros Custeios é justificada pelas medidas de racionalização dos gastos com custeio e pelo contingenciamento de recursos. Esse contingenciamento foi motivado pelo cenário nacional de baixo desenvolvimento econômico, com a significativa queda na arrecadação de recursos, que levaram o governo a adotar medidas como o “teto de gasto”, a fim de evitar o crescimento das despesas com manutenção. O baixo crescimento de 2017 para 2018 refere-se à contratação de serviços de mão de obra continuada, em especial para execução de serviços gerais e de vigilância. Os gastos com investimentos de 2017 para 2018 mostram um movimento decrescente tanto em representatividade sobre os gastos totais quanto em valores nominais. Esse movimento objetiva deter o aumento nominal dos gastos de custeio. Outro motivo da queda é a

interrupção, pela universidade, da expansão da rede federal de ensino superior, haja vista que não há previsão de criação de novos campi, apenas de finalização e consolidação dos já criados.

Em relação ao Índice médio de redução de valor nos processos licitatórios, vale lembrar a Nota Técnica N° 1081/2017/CGPLAG/DG/SFC. Nela, a CGU divulgou que, no ano de 2016, a média da redução nos valores nos pregões eletrônicos do governo federal foi de 16%. Nesse sentido, a UFU superou essa média em 2018, especialmente nos certames conduzidos por pregão eletrônico. Cabe a ressalva que tal valor pode ser influenciado por eventuais imprecisões nas estimativas de preços, já que nas outras modalidades, precificadas pela tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), a economia gerada foi de 9,52%.



Avaliação do Acompanhamento das Metas do PIDE 2018

Plano Institucional de Desenvolvimento em curso na UFU foi montado a partir da definição de diretrizes gerais para a Universidade, que se desdobram em metas específicas. A Diretriz estratégica basilar do planejamento desenvolvido é “Fazer MAIS e MELHOR no âmbito do Ensino, da pesquisa e da extensão, respeitando os princípios e valores já sedimentados em sua atuação perene”. As demais diretrizes são: Diretrizes de Ensino, Pesquisa e Extensão, processos finalísticos e

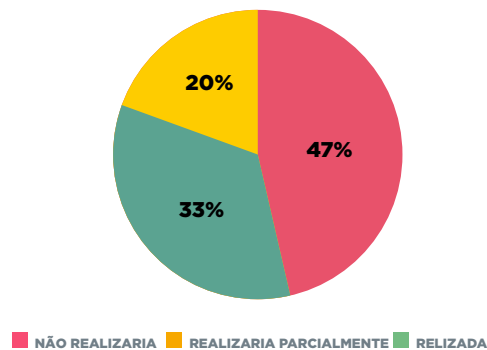
de apoio, pessoas, tecnologia da informação, espaço físico e orçamento.

O acompanhamento das metas do Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão – PIDE 2016-2021 referente ao ano de 2018 foi apresentado em cada Diretriz. Apresentamos, a seguir, o resumo final do acompanhamento dessas metas. No gráfico apresentado, as metas foram contabilizadas por meio do conceito “realizadas”, “parcialmente realizadas” e “não realizadas”. Contudo, essa avaliação precisa ser ampliada uma vez que as metas que compõem o planejamento são muito heterogêneas e grande parte delas está relacionada a projeções

de expansão. Algumas das metas “não realizadas” são de pequeno porte e outras, de grande porte. Nesses termos, é preciso considerar que várias metas mais complexas foram cumpridas, conforme se poderá analisar pela apresentação detalhada dos resultados no [Relatório PIDE 2018-2019](#).

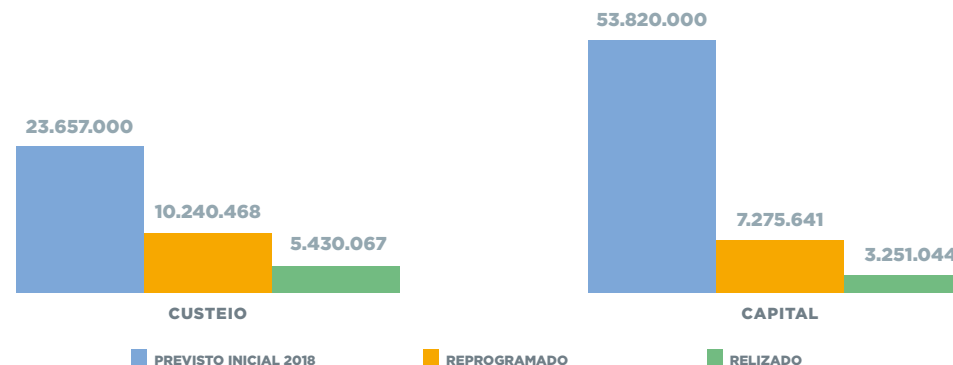
Ainda, cabe ressaltar que as restrições de orçamento têm impactado significativamente a conclusão do projeto de expansão da universidade. Observa-se no gráfico abaixo que os recursos para investimentos (Capital) foram significativamente reduzidos em 2018, comprometendo o planejamento previsto no PIDE 2016-2021.

Metas por status - 2018



Fonte: PROPLAD

Orçamento Previsto x Realizado



Fonte: PROPLAD



Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

Os objetivos estratégicos da UFU estão descritos no seu Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão – PIDE 2016-2021, onde estão detalhados seu Mapa Estratégico e Cadeia de Valor. Das metas realizadas em 2018 destacamos, a seguir, os principais resultados:

Graduação — refere-se a diretriz “Formar MAIS e MELHOR em todas as dimensões de ENSINO sob nossa responsabilidade”. No âmbito do ingresso, os processos foram aprimorados com a aquisição de novos equipamentos e desenvolvimento de software, visando maior segurança e agilidade na prestação dos serviços à comunidade acadêmica. No aspecto do Ensino, as ações foram centradas na reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura, além

da promoção de melhorias em laboratórios, combate à evasão e retenção por meio do PROSSIGA e formação continuada de professores. Para os concluintes, os processos dos registros acadêmicos foram migrados de via física para eletrônica, reduzindo o tempo de espera para o recebimento de diplomas.

Pós-graduação — refere-se à diretriz “Formar MAIS e MELHOR em todas as dimensões de ENSINO sob nossa responsabilidade”. Aprovados em 2018, terão início em 2019 mais 03 cursos de doutorado (Filosofia, Engenharia Biomédica e Administração) e 02 cursos de mestrado (o Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional – PROFMAT – e o Mestrado em Agricultura e Informações Geoespaciais – o primeiro no *Campus* Monte Carmelo).



Extensão — refere-se as diretrizes “Integrar MAIS e MELHOR a nossa Universidade com a Comunidade via ações de EXTENSÃO” e “Aprimorar e criar mecanismos para o desenvolvimento pleno das atividades de Extensão, Culturas e Artes”. Para tanto, criou programas, institucionalizou ações, organizou processos e publicou editais para seleção de projetos. Em 2018, foi editado o Programa Institucional de Apoio à Eventos (PIAEV), a seleção de projetos no âmbito do Programa de Extensão Integração UFU– Comunidade e o Programa de Ações Afirmativas Integradas (AFIN). Na cultura, foram promovidas atividades culturais no Centro de Referência da Cultura Negra – Graça do Aché, o Programa Arte na Praça e o fomento à cultura por meio do Programa Institucional de Apoio à Cultura (PIAC). As políticas de extensão e cultura, em 2018, passaram por revisão de comissão interna, composta por servidores e estudantes da UFU. Essas comissões encaminharam minutas de resolução aos Conselhos Superiores, a fim de garantirem a continuidade e o avanço das ações extensionistas e culturais na instituição de modo afinado ao Plano

Institucional de Desenvolvimento e Expansão – PIDE da UFU.

Internacionalização — refere-se à diretriz “Fortalecer o processo de internacionalização e interinstitucionalização da UFU no ensino, na pesquisa e na extensão, favorecendo sua inserção no rol de universidades reconhecidas mundialmente”. No âmbito do Programa Institucional de Internacionalização (CAPES–PRINT), a UFU teve 16 programas, organizados em 2 grandes áreas, selecionados para financiamento. O Programa busca incrementar o impacto da produção acadêmica e científica da pós-graduação, bem como estabelecer condições de intercâmbio com instituições estrangeiras, fortalecendo o processo de internacionalização.

Obras — refere-se à diretriz “Ampliar, otimizar a ocupação e a gestão do espaço físico e infraestrutura em consonância aos Planos Diretores”. Em 2018 foram realizadas algumas adequações de infraestrutura nos diversos campi, bem como teve início a transferência de duas unidades acadêmicas para o novo *campus* na cidade de Uberlândia.

Apesar de não ter sido possível expandir em infraestrutura, por conta da restrição orçamentária em investimento, a UFU conseguiu concluir as obras dos blocos 1BMC no *Campus* Monte Carmelo e 6ZJU no *Campus* Umuarama. Foram realizadas adequações da acessibilidade para atendimento a pessoas com deficiência, com a priorização de investimentos na reforma dos sanitários e na instalação de plataformas elevatórias.

Redução de valor nos processos licitatórios — refere-se à diretriz “Aprimorar os processos de captação e de gestão de recursos financeiros, alinhando-os à melhoria dos indicadores de desempenho institucionais”. Considerando que a CGU divulgou, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 1081/2017/CGPLAG/DG/SFC, que a média da redução nos valores nos pregões eletrônicos do governo federal foi de 16% em 2016, a UFU superou essa média em 2018, obtendo uma economia de 23,9%, especialmente nos certames conduzidos por pregão eletrônico.

Sistema Eletrônico de Informações (SEI) — refere-se às diretrizes “Aprimorar e de-



envolver ferramentas institucionais para a obtenção e tratamento dos dados e a geração de informações úteis” e “Aprimorar e criar mecanismos voltados para o planejamento, a execução plena e o controle contínuo dos processos administrativos, logísticos, serviços, obras e de sustentabilidade social e ambiental”. Com a implantação total do SEI em agosto de 2017, a UFU atingiu uma economia de 29,8% na utilização de papel, além de outras despesas, ao final de 2018. Além da economia, o SEI contribuiu com transparência, agilidade e melhoria significativa no fluxo dos

processos administrativos da instituição.

A Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o “Novo Regime Fiscal” para 2018, limitou o aumento dos gastos públicos federais à inflação acumulada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o que, consequentemente, refletiu em contingenciamentos.

Nesse sentido, a percepção das instâncias decisórias da UFU convergiu para a necessidade de retrainer a expansão prevista e concentrar esforços nas ações existentes. Por consequência, impõe-se como desafio para a gestão da universidade a

conclusão do processo de expansão de infraestrutura e adequação das despesas de custeio para a realidade orçamentária, sem prejuízo da qualidade dos serviços prestados à sociedade. Sobre as oportunidades de melhorias, podemos destacar a continuação da implantação das técnicas de governança e gestão de riscos, objetivando a melhoria da eficiência dos processos inerentes à instituição.

Concluindo, DECLARO que os padrões da UFU atendem os requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo.



GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Execução Orçamentária

Dotação inicial	(+)	1.340.959.844,00	Destaque recebido	(+)	190.867.791,53	Despesas empenhadas 1.561.960.044,71
Dotação suplementar	(+)	88.605.878,00	Destaque concedido	(-)	(919.948,04)	
Dotação cancelada ou remanejada	(-)	(31.641.120,00)	Dotação não empenhada	(-)	(25.912.400,78)	
Dotação atualizada	(=)	1.397.924.602,00	Descentralização de créditos	(=)	164.035.619,71	

Fonte: PROPLAD

ANÁLISE CRÍTICA

A Lei Orçamentária Anual - LOA/2018 - consignou dotação orçamentária de R\$ 1.397.924.602,00 para a Unidade Orçamentária (UO) Universidade Federal de Uberlândia, um aumento de 4,69% em relação à dotação

de 2017. A execução orçamentária (despesas empenhadas) foi de R\$1.561.960.22,71, cerca de 11,73% a mais que a dotação orçamentária atualizada. Tal fato se deu pela movimentação de créditos (descentralizações), tendo a UFU

recebido R\$ 164.035.619,71 de créditos orçamentários de outras Unidades Orçamentárias para execução. As despesas empenhadas de 2018 foram superiores às despesas de 2017 em 2,73%.

Execução Orçamentária por Função

Exercício	2018			2017		
Função de Governo	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Educação	1.063.175.362,15	1.019.942.518,47	941.625.534,85	1.054.012.608,33	1.010.386.745,92	1.004.428.527,01
Previdência Social	344.281.134,44	344.281.134,44	332.083.696,83	314.341.963,73	314.341.963,73	314.337.225,52
Saúde	153.355.952,46	148.932.624,74	146.216.431,56	151.957.793,54	144.557.854,17	141.738.687,59
Ciência e Tecnologia	700.000,00	300.000,00	300.000,00			
Direitos da Cidadania	316.937,25					
Encargos Especiais	122.277,53	90.225,39	90.225,39	79.116,35	76.766,35	76.766,35
Defesa Nacional	8.380,88	8.380,88	8.380,88			
Total	1.561.960.044,71	1.513.554.883,92	1.420.324.269,51	1.520.391.481,95	1.469.363.330,17	1.460.581.206,47

Fonte: PROPLAD



Execução Orçamentária por Programas Orçamentárias

Programa orçamentário	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas (b)	Despesas Liquidadas (c)	Despesas Pagas (d)	AV % Despesas liquidadas (e)
Gestão e manutenção do Ministério da Educação	870.161.297,00	849.109.166,86	848.709.383,45	776.560.753,91	56,07%
Previdência de inativos e pensionistas da União	344.777.740,00	344.281.134,44	344.281.134,44	332.083.696,83	22,75%
Educação de qualidade para todos	181.946.881,00	214.066.195,29	171.233.135,02	165.064.780,94	11,31%
Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)		153.355.952,46	148.932.624,74	146.216.431,56	9,84%
Ciência, tecnologia e inovação		700.000,00	300.000,00	300.000,00	0,02%
Gestão da participação em organismos	169.000,00	122.277,53	90.225,39	90.225,39	0,01%
Defesa nacional		8.380,88	8.380,88	8.380,88	0,00%
Cumprimento de sentenças judiciais	869.684,00				0,00%
Justiça, cidadania e segurança pública		316.937,25			0,00%
Total	1.397.924.602,00	1.561.960.044,71	1.513.554.883,92	1.420.324.269,51	100,00%

Fonte: PROPLAD

Para alcançar os objetivos dos programas, o orçamento define as chamadas ações orçamentárias. Elas representam um detalhamento dos programas e é por meio delas que governo avança nos objetivos para cada uma das áreas (funções). No caso do programa “Educação de qualidade para todos”, as ações vão detalhar investimentos em infraestrutura, transporte, alimentação, formação profissional e outras questões que vão além da sala de aula, a fim de atingir os objetivos.



Execução Orçamentária por Ação Orçamentária

Ação Orçamentária	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas (b)	Despesas Liquidadas (c)	Despesas Pagas (d)	AV % Despesas Liquidadas (e)
Pessoal civil da união	678.995.780,00	674.015.283,14	674.015.283,14	605.917.106,38	44,53%
Aposentadorias e pensões civis da união	344.777.740,00	344.281.134,44	344.281.134,44	332.083.696,83	22,75%
Contribuição da união, de suas autarquias e fundações para o RPPS	140.948.826,00	125.302.467,20	125.302.467,20	125.302.467,20	8,28%
Funcionamento de instituições federais de ensino superior	130.959.772,00	128.481.885,61	104.797.213,08	101.504.848,47	6,92%
Benefícios obrigatórios aos servidores civis	32.867.290,00	32.466.117,95	32.466.117,95	29.766.909,82	2,15%
Funcionamento e gestão de instituições hospitalares federais	25.107.050,00	23.454.974,94	17.407.339,64	17.045.180,34	1,15%
Assistência ao estudante de ensino superior	20.077.413,00	20.064.875,80	18.910.739,06	18.200.789,94	1,25%
Assistência médica e odontológica aos servidores civis	16.799.401,00	16.575.298,57	16.575.298,57	15.224.053,92	1,10%
Reestruturação e modernização das instituições federais de ensino	3.249.669,00	9.227.293,86	4.816.296,24	4.786.941,24	0,32%
Funcionamento de instituições federais de educação profissional	1.014.360,00	1.014.355,67	350.118,72	119.063,75	0,02%
Sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios)	869.684,00				0,00%
Funcionamento das instituições federais de educação básica	652.617,00	652.483,70	169.717,25	169.255,25	0,01%
Capacitação de servidores públicos federais	550.000,00	550.000,00	150.216,59	150.216,59	0,01%
Fomento as ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa	532.000,00	955.357,93	352.234,17	324.204,74	0,02%
Assistência aos estudantes das instituições federais	354.000,00	348.375,11	0,00	0,00	0,00%
Apoio a residência em saúde		16.512.673,55	16.512.673,55	15.381.632,00	1,09%
Apoio a alimentação escolar na educação básica (PNAE)		65.935,34			0,00%
Concessão de bolsas de estudo no ensino superior		1.492.955,98	1.098.087,99	1.096.806,44	0,07%
Reestruturação dos serviços ambulatoriais e hospitalares		20.854.517,49	18.417.853,95	15.711.074,69	1,22%
Apoio a implementação da rede cegonha		1.288.249,87			0,00%
Apoio a capacitação e formação inicial e continuada		261.916,08	54.750,07	54.750,07	0,00%
Reestruturação e modernização dos hospitais universitários		11.533.111,72	6.763.965,25	6.381.308,70	0,45%
Prestação de ensino de graduação e pós-graduação		8.380,88	8.380,88	8.380,88	0,00%
Fortalecimento do sistema nacional de vigilância em saúde		158.212,23	20.787,03	20.787,03	0,00%
Atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade		130.996.439,12	130.493.983,76	130.484.569,84	8,62%
Outras	169.000,00	1.397.748,53	590.225,39	590.225,39	0,04%
Total	1.397.924.602,00	1.561.960.044,71	1.513.554.883,92	1.420.324.269,51	100,00%

Fonte: PROPLAD



Execução Orçamentária por Unidade Orçamentária

Exercício	2018			2017			2018/2017
	Empenhadas (a)	Liquidadas (b)	Pagas (c)	Empenhadas (d)	Liquidadas (e)	Pagas (f)	Variação % (b/e)
Unidade Orçamentária							
Universidade Federal de Uberlândia	1.063.606.508,78	1.034.526.431,44	963.623.529,36	1.021.141.009,94	1.001.698.963,54	999.491.926,99	0,03
Hospital de Clínicas da UFU	307.485.921,40	301.438.286,10	283.369.104,11	305.409.416,69	296.017.235,26	295.642.322,05	1,83
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh	11.533.111,72	6.763.965,25	6.381.308,70	15.707.922,83	6.037.017,74	5.455.323,44	12,04
Fundo Nacional de Saúde	153.355.952,46	148.932.624,74	146.216.431,56	151.957.793,54	144.557.854,17	141.738.687,59	3,03
Ministério da Educação	20.418.013,30	19.869.139,55	18.710.740,49	23.938.352,79	20.289.625,77	17.507.271,03	(2,07)
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (CAPES)	1.754.872,06	1.152.838,06	1.151.556,51	2.165.545,62	757.577,29	740.618,97	52,17
Outras	3.805.664,99	871.598,78	871.598,78	71.440,54	5.056,40	5.056,40	17137,54
Total	1.561.960.044,71	1.513.554.883,92	1.420.324.269,51	1.520.391.481,95	1.469.363.330,17	1.460.581.206,47	3,01

Fonte: PROPLAD

Destaque Recebidos por Unidade Orçamentária de origem

Exercício	2018	2017
	Despesas empenhadas	Despesas empenhadas
Unidade Orçamentária		
Fundo Nacional de Saúde	153.355.952,46	151.957.793,54
Ministério da Educação	20.418.013,30	23.938.352,79
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh	11.533.111,72	15.707.922,83
Universidade Federal de São João Del-Rei	2.703.553,57	
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior	1.754.872,06	2.165.545,62
Ministério da Ciência,Tecnologia, Inovação e Comunicações	700.000,00	
Fundo Penitenciário Nacional - Funpen	316.937,25	
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	65.935,34	66.384,14
Comando da Aeronáutica	8.380,88	
Universidade Federal de Santa Catarina	3.570,65	2.502,30
Universidade Federal do Rio Grande Do Sul	3.244,62	
Universidade Federal do Espírito Santo	2.619,08	
Universidade de Brasília	1.200,00	250,00
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	223,60	
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	0,00	2.304,10
TOTAL	190.867.614,53	193.841.055,32

Fonte: PROPLAD

Despesa por Grupo de Despesa

Grupo	Empenhadas (a)	Liquidadas (b)	Pagas (c)	Liquidadas x pagas (d)
Investimentos	26.160.829,72	8.024.181,23	7.063.476,89	88,03%
Outras despesas correntes	392.200.330,21	361.931.817,91	349.957.522,21	96,69%
Pessoal e encargos sociais	1.143.598.884,78	1.143.598.884,78	1.063.303.270,41	92,98%
Total	1.561.960.044,71	1.513.554.883,92	1.420.324.269,51	93,84%

Fonte: PROPLAD



Despesa por Elemento da Despesa

	Exercício	2018		
Grupo Despesa	Elemento Despesa	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas
Pessoal e encargos sociais	Aposentadoria RPPS	307.124.787,76	307.124.787,76	297.555.120,72
	Pensões do RPPS	30.587.192,88	30.587.192,88	28.434.201,48
	Contratação por tempo determinado	8.203.696,55	8.203.696,55	7.508.558,78
	Contribuição a entidade fechada previdência	1.820.045,22	1.820.045,22	1.654.700,25
	Vencimentos e vantagens fixas	625.939.482,87	625.939.482,87	561.838.734,15
	Obrigações patronais	125.302.467,20	125.302.467,20	125.302.467,20
	Outras despesas variáveis - pessoal	36.285.837,81	36.285.837,81	33.290.342,33
	Sentenças judiciais	7.908.194,20	7.908.194,20	7.291.965,21
	Despesas de exercícios anteriores	427.180,29	427.180,29	427.180,29
Outras despesas correntes	Contratação por tempo determinado - pessoal	732.748,04	732.748,04	667.879,68
	Outros benefícios assistenciais do servidor	3.655.764,66	3.655.764,66	3.352.505,83
	Diárias - pessoal	2.198.066,60	2.198.066,60	2.198.066,60
	Auxílio financeiro a estudantes	15.955.147,38	13.901.918,00	13.200.942,00
	Material de consumo	27.273.694,64	17.874.007,71	16.323.592,74
	Premiações culturais, artísticas, científicas	12.000,00	12.000,00	12.000,00
	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	65.935,34		
	Passagens e despesas com locomoção	4.528.210,58	3.771.609,03	3.626.589,05
	Serviços de consultoria	5.076,24	5.076,24	5.076,24
	Serviços de terceiros - pessoa física	7.184.875,71	6.173.342,17	5.974.064,57
	Locação de mão-de-obra	72.974.532,34	66.543.712,35	63.089.028,25
	Serviços de terceiros pessoa jurídica	177.499.470,93	170.579.579,11	170.122.941,85
	Serviços de tecnologia da informação	1.280.814,40	687.656,11	506.377,91
	Contribuições	4.737,00	3.810,00	3.810,00
	Auxílio-alimentação	27.336.417,65	27.336.417,65	25.068.007,12
	Obrigações tributárias e contributivas	6.090.849,51	6.087.689,28	6.087.343,74
	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	16.512.673,55	16.512.673,55	15.381.632,00
	Auxílio-transporte	738.960,37	738.960,37	676.289,96
	Sentenças judiciais	417.277,86	417.277,86	417.277,86
	Despesas de exercícios anteriores	7.682.144,56	6.506.952,04	6.503.181,54
	Indenizações e restituições	20.050.932,85	18.192.557,14	16.740.915,27
Investimentos	Serviços de terceiros pessoa jurídica	55.237,00	16.774,00	16.774,00
	Serviços de tecnologia da informação	603.543,00	603.543,00	41.467,50
	Obras e instalações	15.006.570,35	4.331.807,78	4.215.428,41
	Equipamentos e material permanente	10.083.593,10	2.660.170,18	2.377.920,71
	Despesas de exercícios anteriores	210.867,13	210.867,13	210.867,13
	Indenizações e restituições	201.019,14	201.019,14	201.019,14
Total		1.561.960.044,71	1.513.554.883,92	1.420.324.269,51

Fonte: PROPLAD



ANÁLISE CRÍTICA: **EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A Lei Orçamentária Anual – LOA/2018 – consignou dotação orçamentária para a UFU com recursos ligeiramente superior ao valor de 2017. Tal crescimento justifica-se pelas despesas com pessoal, que crescem de forma constante. É importante salientar que a UFU é responsável pela gestão de duas unidades orçamentárias. Uma delas relacionadas com as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela área acadêmica da instituição e outra voltada para as atividades do Hospital de Clínicas de Uberlândia (HCU). O maior valor na função “Educação” verificado nas tabelas reflete a competência institucional do órgão, determinando a área de despesa em que a ação governamental foi realizada. A

função “Saúde”, que também possui valor expressivo, refere-se ao HCU.

Na ação “Funcionamento de instituições federais de ensino superior”, as despesas empenhadas corresponderam praticamente à totalidade da dotação orçamentária, indicando aproveitamento dos recursos orçamentários disponibilizados. Entretanto, apesar do volume de recursos e a eficiente utilização desses, dadas as demandas da instituição, houve ainda a necessidade de atenção e restrição de expansão de despesas contratuais e de investimentos, o que contrasta com o processo de consolidação de novos campi e dos cursos recém criados, que exigem mais recursos em custeio e investimento.



Restos a Pagar

Os Restos a Pagar (RAP) correspondem às despesas empenhadas e que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente. No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas são registradas como obrigações a pagar no exercício seguinte e serão pagas com

recursos financeiros arrecadados durante o exercício financeiro em que não ocorreu a emissão do empenho.

Os RAPs são classificados como “processados” quando a despesa foi empenhada e liquidada e como “não processados” (RPNP) quando a despesa foi empenhada e não liquidada.

Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Emissão do Empenho	(Re)Inscritos (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo (d)=a-b-c
2011	88.301,52	0,00	88.301,52	0,00
2012	2.273.355,28	0,00	44.493,43	2.228.861,85
2013	20.342.348,99	2.711,31	70.613,34	20.269.024,34
2014	1.169.305,15	380.995,62	260.839,87	527.469,66
2015	584.262,99	27.462,44	189.981,08	366.819,47
2016	8.601.542,27	4.672.271,03	457.827,14	3.471.444,10
2017	51.028.151,78	45.209.456,76	425.968,38	5.392.726,64
Total	84.087.267,98	50.292.897,16	1.538.024,76	32.256.346,06

Fonte: PROPLAD

Restos a pagar não processados cancelados por tipo de Empenho

Tipo de Empenho	Valor
Ordinário	173.728,44
Global	355.529,86
Estimativo	1.008.766,46
Total	1.538.024,76

Fonte: PROPLAD

Execução dos Restos a Pagar Processados

Emissão do Empenho	(Re)Inscritos (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo (d)=a-b-c
2014	6.427,07	6.427,07	0,00	0,00
2015	14.783,71	14.783,71	0,00	0,00
2016	679.886,30	678.466,80	1.419,50	0,00
2017	8.782.123,70	8.781.287,19	836,51	0,00
Total	9.483.220,78	9.480.964,77	2.256,01	0,00

Fonte: PROPLAD

ANÁLISE CRÍTICA:

RESTOS A PAGAR

O cancelamento dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP) referentes aos tipos de empenho “Estimativo” (R\$ 1.008.766,46) e “Global” (R\$ 355.529,86) ocorreram porque o valor empenhado não foi executado, uma vez que tais despesas, por serem inicialmente estimadas, não tem o valor exato de execução no início do exercício ou do contrato. Os RPNP referentes ao tipo de empenho “Ordinário” (R\$ 173.728,44) foram cancelados em virtude do não cumprimento do objeto contratado. Do total de restos a pagar processados na categoria “(Re)inscritos”, 0,02% foram cancelados e ocorreram em virtude do cancelamento de uma reserva de hospedagem em hotel, de uma taxa de inscrição em simpósio e de outra taxa de registro de patente no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).



Execução Financeira

	Receitas orçamentárias	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas (c)	Saldo d=(c-b)
Receitas Correntes	Receita patrimonial	1.462.603,00	1.462.603,00	2.063.790,11	601.187,11
	Receitas de serviços	7.404.012,00	7.404.012,00	5.505.831,76	-1.898.180,24
	Transferências correntes	0,00	0,00	6.667.623,79	6.667.623,79
	Outras receitas correntes	1.406.581,00	1.406.581,00	865.847,19	-540.733,81
Receitas de Capital	Alienação de bens	14.894.828,00	14.894.828,00	860.544,55	-14.034.283,45
	Transferências de capital	18.121.044,00	18.121.044,00	0,00	-18.121.044,00
Total das Receitas		43.289.068,00	43.289.068,00	15.963.637,40	-27.325.430,60

Fonte: PROPLAD

ANÁLISE CRÍTICA: EXECUÇÃO FINANCEIRA

Cerca de 94% das despesas liquidadas foram pagas; o restante passou como restos a pagar para o exercício seguinte. As despesas a pagar referente a “Pessoal e encargos sociais” ocorreram em virtude da mudança de procedimentos na forma de execução da Ordem Bancária. Por determinação da STN (Secretaria do Tesouro Nacional), o repasse do recurso financeiro aos bancos pagadores passou a ser no primeiro dia útil do mês seguinte ao fato gerador, bem como a baixa da obrigação no SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira). Embora o pagamento ocorra no exercício seguinte, os recursos financeiros para pagamentos das referidas despesas ocorreram de forma integral. A partir do 2º semestre de 2018, houve aumento na quantidade de repasses mensais de recursos

financeiros originários do MEC, relativos a outras despesas de custeio e capital, ocasionando, assim, menos atrasos nos pagamentos dos credores. No entanto, ainda há inassiduidade nos repasses de recursos financeiros oriundos de descentralização, principalmente relativos a despesas de Emendas Parlamentares; ocorrem também eventuais atrasos nos repasses financeiros de descentralizações de órgãos do MEC como CAPES, FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e FNS (Fundo Nacional de Saúde), gerando o não cumprimento das datas de pagamento e, por consequência, insatisfação dos fornecedores e cobrança de acréscimos legais. Com relação à execução financeira das receitas próprias, a variação negativa da receita “pre-

vista” para a “realizada” é explicada pela não concretização da alienação de bens imóveis. Assim, no decorrer do exercício, tendo em vista o significativo montante de superávit financeiro apurado no exercício de 2018, a Administração Superior optou pela utilização desses recursos, o que foi viabilizado por meio de créditos suplementares, possibilitando o empenho para obras e aquisição de equipamento e material permanente. A previsão da receita baseou-se no valor apurado no exercício anterior e não se materializou por motivos diversos, como, por exemplo, a adesão da UFU às vagas do Sistema de Seleção Unificada (SISU), que ocasionou arrecadação menor do que a prevista em inscrição de concursos e processos seletivos próprios.



Receita Realizada por Espécie

Espécie	TOTAL
Transferência dos municípios e suas entidades	6.667.623,79
Inscrição em concursos e processos seletivos	4.048.603,80
Remuneração de depósitos bancários	1.720.898,75
Serviços administrativos e comerciais gerais	1.457.157,96
Outras	925.261,78
Alienação de títulos mobiliários/bens móveis	860.544,55
Alugueis e arrendamentos	283.546,77
Total	15.963.637,40

Fonte: PROPLAD

Realização de Receita Própria

Natureza da receita	Previsão inicial da receita (a)	Receita realizada (b)	Saldo c=(b-a)
Alugueis e arrendamentos	299.913,00	282.634,77	(17.278,23)
Remuneração de depósitos bancários	1.114.795,00	1.720.898,75	606.103,75
Dividendos	47.895,00	60.256,59	12.361,59
Serviços administrativos e comerciais gerais	2.549.126,00	1.457.227,96	(1.091.898,04)
Inscrição em concursos e processos seletivos	4.854.886,00	4.048.603,80	(806.282,20)
Multas previstas em legislação específica	0,00	2.800,07	2.800,07
Multas e juros previstos em contratos	549.241,00	23.154,16	(526.086,84)
Outras restituições	857.340,00	839.892,96	(17.447,04)
Alienação de títulos mobiliários	0,00	804.294,55	804.294,55
Alienação de bens móveis e semoventes	198.684,00	56.250,00	(142.434,00)
Alienação de bens imóveis	14.696.144,00	0,00	(14.696.144,00)
Total	25.168.024,00	9.296.013,61	(15.872.010,39)

Fonte: PROPLAD

Principais desafios e ações futuras

- Realizar estimativas e reestimativas para arrecadação de receitas orçamentárias próprias com base em critérios técnicos.
- Aprimorar o detalhamento da aplicação orçamentária nas unidades gestoras internas.
- Incluir, na matriz orçamentária das unidades acadêmicas e administrativas, novos itens relativos à natureza de despesas com o correspondente valor para execução.
- Desenvolver a gestão de custos por unidade gestora.
- Desenvolver ações para que os recursos orçamentários do tesouro nas rubricas de custeio e investimento sejam compatíveis com as necessidades da instituição e que sejam alocados na LOA.



GESTÃO DE PESSOAS

Conformidade Legal

Legislação Aplicada

Para assegurar o que prevê a Lei 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à gestão de pessoas, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) mantém no seu portal um canal de acesso para as [legislações](#) relacionadas, podendo o interessado filtrá-las por categoria. A PROGEP acompanha diariamente, a emissão de normas relativas a Gestão de Pessoas.

Apontamentos dos órgãos de Controle

Em complemento, por meio de informações da Auditoria Geral, são realizadas auditorias preventivas periodicamente, de forma a corrigir eventuais inconsistências. Por fim, são acompanhadas as diligências e apontamentos dos órgãos de controle (TCU e CGU) por meio de 138 acórdãos, sendo 29 de aposentadoria, 89 de atos de admissão, 12 de pensão civil, 04 de relatório de auditoria, 01 de pessoal (Secex-Bahia) e 01 de solicitação do Congresso Nacional.

Indicadores de Conformidade

A avaliação da conformidade nos processos de gestão de pessoas é realizada por meio de indicadores. Os responsáveis pelo órgão e pela unidade pagadora declaram anualmente a observância às normas e o cumprimento dos itens:

- Controle e acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Renda
- Controle e acompanhamento dos registros de informação no Sistema E-Pessoal
- Atendimento das determinações e recomendações dos órgãos de controle
- Acompanhamento dos processos instruídos a título de Reposição ao Erário
- Acompanhamento de concessões, licenças e benefícios.

Foram instaurados processos para reposição de valores recebidos indevidamente por servidores, aposentados e beneficiários de pensão civil, nos termos da Orientação Normativa SGP/MP nº 5, de 21/2/2013. Tais reposições irão gerar retorno aos cofres da União no valor aproximado de R\$ 1.011.368,70.

Avaliação da força de trabalho

A força de trabalho da UFU é composta por servidores públicos e trabalhadores terceirizados, que podem exercer suas funções tanto nas unidades acadêmicas e administrativas da UFU quanto no seu Hospital de Clínicas. Para calcular o total de servidores públicos, foram contabilizadas as seguintes situações funcionais, separadas entre “Universidade” e “Hospital”.

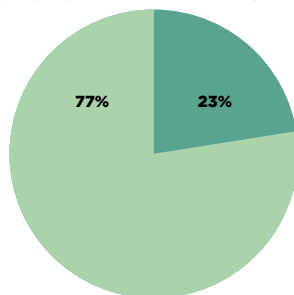
Situação Funcional	UFU	HC
Ativo Permanente	3.614	1.383
CDT - Professor Substituto	127	
CDT - Professor Visitante	12	
Cedido	6	1
Colaborador PCCTAE	1	
Exercício Descent. Carrei	2	
Exercício Provisório	7	
Nomeado Cargo Comissão	1	
Requisitado	3	
Sem Vínculo (Médicos Residentes)		421
TOTAL	3.773	1.805

Fonte: PROGEP



QUADRO DE SERVIDORES

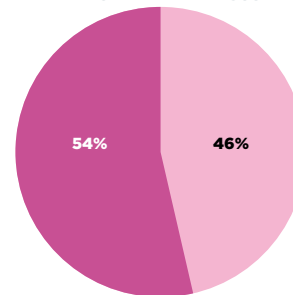
SERVIDORES TERCEIRIZADOS



TOTAL DE TRABALHADORES: 7.578

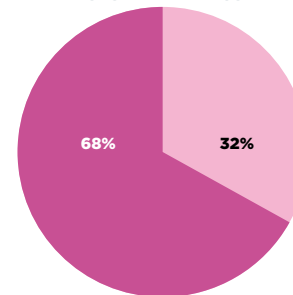
QUADRO DE SERVIDORES UFU/HCU

FEMININO MASCULINO



TOTAL DE SERVIDORES: 5.578

UFU HCU



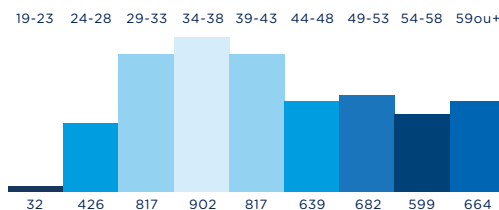
O quadro de servidores efetivos da UFU abrange duas funções: Técnico Administrativo em Educação (TAE) e Docente, sendo a função docente dividida entre duas carreiras: Professor do Magistério Superior (ou Docente 3º grau) e Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBT (ou Docente 2º grau). Colaboram para o quadro de pessoal os trabalhadores terceirizados, que desempenham as funções previstas nos contratos celebrados entre empresas de prestação de serviços e a UFU.

Evolução do Quadro de Servidores

2016	2017	2018
5.169	5.588	5.578

Fonte: PROGE

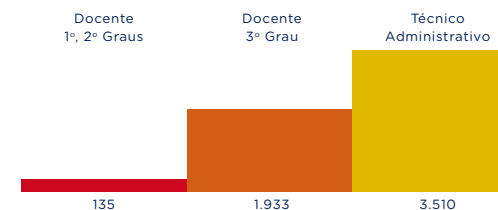
SERVIDORES POR FAIXA ETÁRIA



TOTAL DE SERVIDORES: 5.578

Fonte: PROGE

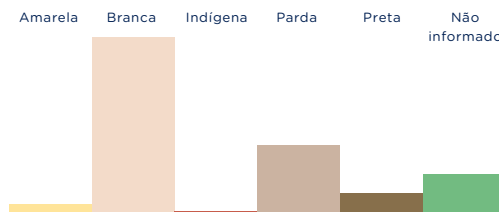
SERVIDORES POR CARREIRA



TOTAL DE SERVIDORES: 5.578

Fonte: PROGE

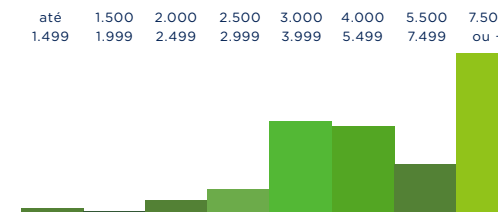
SERVIDORES POR ETNIA



TOTAL DE SERVIDORES: 5.578

Fonte: PROGE

SERVIDORES POR FAIXA SALARIAL (\$)



TOTAL DE SERVIDORES: 5.578

Fonte: PROGE



Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas

A estratégia de recrutamento e alocação de pessoas abrange as três categorias de pessoal: os servidores técnico-administrativos em educação, os docentes e a contratação de serviço terceirizado. Considerando que em 2018 a UFU não contou com expansão de vagas, a alocação de pessoas tem acontecido pela reposição das vagas desocupadas por vacâncias e aposentadorias.

Técnico-Administrativo

O recrutamento e a alocação de técnicos administrativos caracterizaram-se pela efetivação de 115 posses de candidatos classificados em concursos realizados em 2018 e nos anos anteriores. No último ano, 06 editais de concurso público disponibilizaram vagas para diversos cargos da carreira Técnico Administrativo em Educação. Todos eles podem ser consultados no portal de [ingresso](#) da UFU.

	2018
Número de vagas em concursos de TA	75
Número de inscritos	19.081
Número de posses	115

Fonte: PROGEP

As redistribuições de técnicos administrativos em educação foram efetivadas por meio da análise do perfil e da experiência profissional dos servidores. Ressalta-se que, em respeito ao período eleitoral do último ano (que corresponde aos três meses anteriores e três meses posteriores ao primeiro turno das eleições), as redistribuições foram interrompidas nesse período e serão retomadas em 2019. Com relação às remoções, elas objetivaram alinhar os interesses dos servidores com os interesses institucionais, permitindo o melhor atendimento à comunidade acadêmica.

	Redistribuições ²⁷	Remoções ²⁸
2018	17	50

Fonte: PROGEP

Docente

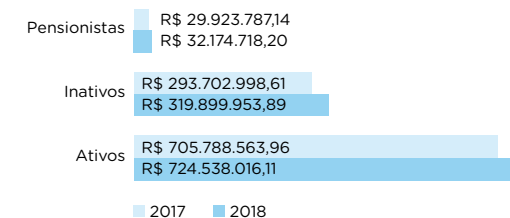
Para cargos de docência, o recrutamento de pessoal é realizado por meio de concurso público – para os cargos efetivos

– e de processo seletivo simplificado – para contratação temporária de professor substituto ou professor visitante, nos termos da Lei nº 8.745/1993.

A alocação é definida com base na lotação do servidor desligado. Em 2018, foram empossados 70 docentes em cargos efetivos e contratados 81 docentes, sendo 68 substitutos e 13 visitantes. Nesse ano, foram publicados 118 editais para a área docente, para atender as demandas das 34 unidades da UFU. Esses editais podem ser visualizados no portal de seleção da UFU, separadamente nas categorias “[Concursos Docentes](#)” e “[Processo Seletivo Simplificado para Docentes](#)”.

Detalhamento da despesa de pessoal

Evolução dos gastos com pessoal



Fonte: PROGEP

**Custo direto com despesas de pessoal ativo em 2018 (R\$ 724.538.016,11)**

Vencimentos e Vantagens Fixas	74,94%	Retribuições	1,22%
Gratificações	6,72%	Adicionais	9,44%
Indenizações	4,48%	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	2,75%
Demais Despesas Variáveis	0,15%	Despesas de Exercícios Anteriores	0,06%
Decisões Judiciais	0,24%		

Custo direto com despesas de inativo em 2018 (R\$ 319.899.953,89)

Vencimentos e Vantagens Fixas	87,20%	Retribuições	0,11%
Gratificações	7,67%	Adicionais	0,41%
Indenizações	0	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	1,93%
Demais Despesas Variáveis	0,32%	Despesas de Exercícios Anteriores	0,01%
Decisões Judiciais	2,34%		

Custo direto com despesas de pensionista em 2018 (R\$ 32.174.718,20)

Vencimentos e Vantagens Fixas	88,09%	Retribuições	0%
Gratificações	7,75%	Adicionais	0%
Indenizações	0%	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	1,15%
Demais Despesas Variáveis	0%	Despesas de Exercícios Anteriores	0,01%
Decisões Judiciais	3%		

ANÁLISE CRÍTICA

O aumento no gasto com pessoal em atividade é atribuído principalmente aos reajustes ocorridos na tabela salarial dos docentes e na tabela de função gratificada/cargo de direção, bem como ao desenvolvimento na carreira dos técnicos e docentes (progressões/promoções). Cerca de 75% das despesas com pessoal em atividade são atribuídas a vencimentos e vantagens fixas. Em contrapartida, identificamos queda considerável no pagamento de abono de permanência, que se configura no reembolso da contribuição previdenciária ao servidor que, mesmo em condições de se aposentar, optou por permanecer em atividade. Essa queda é explicada pelo aumento do número de aposentados, que, em 2018, contabilizou 140 aposentadorias. Por consequência, o aumento no número de aposentadorias explica o crescimento dos gastos com servidores inativos. Tais gastos (87,20%) são atribuídos a vencimentos e vantagens fixas.



Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia

Técnico-Administrativo

A Lei N° 11.091/2005 estrutura o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE. De acordo com o plano, os servidores técnico-administrativos podem desenvolver sua carreira basicamente por duas 02 formas:

- **Progressão por Capacitação Profissional:** decorre da obtenção de certificado em programa de capacitação, podendo chegar a quatro níveis.
- **Progressão por Mérito Profissional:** mudança do padrão de vencimento a cada 02 anos decorrente de resultado positivo em avaliação de desempenho. A progressão por mérito pode atingir 16 níveis.

Além da progressão, o servidor que possuir educação formal superior à exigida para o cargo de que é titular poderá receber o Incentivo à Qualificação. O incentivo se dá pela retribuição financeira paga ao servidor que apresentar certificado de educação formal, sendo proporcional ao nível de es-

colaridade obtido e à existência de relação direta ou indireta com a função exercida.

• Avaliação de Estágio Probatório

A avaliação de estágio probatório de técnicos administrativos em educação objetiva avaliar a aptidão e capacidade do servidor empossado, observando-se os fatores assiduidade, disciplina, iniciativa, responsabilidade e produtividade.

As avaliações são realizadas pela chefia imediata do servidor e um representante de grupo escolhido pela equipe de trabalho. O processo ocorre em três etapas durante os 36 meses de exercício que correspondem ao período de estágio probatório. A primeira é realizada aos 6 meses de efetivo exercício, a segunda no 18º mês e a terceira e última no 30º mês de efetivo exercício. Completados os 32 meses de efetivo exercício, é publicada a portaria de homologação de estágio probatório, aprovando ou reprovando o servidor.

Solicitações de avaliação de estágio probatório de técnicos administrativos	442
Avaliações realizadas	378
Avaliações pendentes	64
Aprovações em estágio probatório de técnicos administrativos	125
Portarias de aprovação publicadas	125
Portarias de reprovação publicadas	0

• Progressão por Capacitação Profissional

A capacitação profissional dos técnicos administrativos é norteadada pelo Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC), realizado a cada 03 anos. A maioria das demandas é atendida por meio de ações de capacitação e divulgadas por meio da Agenda de Capacitação e do Plano Anual de Capacitação.

Nos quadros a seguir, vemos a distribuição do percentual de servidores técnico-administrativos em atividade, por nível de capacitação.

Servidores por nível de capacitação*

Nível I	11%
Nível II	11%
Nível III	15%
Nível IV	63%

* A carga horária exigida para a progressão por capacitação depende do nível de classificação do servidor

Fonte: PROGEP



Percentual de técnicos aprovados nas ações de capacitação	24%
Percentual de Progressões por capacitação	14%

Fonte: PROGEP

• Progressão por mérito funcional: Avaliação de Desempenho dos servidores técnico-administrativos

A Avaliação de Desempenho é normatizada pela Portaria SEI PROGEP nº 1.203/2017. Ela ocorre segundo o cronograma único de avaliação para todos os servidores, com periodicidade anual e obrigatoriedade de participação de todos os técnicos e gestores.

Em 2018, do total de técnicos administrativos participantes do processo, mais da metade dos avaliados atingiu desempenho superior ao esperado e 100% das progressões por mérito previstas foram concedidas, totalizando 1751 concessões.

58,11% superam o esperado
41,78% atingem o esperado
0,11% atingem parcialmente o esperado

• Incentivo à Qualificação

A manutenção das políticas de Incen-

tivo à Qualificação em 2018, com a oferta de custeio à qualificação (Programa QUALI-UFU) e as licenças e afastamentos concedidos para participação em programas de pós-graduação, surtiram efeito positivo em relação à melhoria na qualificação dos téc-

Servidores por grau de escolaridade

Ensino fundamental incompleto	3%
Ensino fundamental	1%
Ensino médio incompleto	1%
Ensino médio	13%
Ensino superior Incompleto	1%
Ensino superior	17%
Especialização	43%
Mestrado	16%
Doutorado	4%
Pós-doutorado	0,13%

Fonte: PROGEP

Concessões de Incentivo à Qualificação por nível de Educação Formal em 2018

Nível de Educação Formal	Quantidade
Ensino Médio	7
Ensino Técnico	2
Graduação	88
Especialização	131
Mestrado	80
Doutorado	33

Fonte: PROGEP

nicos administrativos da UFU, em especial nos níveis de Mestrado e Doutorado.

Sobre o QUALI-UFU, são divulgados editais anuais com critérios e regras de seleção. O Programa financia ações de qualificação de servidores inscritos em cursos de educação formal por meio do custeio de despesas com matrículas e mensalidades.

• Tabela de remuneração

A remuneração dos servidores técnico-administrativos está prevista na [Lei 11.091/2005](#). A estrutura do vencimento básico varia conforme os níveis e classes da carreira e pode ser consultado no anexo “Estrutura do vencimento básico do PCC-TAE a partir de 1º de janeiro de 2017”.

PERCENTUAL DE OCUPAÇÃO DE CARGOS DE CHEFIA POR TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS





Docentes

A Lei Nº 12.772/2012 estrutura o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. A Carreira de Magistério Superior é estruturada em classes A, B, C, D e E e respectivos níveis de vencimento. As classes da Carreira de Magistério Superior receberão as seguintes denominações de acordo com a titulação do ocupante do cargo:

I – Classe A, com as denominações de:

- Professor Adjunto A, se portador do título de doutor;
- Professor Assistente A, se portador do título de mestre; ou
- Professor Auxiliar, se graduado ou portador de título de especialista;

II – Classe B, com a denominação de Professor Assistente;

III – Classe C, com a denominação de Professor Adjunto;

IV – Classe D, com a denominação de Professor Associado; e

V – Classe E, com a denominação de Professor Titular.

• Avaliação de Estágio Probatório

A avaliação de estágio probatório do

servidor docente está prevista nas Leis nº 8.112/1990 e 12.772/2012 e regulamentada internamente pela Resolução nº 04/2018 do CONDIR. A avaliação é feita com base nos planos de trabalho apresentados semestral ou anualmente por cada docente e também nos relatórios das atividades desenvolvidas em cada um dos três períodos (10 primeiros meses, 11º ao 20º mês e 21º ao 28º mês).

Número de docentes avaliados em 2018	180
Portarias de aprovação publicadas	74

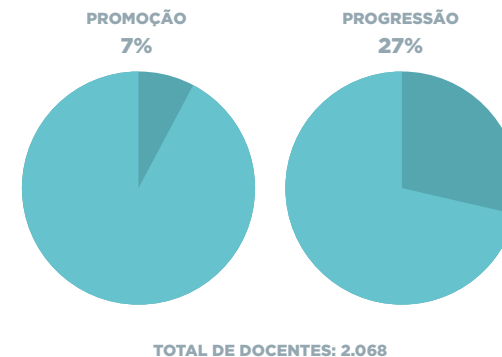
Fonte: PROGEP

• Avaliação de Desempenho e Progressão

Funcional de Docentes

Os servidores docentes são avaliados conforme estabelecido na Lei nº 12.772/2012, nas Portarias MEC nº 554 e 982 de 2013 e Resolução nº 03/2017 do CONDIR. A avaliação incide sobre as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, contemplando também a assiduidade, responsabilidade e qualidade do trabalho, inclusive considerando a avaliação pelos alunos.

DOCENTES



No ano de 2018, o corpo docente da instituição caracterizou-se pela progressão na carreira de 569 docentes e promoção de 140 docentes.

• Capacitação

O Plano de Capacitação é norteado pelo Levantamento de Necessidade de Capacitação e disponibilizado tanto para servidores técnico-administrativos quanto para docentes. Apresentamos a seguir o número de docentes participantes das ações de capacitação.

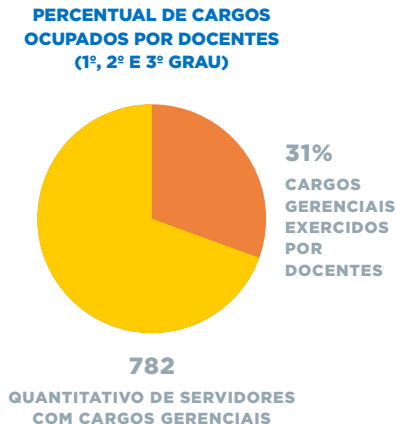
Percentual de docentes aprovados nas ações de capacitação	21%
---	-----

Fonte: PROGEP



• Tabela de Remuneração

A estrutura remuneratória do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal abrange duas carreiras – Magistério Superior e Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – e é composta pelo Vencimento Básico e pela Retribuição por Titulação (RT), conforme Lei nº 12.772/2012. Os [Anexos](#) da Lei demonstram as tabelas remuneratórias das duas carreiras, considerando classe, nível e regime de trabalho.



Principais desafios e ações futuras

- Construir um modelo de alocação de servidores orientado pelo dimensionamento da força de trabalho e pelo levantamento de necessidades de servidores nas diversas unidades da Universidade, considerando o planejamento como ferramenta essencial.

- Concentrar esforços na implementação de modelo de alocação de vagas, prevendo: i) a capacitação contínua e sistemática do quadro técnico da PROGEP para dar desenvolvimento ao processo de dimensionamento da força de trabalho, ii) institucionalização do “Setor de Dimensionamento e Acompanhamento de Pessoal – SEDAP”, com atribuições voltadas ao dimensionamento de pessoal da instituição, e iii) realização de parcerias com outros órgãos públicos, coleta de dados e visitas técnicas com intuito de realizar *benchmarking* em outras instituições federais que já possuem modelo de dimensionamento implantado.

- Concretizar o recebimento das vagas pactuadas com o MEC nos anos de 2013 e 2014, por meio da redistribuição de vagas de técnicos e docentes do MEC para a UFU,

permitindo a consolidação das atividades acadêmicas.

- Regularizar o processo de remoção dos servidores técnico-administrativos em educação e docentes. Essa regulamentação contribuirá para a publicidade de procedimentos e oportunidades de seleção e para a dinamização da força de trabalho na instituição, aliando as competências individuais do servidor às competências desejáveis para as unidades que solicitam provimento de vagas por meio de remoções.

- Melhorar a estrutura física da área de capacitação de pessoal, com a implantação de laboratório de informática para oferta de cursos e a aquisição de equipamentos de webconferência para atender simultaneamente os *campi* da UFU. Nos *campi* fora de sede, estima-se que serão necessários 15 profissionais, em média, até 2020, para cumprir ações de capacitação como cursos e palestras.

- Superar a restrição orçamentária para não comprometer o Programa QUALI-UFU e o pagamento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC) para os instrutores das ações de capacitação.

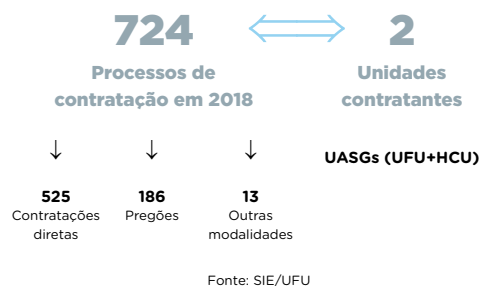


GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Conformidade legal

A UFU tem suas contratações e licitações centralizadas em área especializada. A assessoria jurídica da Procuradoria Geral Federal junto à UFU (PROGE) contribui para a conformidade das contratações às normas pertinentes, principalmente as Leis 8.666/93 e 10.520/02 e as Instruções Normativas da instância de planejamento federal – em especial a IN 04/2014 (SEGES/MP) e a IN 05/2017 (STI/MP).

A gestão de licitações e contratos, funcionando como área de apoio para as atividades finalísticas, contribui de forma geral para o cumprimento de todos os objetivos estratégicos da instituição, em especial com as diretrizes 10 e 18 do PIDE 2016-2021 habilitadoras do mapa estratégico da UFU. O aprimoramento do desempenho nos processos de compras tem contribuição efetiva e direta na melhoria da gestão dos recursos financeiros e no atingimento das metas dos objetivos estratégicos.



Principais Tipos das contratações diretas:

- Baixo valor (90%)
- Material de Consumo para pesquisa
- Anuidades

Contratações Diretas – Justificativas:

Entre as contratações diretas, aproximadamente 90% do total se referem a dispensas com valores abaixo do limite legal para esta modalidade, nas quais se destacam as contratações de produções culturais e apresentações artísticas atendendo às ações de extensão e cultura, as relativas à taxas de inscrições em eventos diversos, e aquisições de materiais de consumo específicos.

Dentre as inexigibilidades, fundamentadas pela exclusividade de fornecimento, destacam-se as aquisições de materiais de consumo e equipamentos para pesquisas.

Série Histórica

Modalidade	2016	2017	2018
Contratações diretas	525	475	536
Pregões	186	227	263
Outras	13	4	8
Total	724	706	807

147,1 milhões

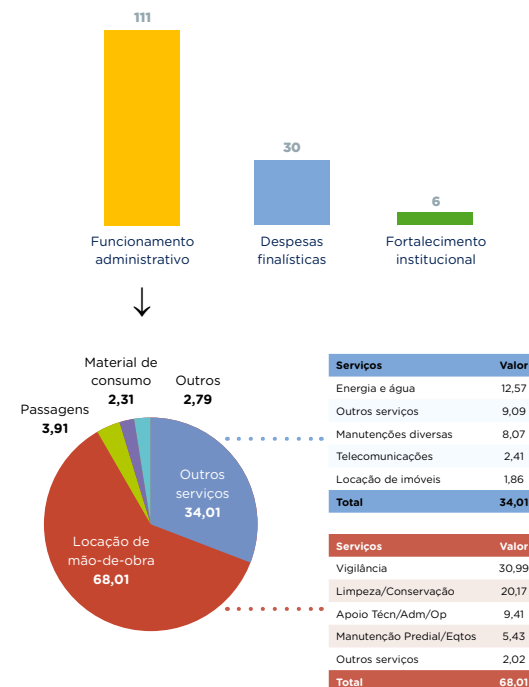
foram gastos em contratações relativas a custeio e investimentos

Fonte: Tesouro Gerencial

Série Histórica

Gastos com contratações	2016	2017	2018
Custeio	145,5	139,1	139,1
Investimentos	23,2	14,9	8,0
Total	168,7	153,9	147,1

GASTOS POR FINALIDADES (R\$ MILHÕES)





Contratações mais relevantes

As contratações mais relevantes da UFU são referentes às terceirizações das atividades de vigilância, limpeza e conservação, apoio técnico administrativo, água e energia, justificadas pela necessidade de sustentação do funcionamento administrativo, conforme modelo amplamente adotado entre as IFES e sem alterações relevantes em relação aos anos anteriores. Indiretamente, contribuem com a realização de todos os objetivos estratégicos da instituição.

Nos gastos destacam-se as aquisições de materiais farmacológicos e hospitalares, fornecimento de alimentação nos restaurantes universitários, serviços agropecuários, além de outros materiais, todos justificados pela necessidade de manutenção e desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão. Estes gastos criam as condições necessárias para o alcance dos objetivos estratégicos da instituição.

Principais desafios e ações futuras

- Consolidar a implementação do Sistema de Planejamento e Gerenciamento de

Contratações (PGC), prevendo a divulgação, até abril de 2019, do Plano Anual de Contratações de 2020.

- Atender as instruções que disciplinam o processo de compras.

- Implementar o Plano Anual de Contratações (PAC) de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação.

- Desenvolver sistema integrado de gestão na área de licitações e contratos, permitindo gerar relatórios de acompanhamento e facilitar o acompanhamento desses processos pela gestão.

- Avaliar a implementação do modelo de gestão de pagamentos pelo Fato Gerador²⁹ nos contratos.

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Conformidade Legal

A gestão de infraestrutura e patrimonial estão de acordo com os termos dos artigos 37, 70 e 75 da Constituição Federal, as Leis nº 4.320/64 e 8.429/92, o Decreto-lei nº 200/67, a Instrução Normativa nº 205/88,

Ano	2016	2017	2018
INVESTIMENTO EM EQUIPAMENTOS	R\$ 7.616.608,44	R\$14.439.374,24	R\$11.823.361,02
INVESTIMENTO EM OBRAS	R\$ 22.679.602,59	R\$18.420.425,51	R\$7.504.152,65
TOTAL POR ANO	R\$ 30.296.211,03	R\$32.859.799,75	R\$19.327.513,67

Fonte: PROPLAD

Aquisição de equipamentos em 2018

Equipamentos	Valores	Percentual
Equipamentos de processamento de dados (TIC)	R\$ 5.025.539,72	42%
Aparelhos laboratoriais	R\$ 2.165.241,00	18%
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	R\$ 1.421.775,12	12%
Outros	R\$ 1.164.518,16	12%
Mobiliário	R\$ 729.944,41	6%
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	R\$ 670.895,75	5%
Material bibliográfico	R\$ 645.446,86	5%
Total	R\$ 11.823.361,02	

Fonte: PROPLAD



a Lei Complementar nº 101/2000 e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na Administração Pública.

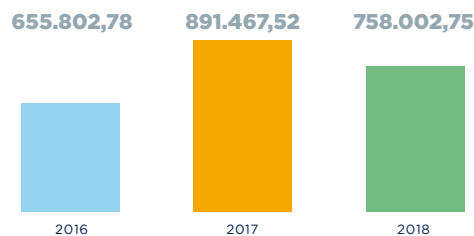
Investimentos em Infraestrutura e Equipamentos

Os investimentos da área estão em conformidade com o objetivo de “Aprimorar e criar mecanismos voltados para o planejamento, a execução plena e o controle contínuo dos processos administrativos, logísticos, serviços, obras e de sustentabilidade social e ambiental”, do PIDE 2016-2021.

Desfazimento de Ativos

A UFU realizou o desfazimento de seus ativos em 2018 com a alienação de alguns de seus bens – veículos, mobiliários de escritórios, cadeiras escolares e projetores – totalizando o valor de R\$ 56.250,00. Além disso, foram alienados o total de R\$ 804.294,55,00 em títulos mobiliários. Em 2018 não houve doação de material de informática, por conta da interdição prevista em ano eleitoral; doação essa que será concretizada em 2019.

LOCAÇÃO DE IMÓVEIS (R\$)

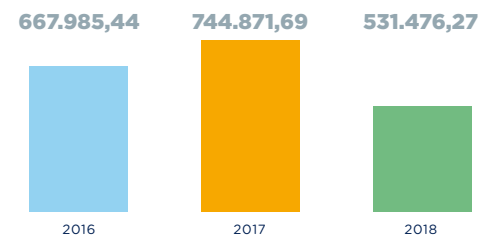


Fonte: PROPLAD

ANÁLISE CRÍTICA

Os contratos de alugueis são necessários para abrigar salas de aula, laboratórios e espaços administrativos nos *campi* mais recentes, como Patos de Minas e Monte Carmelo. Em Uberlândia, a principal finalidade é o armazenamento de arquivo, equipamentos e móveis. Ao todo são 19 imóveis alugados pela Universidade.

LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (R\$)



Fonte: PROPLAD

ANÁLISE CRÍTICA

As principais despesas com locação de equipamento são destinadas a serviços e equipamentos de reprografia, essenciais para o funcionamento de das atividades acadêmicas da instituição. A redução de 2017 para 2018 se deve à implantação do Sistema Eletrônico de Informações com impacto principalmente nas atividades administrativas.



Principais desafios e ações futuras

- Minimizar a dependência de alugueis de imóveis de terceiros para armazenar materiais do almoxarifado.
- Aprimorar o planejamento das aquisições com vistas à implementação do Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC).
- Implantar o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS).
- Aprimorar o processo de realização de inventário nas unidades acadêmicas e administrativas, regulamentado pela Resolução nº02/2012 do CONDIR.

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conformidade Legal

Um dos principais norteadores da conformidade legal na área de TIC é o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), previsto na [Instrução Normativa nº 04/2010](#) da SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

Modelo de Governança

O planejamento estratégico para a área de TIC está contemplado no PIDE 2016-2021 na Diretriz 16, de “Aprimorar e desenvolver ferramentas institucionais para a obtenção e tratamento dos dados e a geração de informações úteis”. O planejamento bienal tático e operacional fica a cargo do PDTIC, que descreve metas e ações orienta-

das pelo próprio PIDE.

A governança de TIC na UFU é responsabilidade do [Comitê Gestor de Tecnologia da Informação](#) (CGTI), regulamento pelas Resoluções 03/2011 do CONDIR e 28/2015 do CONSUN.

Em 2018, esteve em vigor o “[PDTI 2017-2018](#)” que, em 2019, assumirá o nome de “PDTIC” e terá vigência até 2020.

Montante de recursos aplicado em TI

	2016	2017	2018
Grupo Despesa	Recursos aplicados em TI	Recursos aplicados em TI	Recursos aplicados em TI*
Custeios	935.317,17	875.930,90	1.171.330,99
Investimentos	990.120,87	1.874.821,68	6.220.698,33
TOTAL	1.925.438,04	2.750.752,58	7.392.029,32

* Recursos aplicados = despesas liquidadas + restos a pagar liquidados

Fonte: PROPLAD

ANÁLISE CRÍTICA

As variação no volume de recursos de 2017 para 2018 se justifica pela contratação de serviços e links necessários à interconexão digital entre os *campi* e unidades externas da Universidade Federal de Uberlândia, aquisição em maior quantidade, em relação a anos

anteriores, de equipamentos de TI, como desktops, notebooks e pontos de acessos wireless e contratação de software de segurança integrada e gerenciamento da informação na rede UFU.



Contratos mais relevantes vigentes em 2018

Objeto do contrato	2016	2017	2018
Contratação de serviços de instalação e manutenção de infraestrutura de rede de comunicação, dados e voz (cabearamento par metálico e fibra óptica)	-	R\$ 1.223.714,30	R\$ 1.427.419,86
Prestação de serviço continuado com o fornecimento à Universidade Federal de Uberlândia, de suporte técnico, operacional e gerencial, manutenção, novos releases dos módulos contratados e em produção que compõem o Sistema de Informações para o Ensino - SIE.	R\$ 227.460,00	R\$ 253.959,12	R\$ 253.959,12
Prestação do serviço com fornecimento de link de fibra ótica escura, interligando os <i>Campi</i> Santa Mônica e Umuarama da UFU.	R\$ 213.005,76	R\$ 235.272,24	R\$ 242.396,76
Contratação de serviços, de telecomunicações através do aluguel de enlaces de dados, links, a serem executados de forma continuada, necessários à interconexão digital entre os <i>campi</i> e unidades externas da Universidade Federal de Uberlândia.	-	-	R\$ 621.790,80
Prestação de serviços de comunicação de dados, padrão XDSL e/ou cable modem, incluindo fornecimento dos equipamentos, nas cidades de Patos de Minas e Uberlândia.	R\$ 22.705,44	R\$ 22.705,44	R\$ 22.008,48
Prestação de serviços de comunicação de dados, padrão XDSL e/ou cable modem, incluindo fornecimento dos equipamentos, nas cidades de Patos de Minas e Uberlândia.	R\$ 424.996,00	R\$ 424.996,00	R\$ 424.996,00
Aquisição e contratação de empresa para manutenção, atualização e upgrade de solução de segurança integrada e gerenciamento seguro da informação.	-	-	R\$ 1.095.000,00

Fonte: CTI

Principais iniciativas e resultados

Cadeia de valor	Principais iniciativas na área de TI	Principais resultados
Conexão dos usuários internos e externos à Rede UFU	Expansão da rede wireless e cabeada, além do aumento da capacidade do Link principal UFU para 3GBPs	Conexão eficiente e ágil na comunicação de dados
Sistemas Acadêmicos	UFU-Mobile, Valida-UFU, matrícula em disciplinas de outros cursos, Bolsa de Iniciação Científica, sistema acadêmico para a ESEBA.	Facilidade de acesso e segurança de dados e documentos com identificação única por meio de código QR
Sistemas Administrativos	Desenvolvimento / Implantação de um novo sistema na DIRPS (Diretoria de Processo Seletivo), para inscrição e apuração de resultados dos processos seletivos. Implantação do SISREF (Sistema de Controle Eletrônico Diário de Frequência). Manutenção e adequação de aproximadamente 50 sistemas / rotinas em produção, para atender alteração em procedimentos operacionais e adequação às novas legislações. Implantação do Siads - Sistema Integrado de Administração de Serviços, para atender a portaria nº 385, de 28 de novembro de 2018.	Eficiência na condução dos processos administrativos
Websites	Criar websites para Programas de Pós-Graduação, unidades administrativas e acadêmicas, além da manutenção dos já existentes. Criação do portal Dados Abertos da UFU	Atendimento aos critérios da CAPES para os websites dos Programas de Pós-Graduação. Atendimento à legislação de divulgação de dados
Infraestrutura	Renovação de contrato com empresa terceirizada para manutenção física da rede UFU	Reparo e expansão na rede cabeada da UFU
Equipar salas de Programas de Pós-graduação para suporte a web conferências para defesas de teses	Disponibilização do MConf, serviço de web conferência da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)	Interação de equipes remotas em tempo real, sem necessidade de investimento em equipamentos de vídeo conferência.
Segurança de Tecnologia da Informação - STI	Contratação de software antivírus conforme o que estabelece a IN 04 de 24 de setembro de 2015.	Amplificação da camada de proteção e disponibilidade da informação; aumento na eficiência contra vulnerabilidades; segurança, proteção e autenticidade de dados sensíveis da organização.

Fonte: CTI



Segurança da informação

A principal ação realizada em 2018 refere-se a contratação de empresa para manutenção, atualização e upgrade de Solução de Segurança Integrada e gerenciamento Seguro da Informação para ser utilizado em estações de trabalho e notebooks. Em razão da restrição orçamentária, não foi possível a aquisição de appliances para garantir melhor desempenho de segurança na Rede Institucional.

Principais desafios e ações futuras

- Propor o PDTIC 2019/2020, alinhado às diretrizes do PIDE.
- Definir no CGTI a prioridade e as metas para cada biênio, de forma convergente com as diretrizes de TIC presentes no PIDE.
- Aprimorar a política de liberação de servidores do CTI para cursos de qualificação.
- Capacitar os servidores em Práticas de Gestão de TI alinhadas com a legislação vigente.
- Adequar a infraestrutura elétrica e a

refrigeração do Data Center do *Campus Santa Monica*.

- Adquirir *nobreaks* para equipar salas técnicas nos *campi* da UFU.
- Aprimorar e ampliar a cobertura das redes *wireless* e cabeada da UFU.
- Aumentar a capacidade de armazenamento de dados nos diversos serviços de TI oferecidos pela instituição (CTI e CEaD).
- Aumentar a capacidade do Link principal da UFU, além da ampliação de Links de interligação entre os *campi* da Instituição.
- Desenvolver novos Sistemas e Módulos administrativos e acadêmicos.
- Implantar Sistemas de Terceiros, para atender necessidades internas ou determinações legais.
- Criar Websites para atender demandas internas e legislações.
- Buscar soluções de segurança baseada em *Appliances* que fornecem segurança e log de eventos no FireWall da UFU.

GESTÃO DE CUSTOS

Em 2011, o governo criou o Sistema de Custos do Governo Federal, gerenciado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Nessa mesma época foi criado o Sistema de Informações de Custos (SIC), que é gerido pela Coordenação de Informações de Custos (COINC). Por meio dessas duas estruturas desenvolveu-se o sítio [Tesouro Transparente](#) e, nesse, o módulo Portal de Custos do Governo Federal.

Como resultado, espera-se contribuir para o planejamento orçamentário, políticas de contingenciamento, controle do teto dos gastos e a qualidade dos gastos públicos. No início de 2018, a STN disponibilizou no SIAFI WEB a aba “Centros de Custos”, sendo sua utilização obrigatória por todas as unidades integrantes do SIAFI.

Nesse momento, a UFU realizou a integração, revisão e atualização dos cadastros nos sistemas estruturantes SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Pessoal), SIORG (Sistema de Informações Organizacionais) e SIAFI conforme orientações da STN e do MEC. Realizou



também adaptações no Sistema de Informações para o Ensino (SIE) e adotou novos procedimentos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) relativos a liquidação das despesas. Com tais procedimentos foi possível realizar, por meio do SIAFI WEB,

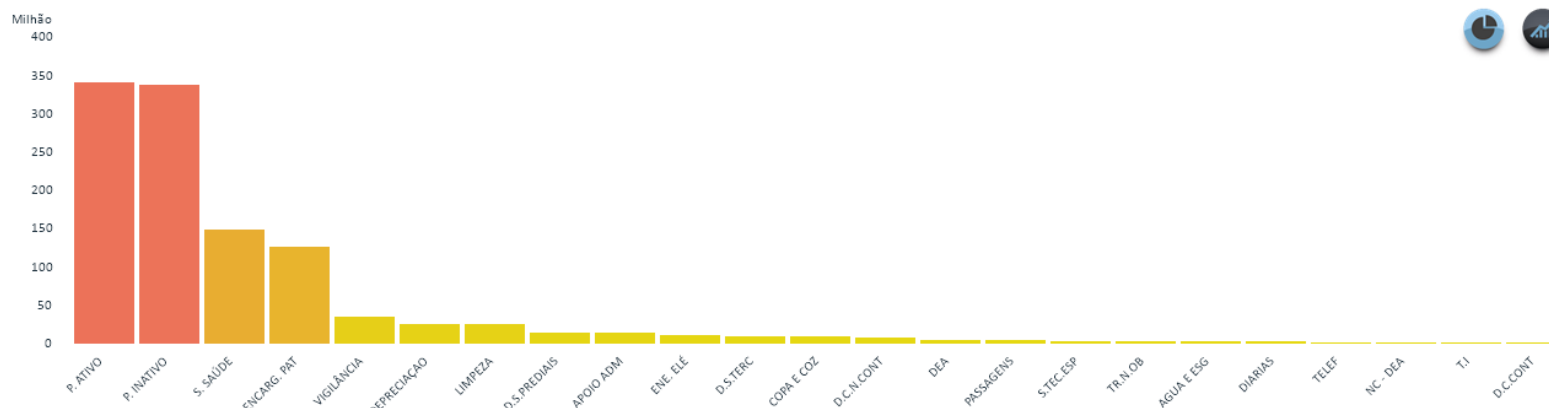
a alocação das despesas por unidade consumidora – SIORG – de recursos no período de competência.

Os resultados das alocações dos custos podem ser verificados em dois ambientes: no Portal de Custos do Governo Federal, de

acesso livre, e no Tesouro Gerencial, sistema de acesso aos gestores públicos.

O [Portal de Custos do Governo Federal](#) mostra a tendência dos custos, em uma referência às estimativas e distribuição de custos por área de atuação. De certa forma,

Figura 1 – Visão geral dos custos da UFU em 2018



Itens de custo são agregadores de insumos, identificados por meio de naturezas de despesa detalhada, das situações e das modalidades de aplicação, a fim de facilitar o entendimento sobre quais recursos são consumidos pelas organizações.

Análise os seus
ITENS DE CUSTO.
Clique aqui.



Custos controláveis (CC)
R\$ 759.187.395,59



Custos não controláveis (CNC)
R\$ 373.268.765,76



Custos atribuíveis a pessoal (CAP)
R\$ 696.382.142,54



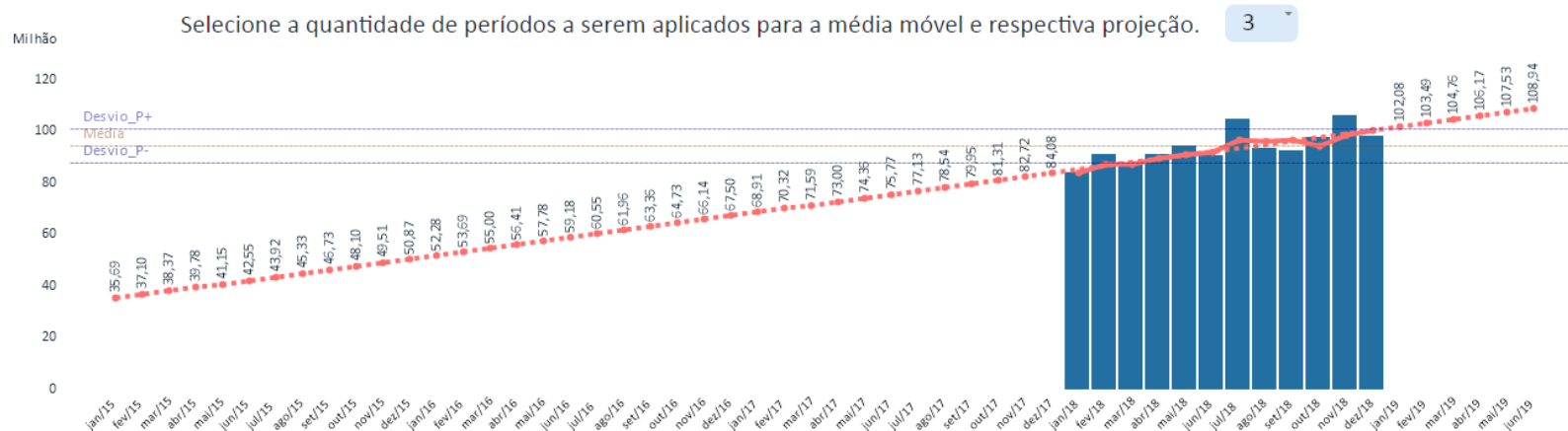
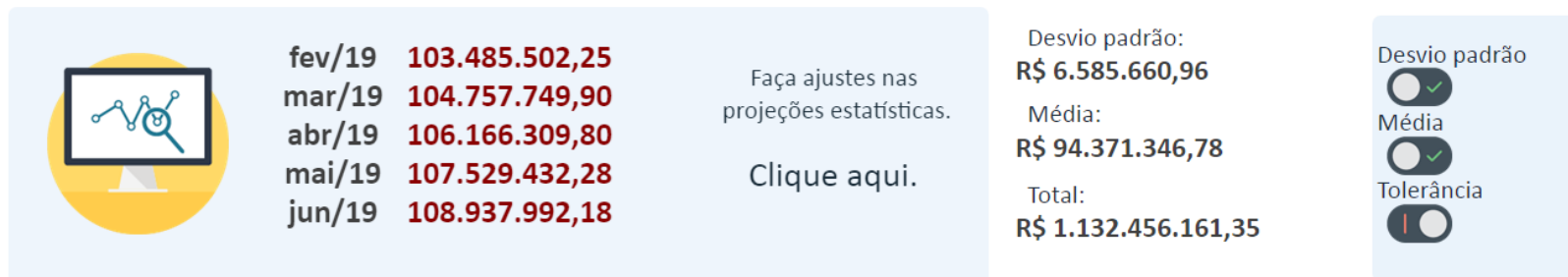
Custos de funcionamento (CF)
R\$ 141.446.643,90

Fonte: Portal de Custos do Governo Federal



Figura 2 – Tendência dos custos da UFU

Analise os custos observando a TENDÊNCIA para os próximos meses.



Fonte: Portal de Custos do Governo Federal



pode-se identificar os custos da área de suporte por meio dos custos de funcionamento. Entretanto, ainda não há custos por área finalística e programa governamental.

Principais desafios e ações futuras

- Consolidar a implantação da gestão por custos.
- Criação do detalhamento de custos – “Detacusto”.
- Criação dos objetos e centros de custos e o método de rateio.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

Nas contratações realizadas pela UFU são adotados os seguintes critérios e práticas de sustentabilidade como requisitos para a contratação:

- I – baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017)
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de

recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII – origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017)

VIII – utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento. (Incluído pelo Decreto nº 9.178, de 2017).

Nessa lógica, a UFU privilegia a compra de bens produzidos a partir de matéria-prima reciclada e/ou que apresentem maior durabilidade, além da preferência por produções locais como forma de fomentar a economia regional. Do mesmo modo, os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagens passíveis de reciclagem e com o menor volume possível.

Nos casos de contratações ou com-

pras com maior especificidade, é necessário acrescentar, no Estudo Preliminar, as demais informações inerentes ao tipo de objeto, como a necessidade ou não de Logística Reversa – prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos, a preferência para matéria-prima madeireira que possua certificado/selo de origem reflorestada ou manejo sustentável, dentre outros.

A instituição implementou o Sistema de Logística Reversa para cartuchos e toners baseando-se na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A política determina a Responsabilidade Compartilhada, que impõe tal responsabilidade a todos os agentes envolvidos no ciclo de vida de um produto, desde a sua fabricação até a destinação final correta, sendo responsáveis pelos possíveis impactos ambientais gerados pelo material.

Ações para redução do consumo de recursos naturais

A UFU, ao longo dos últimos anos, vem promovendo ações com o intuito de reduzir o consumo de recursos naturais. Dentre as medidas executadas, destacam-se a utilização de:



- i) lâmpadas LED e sensores de movimento que evitam o desperdício de energia elétrica;
- ii) torneiras pressurizadas para economia de água;
- iii) projetos arquitetônicas que aumentam a eficiência do uso da luz solar e melhor aproveitamento da ventilação natural;
- iv) adoção do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) que reduziu em 45% o total de papel consumido anualmente.

Em relação ao consumo de energia, em 2018, a UFU conquistou, no Programa de Eficiência Energética da CEMIG, uma verba de R\$ 3.775.660,13 destinada à troca das lâmpadas fluorescentes do *Campus* Santa Mônica por lâmpadas LED, que consiste em alternativa mais econômica e sustentável. A troca representará uma economia média de R\$ 60 mil mensais nos gastos com energia elétrica, já que as novas lâmpadas consomem menos energia e possuem alta durabilidade, diminuindo a geração de resíduos.

Redução de resíduos poluentes

A UFU promove a destinação ambientalmente adequada de pilhas, baterias, lâmpadas, resíduos biologicamente infectantes, carcaças de animais, perfurocortantes, resíduos químicos e recicláveis.

A UFU disponibiliza coletores de pilhas e baterias para a comunidade universitária, que estão espalhados pelos *campi*. Após essa etapa, eles são armazenados em um galpão, dentro de bombonas, para posterior encaminhamento para a empresa contratada.

A UFU esteve na vanguarda do processo de reciclagem, ao iniciar a destinação de seus resíduos recicláveis em 2005. A partir de 2012, a instituição rompeu com o modelo de relacionamento de caridade com as organizações sociais e passou a reconhecer a relevância dos serviços prestados pelos catadores, ao instituir a remuneração pelo serviço ambiental urbano. Tal fato baseia-

As lâmpadas fluorescentes trocadas nos *campi* da UFU são armazenadas até a coleta pela empresa terceirizada, que faz a correta destinação desses resíduos.

Os resíduos biologicamente infectantes, carcaças de animais, perfurocortantes e resíduos químicos gerados na UFU são recolhidos e armazenados, até serem coletados para tratamento por uma empresa terceirizada. Por mês são destinadas, em média, 3,5 toneladas destes resíduos. 📍

se no conceito de Responsabilidade Compartilhada. Em 2017, para fins de exemplo, foram destinadas aproximadamente 294 toneladas de resíduos para as cooperativas e/ou associações. Atualmente, uma cooperativa e duas associações possuem contrato com a UFU, que recolhem os materiais passíveis de reciclagem, recolhidos nos *campi* da cidade de Uberlândia.



Demonstrações Contábeis

Declaração do Contador

O escopo desta declaração abrange as demonstrações contábeis consolidadas da Universidade Federal de Uberlândia – UFU (Órgão 26274) que é composto por 2 Unidades Gestoras Executoras: Universidade Federal de Uberlândia (UG 154043) e Hospital de Clínicas da UFU (UG 150233).

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pelo contador responsável pelo órgão, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIA-FI. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIA-FI – Sistema Integrado de Administração Financeira, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis da UFU são as seguintes:

- **Balanço Patrimonial (BP)** – evidencia os ativos e passivos da instituição.
- **Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)** – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).
- **Balanço Orçamentário (BO)** – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista *versus* a arrecadada e a despesa autorizada *versus* a executada.
- **Balanço Financeiro (BF)** – evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e a do exercício seguinte.



- **Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)** – visam demonstrar o fluxo financeiro da instituição no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas.

- **Notas Explicativas (NE)** – informações adicionais e parte integrante das DCASP (Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público). Seu objetivo é facilitar a compreensão das DCASP. Englobam informações exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras não suficientemente evidenciadas nas demonstrações.

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei 4.320/64, a Lei Complementar 101/00 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição – MCASP e o Manual SIAFI.

AVANÇOS

Cabe ressaltar que no exercício de 2018 tivemos avanços substanciais na qualidade das informações contábeis da Universidade Federal de Uberlândia, dentre

elas destacamos as seguintes:

- O término da implantação do controle do saldo de contratos de forma individualizada, propiciando o valor executado de cada contrato.

- O início da utilização da aba centro de custos no SIAFI, onde os custos são alocados para a referida Unidade Consumidora, sendo utilizado o Sistema de Informações Organizacionais (SIORG) para identificar a Unidade Consumidora. O procedimento trouxe como benefício a alocação dos custos por competência, ou seja, é alocado diretamente para a Unidade Consumidora no mês em que é realizado.

- Aperfeiçoamento nos controles e análises das equações contábeis que levou a instituição a finalizar o ano sem qualquer restrição contábil aplicada às demonstrações contábeis.

- A consolidação da tramitação de documentos e processos pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI), que levou a uma redução significativa de tempo no processamento das informações, desde o ateste da despesa até o registro contábil no SIAFI.

- O acompanhamento efetivo da utili-

zação dos códigos da Guia de Recolhimento da União (GRU) na realização da receita, acarretando uma correta segregação das receitas correntes e de capital.

- Conclusão dos registros das obras finalizadas no Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) que faz a gerência da utilização dos imóveis da União.

RESSALVAS

Devido à complexidade, diversidade e amplitude de alguns processos de trabalho da Universidade, na busca pela qualidade das nossas informações, temos ainda desafios a serem superados, conforme destacamos a seguir:

- Implantação completa da contabilidade de custos com a criação dos centros de custos e critérios de rateios para as despesas comuns as várias áreas da Universidade.

- Estabelecer rotinas e procedimentos nos controles dos almoxarifados da instituição, em especial, do HCU.

- Implantação das rotinas e procedimentos para que as reavaliações dos imóveis registrados no SPIUnet seja anual.



- Implantação da conformidade de gestão.

- Estabelecer rotinas e procedimentos para a tempestiva prestação de contas nos termos de execução de descentralização orçamentária, termos de parceria e convênios que se encontram com as datas de vigências expiradas.

DECLARAÇÃO

Considerando os avanços realiza-

dos, DECLARO que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxo de Caixa, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais rele-

vantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Universidade Federal de Uberlândia, exceto no tocante às ressalvas apontadas.

Uberlândia – MG, 31 de janeiro de 2019

—FRANCIEL PIRES ESPINDULA
CRC – MG – 099996/O-5
Contador Responsável pela
Universidade Federal de Uberlândia

Documento assinado eletronicamente por Franciel Pires Espindula, Contador, em 07/02/2019, às 13:53. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 1006940 e o código CRC ADE61AE5.

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCON) consolidam as informações Patrimoniais, Orçamentárias e Financeiras da Fundação Universidade Federal de Uberlândia (FU-FUB), Órgão 26274, Gestão 15260, fundação pública integrante da Administração Federal Indireta, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), composta pelas seguintes Unidades administrativas:

- Universidade Federal de Uberlân-

dia – UFU, Unidade Gestora (UG) 154043, Unidade Orçamentária (UO) 26274 e CNPJ 25.648.387/0001-18.

- Hospital de Clínicas de Uberlândia (HCU), Unidade Gestora (UG) 150233, Unidade Orçamentária (UO) 26396 e CNPJ 25.648.387/0002-07.

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em consonância com a Lei 4.320/64, a Lei Complementar 101/00 (LRF), o Decreto-Lei 200/67, o Decreto 93.872/86 e alinhadas às diretrizes das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP), a estrutura Conceitual

(NBC T SP 01 a 10) e (NBC T 16.6-R1 a 16.10); ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS), bem como à normatização da Contabilidade Aplicada ao Setor Público editada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O objetivo principal das DCON é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patri-



monial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa em determinado período ou exercício financeiro.

As demonstrações contábeis são formadas pelas seguintes peças:

I. Balanço Patrimonial (BP).

II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).

III. Balanço Orçamentário (BO).

IV. Balanço Financeiro (BF).

V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

VI. Notas Explicativas (NE).

I) Balanço Patrimonial — evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade, bem como os atos potenciais. Sendo composto por: a. Quadro Principal; b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes; c. Quadro das Contas de Compensação (controle); e d. Quadro demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro.

II) Demonstração das Variações Patrimoniais — evidencia as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indica o resultado patrimonial do exercício.

III) Balanço Orçamentário — demonstra as receitas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a atualizada, a receita realizada e o saldo. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de despesa, discriminando a dotação inicial, a atualizada, as despesas empenhadas, as liquidadas, as pagas e o saldo da dotação. Sendo composto por: a. Quadro Principal; b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e c. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

IV) O Balanço Financeiro — evidencia as receitas e despesas orçamentárias, os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

V) Demonstração dos Fluxos de Caixa — permite avaliar como a entidade obteve recursos para financiar suas atividades e como eles foram utilizados.

VI) Notas Explicativas — informações adicionais para facilitar a compreensão das demonstrações contábeis.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a 2 – Intra – OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: Balanço Patrimonial; Demonstrações das Variações Patrimoniais; Balanço Financeiro; e Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados



no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra. Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

Conta Única Do Governo Federal

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (Decreto 93.872/86), é mantida no Banco Central do Brasil (BACEN), gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive as da UFU. É subdividida em Conta Única Recursos Tesouro Nacional, Conta Única Recursos Previdenciários e Conta Única Recursos Dívida Pública. Assim, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extra-orçamentárias, isto é, todos os recebimentos e pagamentos, são realizadas e controladas em um único caixa.

Ajustes de Exercícios Anteriores

É uma prática contábil que compõe a linha de Resultados Acumulados do BP, composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores, que recebe registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, ou seja, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Créditos Orçamentários x Recursos Financeiros

No contexto da Contabilidade Pública, os termos Crédito Orçamentário e Recurso Financeiro têm significados distintos. Crédito Orçamentário pode ser entendido como a autorização legislativa, através da Lei Orçamentária Anual (LOA), para a realização das despesas fixadas. Já o Recurso Financeiro refere-se a caixa e equivalentes de caixa,

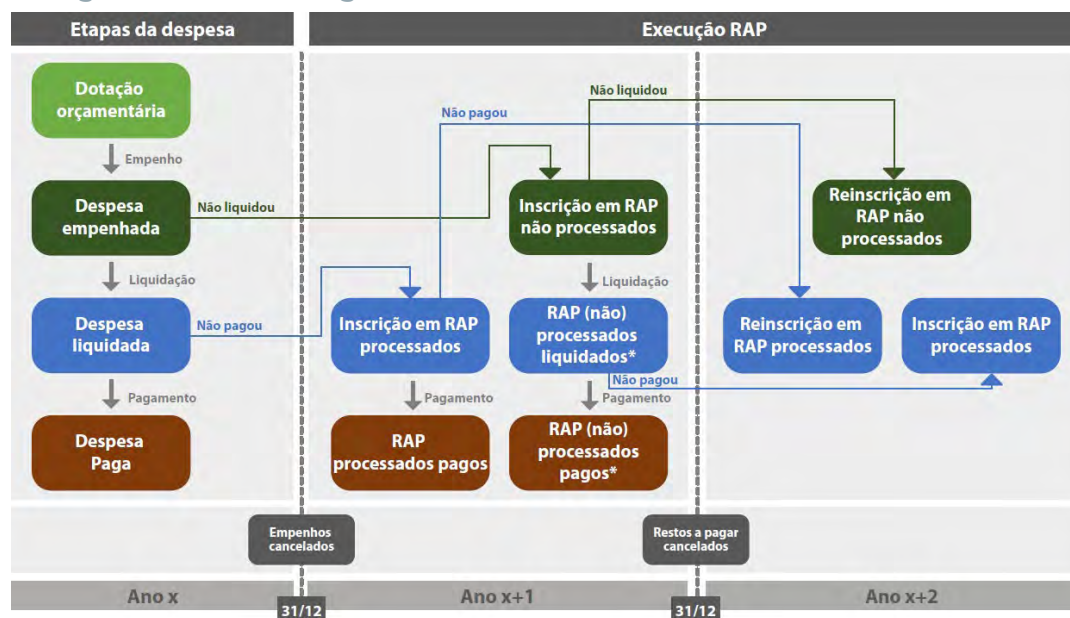
numerário, dinheiro e valor arrecadado através das receitas estimadas também na LOA.

Execução orçamentária é a utilização dos créditos orçamentários (empenho). A execução financeira representa o fluxo (ingresso e saída) dos recursos financeiros. Ambas visam a realização dos subprojetos e/ou subatividades atribuídos às Unidades Orçamentárias pelo Orçamento. As execuções orçamentária e financeira ocorrem concomitantemente, por estarem atreladas uma a outra. Havendo o Crédito orçamentário e não existindo o recurso financeiro, não poderá ocorrer a despesa.

Restos a Pagar

Os Restos a Pagar (RAP) correspondem às despesas empenhadas mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega do produto adquirido ou a prestação de serviço contratada. No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar no exercício seguinte, os “resíduos passivos”, e serão financiadas (pagas) à conta de recursos

Fluxograma de Restos a Pagar



Fonte: Relatório de Avaliação dos Restos a Pagar - 2018 - www.tesouro.gov.br

arrecadados durante o exercício financeiro em que não ocorreu a emissão do empenho.

Na inscrição dos restos a pagar, esses são classificados em processados e não processados. Os restos a pagar processados referem-se a despesas empenhadas e liquidadas. Já os restos a pagar não processados referem-se a despesas empenhadas, mas ainda não liquidadas.

Moeda funcional e saldos em Moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção refere-se aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de de-

zembro do exercício anterior.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionado, principalmente, com: (I) créditos não tributários; (II) adiantamentos; (III) depósitos efetuados e (IV) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

Estoque

Compreendem somente produtos em almoxarifado (diversos materiais) para consumo nas atividades operacionais da Instituição. Os estoques são avaliados e mensurados da seguinte forma: (I) nas entradas, pelo va-



lor de aquisição ou produção/construção; e (II) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Quando os valores de estoque estiverem superiores aos valores de mercado, há possibilidade de reduzir os valores de estoque mediante as costas para ajustar as perdas ou para reduzir os valores de mercado.

Investimentos

São compostos pelas participações permanentes (ações-fração do capital social) adquiridas com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações da instituição e que não serão vendidas em curto prazo. Quando há influência significativa, eles são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, eles são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhe-

cimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangíveis

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

A maioria dos intangíveis está relacionada a *softwares*, tanto de vida útil definida,

os chamados *softwares* de prateleira, quanto de vida útil indefinida, que se referem aos sistemas desenvolvidos pela Instituição.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos quanto os indiretos.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis utiliza os seguintes procedimentos para cálculo:

- Método das quotas constantes e,
- regras (vida útil e valor residual) estabelecidas na [Macrofunção SIAFI 020330](#) (Depreciação, amortização e exaustão na Administração Direta da União gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN).



Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto para a depreciação, que é encaminhada pela SPU à STN para ser registrada e contabilizada no SIAFI.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I. atualizados, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II. reavaliados, aqueles nos quais:

a) seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;

b) houver alteração de área construída, independentemente do valor investido e;

c) seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensalmente e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle. A depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação. O cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

Para fins de depreciação, a vida útil será definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações – bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito – aposentadorias, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os



precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

Demais Reservas

Compreende as reservas não classificadas como reservas de capital ou de lucro, in-

clusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente do *superavit* ou *deficit* acumulado da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Apuração do Resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

I. Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o

saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção refere-se às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de *Superávit/Deficit* do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço pú-



blico ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

II. Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto na Lei nº 4.320/64. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário, *superávit* ou *déficit*, representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, sendo apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O *déficit* é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do BO, ao passo que o *superávit* é apresentado junto às despesas.

O Balanço Orçamentário é estruturado para atender a um “ente público” e não para demonstrar as descentralizações/movimentações de créditos (Provisão e Destaque), uma vez que os valores concedidos são iguais aos valores recebidos entre as unidades que compõem o ente. Entende-se por ente: União (OFSS), Estados, Distrito Federal e Municípios. Portanto, a concepção de ente

pode gerar confusão no BO de órgãos e de UG. No Órgão a coluna “Dotação Inicial” e “Dotação Atualizada” apresentará apenas as receitas próprias e/ou os recursos vinculados. Caso o órgão não possua essas duas origens de receita, o BO demonstrará apenas a execução do crédito orçamentário, visualizada na coluna de “Despesas Empenhadas”.

Os créditos orçamentários recebidos pelo Órgão, provenientes de descentralizações, não são mais visualizados no Balanço Orçamentário desde 2011. A justificativa para retirada da movimentação de créditos orçamentários do BO foi a de que “crédito orçamentário” e “dotação orçamentária” não são sinônimos. Essa última corresponde aos valores fixados na LOA para certa Unidade Orçamentária(UO); enquanto que o primeiro corresponde aos valores executados (empenhados) no Órgão de um mesmo ente, independente da UO de origem.

Para identificar os créditos orçamentários recebidos e concedidos(Provisão e destaque), deve-se verificar a “Movimentação Orçamentária”. Portanto, os créditos recebidos ou concedidos não são adicionados ou deduzidos da coluna Previsão Atualizada.

Cabe ressaltar que o total da “Despesa Empenhada” superior ao total da “Dotação Inicial” ou “Dotação Atualizada” pode acontecer em qualquer órgão e não representa um erro. Significa que, além da sua dotação orçamentária, o órgão executou (empenhou) créditos orçamentários de outro Órgão, ou seja, de dotação orçamentária de outra UO.

Da mesma forma que há a descentralização de crédito orçamentário, há a descentralização/transferência de recursos financeiros, o Repasse ligado ao destaque e o Sub Repasse ligado à provisão .

III. Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o *superávit* ou *déficit* financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração



dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC permite analisar a capacidade

da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do

período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

Demonstrações Contábeis

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – ÓRGÃO 26274							
BALANÇO PATRIMONIAL R\$							
ATIVO	NE	2018	2017	PASSIVO	NE	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		134.835.661,92	49.998.009,02	PASSIVO CIRCULANTE		100.749.810,11	15.176.919,54
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	108.265.180,82	23.699.007,30	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias Pagar a Curto Prazo	08	76.237.431,17	4.738,21
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	02	19.356.240,07	20.021.882,67	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	09	11.417.526,05	13.087.310,28
Estoques	03	7.214.241,03	6.277.119,05	Demais Obrigações a Curto Prazo	10	13.094.852,89	2.084.871,05
ATIVO NÃO CIRCULANTE		588.292.474,09	595.910.036,61	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		4.251,15	0,00
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.862,00	0,00	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias Pagar a Longo Prazo	11	4.251,15	0,00
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	04	2.862,00	0,00	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		100.754.061,26	15.176.919,54
Investimentos	05	164.103,55	859.258,46				
Participações Permanentes		164.103,55	859.258,46	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	2018	2017
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial		164.103,55	859.258,46	Demais Reservas		870.476,69	870.476,69
Imobilizado	06	586.038.104,30	593.924.498,52	Resultados Acumulados		621.503.598,06	629.860.649,40
Bens Móveis		166.352.609,83	168.224.746,99	Resultado do Exercício		13.379.426,89	1.978.165,00
Bens Móveis		286.772.428,32	274.258.522,15	Resultados de Exercícios Anteriores		629.860.649,40	627.450.528,45
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis		-120.419.818,49	-106.033.775,16	Ajustes de Exercícios Anteriores		-21.736.478,23	431.955,95
Bens Imóveis		419.685.494,47	425.699.751,53	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	622.374.074,75	630.731.126,09
Bens Imóveis		451.004.229,14	443.843.988,02				
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis		-31.318.734,67	-18.144.236,49				
Intangível	07	2.087.404,24	1.126.279,63				
Softwares		1.963.516,74	1.039.967,66				
Softwares		2.662.571,53	1.702.622,72				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-699.054,79	-662.655,06				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		123.887,50	86.311,97				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		147.578,50	102.422,50				
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos		-23.691,00	-16.110,53				
TOTAL DO ATIVO		723.128.136,01	645.908.045,63	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		723.128.136,01	645.908.045,63



Quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes

ATIVO	NE	2018	2017	PASSIVO	NE	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO		108.265.180,82	23.699.007,30	PASSIVO FINANCEIRO		174.354.366,69	94.095.775,51
ATIVO PERMANENTE		614.862.955,19	622.209.038,33	PASSIVO PERMANENTE		6.967.839,20	5.168.412,01
				SALDO PATRIMONIAL		541.805.930,12	546.643.858,11

Quadro de compensações

ATIVO	NE	2018	2017	PASSIVO	NE	2018	2017
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		27.813.596,29	31.126.122,92	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		313.823.199,18	254.138.934,94
• Execução dos Atos Potenciais Ativos		27.813.596,29	31.126.122,92	• Execução dos Atos Potenciais Passivos		313.823.199,18	254.138.934,94
• Direitos Conveniados e Instrumentos Congêneres a Receber		26.794.179,17	30.961.122,92	• Obrigações Conveniadas e Congêneres a Liberar		100.394,30	1.680.343,82
• Direitos Contratuais a Executar		1.019.417,12	165.000,00	• Obrigações Contratuais a Executar	13	313.722.804,88	252.458.591,12
TOTAL		27.813.596,29	31.126.122,92	TOTAL		313.823.199,18	254.138.934,94

Demonstrativo superavit / deficit financeiro apurado no balanço patrimonial

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	NE	SUPERAVIT / DEFICT FINANCEIRO	NE
Recursos Ordinários			-49.843.633,43
Recursos Vinculados			-16.245.552,44
• Educação			-6.868.219,42
• Seguridade Social (Exceto Previdência)			-8.722.004,31
• Previdência Social (RPPS)			0,00
• Recursos de Receitas Financeiras			-615.940,30
• Alienação de Bens e Direitos			3.692,49
• Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas			2.844.319,01
• Outros Recursos Vinculados a Fundos			-2.887.399,91
TOTAL			-66.089.185,87



Notas Explicativas

NOTA 01 – Caixa e Equivalente de Caixa

O subgrupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla os valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações e para os quais não haja restrições para uso imediato, compreendendo o saldo de recursos em conta e em aplicações financeiras de alta liquidez e baixo risco.

A redução de 75,01% no item Recursos da Conta Única Aplicados refere-se a movimentação financeira relativa a aplicações de valores de *superávit* de exercícios anteriores, de recursos diretamente arrecadados pela instituição e recursos de convênios, em contra partida aos resgates de valores e rendimentos para pagamentos de despesas em virtude da não liberação de limites orçamentários.

A redução de 12% no item conta Caixa Econômica Federal refere-se ao confronto entre as entradas de valores, novas cauções e rendimentos de depósitos de caução, e as baixas de caução. O Expressivo valor de baixa refere-se especialmente a R\$ 74.040,34

Caixa e Equivalente de Caixa – Composição

R\$

	31/12/2018	31/12/2017	AH %	AV % 2018
Recursos da Conta Única Aplicados	5.256.897,30	21.031.889,81	-75,01	4,86
Demais Contas – Caixa Econômica Federal	462.245,43	525.286,75	-12,00	0,43
Limite de Saque com vinculação de Pagamento	16.930.443,50	2.141.830,74	690,47	15,64
Limite de Saque com vinculação de Pgto – Ordem Pagamento	85.615.594,59	0,00	-	79,08
Total	108.265.180,82	23.699.007,30	356,83	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2018.

relativos à devolução das garantias sobre a execução do contrato 038/2011 da obra do bloco 1KCA-CREDESH – conforme processo 23117.043067/2018-64 – e de R\$ 59.843,36 relativos à devolução de garantias sobre o contrato 017/2013, que foi encerrado definitivamente conforme processo 23117.056310/2018-12, acessível em www.ufu.br/sei.

O aumento de 356,83% no total da conta Caixa e Equivalente ocorreu essencialmente em virtude da mudança na execução da Ordem Bancária (OB) promovida pela STN em 31/12/2018, em que o valor da Folha de Pagamento de dezembro/2018 (R\$ 76.237.431,17) só terá impacto em 2019, sendo que tal valor está incluído no item limite de saque com vinculação de Pagamento – Ordem Pagamento.

NOTA 02 – Demais créditos e valores a receber de curto prazo

Compreende os valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo. Trata-se de antecipações e adiantamentos concedidos, essencialmente relativos a direitos, auxílios e benefícios de pessoal.

O Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do Acórdão 1322/2018 – plenário, determinou, para o registro de valores nas contas de 13º salário – adiantamentos e adiantamentos de férias, os seguintes procedimentos:

a) a conta 13º salário – adiantamento deve conter o saldo dos adiantamentos de 13º salário pagos referentes à competência do exercício corrente, que ainda não foram descontados, e,

b) a conta adiantamento de férias deve



Demais Créditos e Valores a receber de curto prazo – Composição

R\$

	31/12/2018	31/12/2017	AH %	AV% 2018
13 Salário – Adiantamento	7.844,094,40	7.833.766,53	0,13	40,52
Adiantamento de Férias	11.512.145,67	12.188.116,14	-5,55	59,48
Total	19.356.240,07	20.021.882,67	-3,32	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2018.

A redução de 3,32% refere-se a um menor volume de solicitação de adiantamentos no exercício de 2018 em relação ao exercício de 2017.

conter os saldos relativos aos pagamentos de férias aos servidores no exercício (abono constitucional), somados ao salário no período de férias proporcional aos dias usufruídos.

Tais procedimentos evitam a superavaliação do ativo pela ausência de baixa dos registros referentes à antecipação de 13º salário e férias, uma vez que o saldo registrado não representa o adiantamento realizado e ainda não descontado do servidor/empregado, por questões de competência.

Ainda conforme Macrofunção SIAFI 021142 – Folha de Pagamento, os saldos das referidas contas devem apresentar, no encerramento do exercício, somente os valores adiantados na folha de dezembro/2018 paga em 02/01/2019.

NOTA 03 – Estoques

Trata-se de materiais de consumo, cujo valor total representa o somatório dos saldos das contas de almoxarifado referente aos materiais adquiridos para atender à necessidade corrente da instituição e que ainda não foram requisitados pelas diversas unidades.

Estoques – Composição

R\$

	31/12/2018	31/12/2017	Variação \$	AH %	AV % 2018
Alimentos para Animais	37.932,14	9.265,14	28.667,00	309,41	0,53
Gêneros de Alimentação	19.284,90	17.584,24	1.700,66	9,67	0,27
Material Farmacológico	3.558.692,50	3.199.521,28	359.171,22	11,23	49,33
Material Odontológico	43.581,34	72.526,04	(28.944,70)	-39,91	0,60
Material de Expediente	393.820,91	317.567,84	76.253,07	24,01	5,46
Material de Tecnologia da informação	241.014,86	321.788,90	(80.774,04)	-25,10	3,34
Material de Acondicionamento e Embalagem	818,30	672,06	146,24	21,76	0,01
Material de Copa e Cozinha	30.455,58	18.368,35	12.087,23	65,80	0,42
Material de Limpeza e Prod. De Higienização	71.751,54	91.848,42	(20.096,88)	-21,88	0,99
Material Manutenção Bens Imóveis e Instalações	204.198,65	230.268,90	(26.070,25)	-11,32	2,83
Material para Manutenção De Bens Moveis	86.997,21	83.598,81	3.398,40	4,07	1,21
Material Elétrico e Eletrônico	413.008,51	336.766,90	76.241,61	22,64	5,72
Material de Proteção e Segurança	148.675,76	86.060,11	62.615,65	72,76	2,06
Material para Áudio, Vídeo e Foto	9.853,12	0,00	9.853,12	-	0,14
Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	2.649,60	1.490,64	1.158,96	77,75	0,04
Material Hospitalar	1.936.804,41	1.477.440,95	459.363,46	31,09	26,85
Material para Utilização em Gráfica	10.875,00	10.875,00	0,00	0,00	0,15
Ferramentas	3.031,91	1.475,47	1.556,44	105,49	0,04
Importação em Andamento Estoque	794,79	0,00	794,79	-	0,01
Total	7.214.241,03	6.277.119,05	937.121,98	14,93	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2018.



O acréscimo de 14,93% em relação a 2017 ocorreu porquê a instituição adquiriu mais materiais nos 2 últimos meses para abastecer seus almoxarifados, visando atender prontamente o primeiro trimestre de 2019, onde ocorre um maior volume de consumo de material, em especial de manutenção.

Os itens de material farmacológico e material hospitalar apresentam a maior representatividade, 49% no grupo, em virtude de comporem o almoxarifado do Hospital de Clínicas da Universidade, possuindo um estoque especializado para atender, além das necessidades acadêmicas, os serviços de assistência médica de média e alta complexidade da região do Triângulo Mineiro, Pontal e Alto Paranaíba do Estado de Minas Gerais.

O aumento de 309,41% no item Alimentos para Animais é explicada pelas aquisições, conforme planejamento anual de compras, para atendimento da Faculdade de Medicina Veterinária, do Hospital Veterinário e da fazenda experimental do Glória para um período estimado em 12 meses.

No item Ferramentas, houve um au-

mento de 105,49% devido a novas aquisições para compor estoque. Tais aquisições fazem parte do planejamento anual de compras. Os itens adquiridos visam atender, especialmente, as demandas, para um período de 12 meses, da Divisão de Serviços Gerais e das unidades acadêmicas, tais como: Instituto de Geografia, Faculdade de Engenharia Química, Instituto de Ciências Agrárias.

NOTA 04 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Trata-se de valor decorrente de depósitos efetuados por determinação judicial e realizáveis no longo prazo. O valor de R\$ 2.862,00 refere-se a depósitos judiciais efe-

tuados em dezembro de 2018 para cumprimento de sentença judicial referente a pensões alimentícias que ainda estão sendo definidas judicialmente.

NOTA 05 – Investimentos

Tratam-se de ações por participação avaliadas por equivalência patrimonial. A redução no valor deste item é explicada pelas vendas de ações da empresa Algar Telecom S/A, sendo 189 ações classe PA de valor unitário R\$3.422,53, totalizando R\$646.858,17 e de 46 ações classe PB valor unitário R\$3.522,53 totalizando R\$157.436,38 conforme Processo 23117.010877/2018-34 acessível em www.ufu.br/sei.

Investimentos – Composição

				R\$
Empresa		31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
71208516000174	Algar Telecom S/A	160.858,91	856.013,82	-81,2
00001180000126	Centrais Elétricas Brasileiras S/A	2,00	2,00	0,00
25632183000199	Cooperativa Agrop. Ltda. de Uberlândia	3.242,64	3.242,64	0,00
Total		164.103,55	859.258,46	-80,90

Fonte: Tesouro Gerencial 2018

NOTA 06 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmen-

te com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amorti-



Bens Móveis – Composição

	R\$			
	31/12/2018	31/12/2017	AH %	AV %
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	153.600.076,95	148.533.392,62	3,41	92,33
Bens de Informática	60.746.950,64	55.783.031,92	8,90	36,52
Móveis e Utensílios	33.442.255,73	32.606.775,17	2,56	20,10
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	22.734.727,45	21.583.924,24	5,33	13,67
Veículos	9.397.566,78	9.523.185,78	-1,32	5,65
Bens Móveis em Andamento	6.630.470,00	6.018.341,37	10,17	3,99
Semoventes e Equipamentos de Montaria	202.306,27	191.796,55	5,48	0,12
Demais Bens Móveis	18.074,50	18.074,50	0,00	0,01
Depreciação / Amortização Acumulada	(120.419.818,49)	(106.033.775,16)	13,57	-72,39
Total – Saldo Contábil Líquido	166.352.609,83	168.224.746,99	-1,11	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2018

zação ou exaustão quando tiverem vida útil definida, bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e que sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

No item Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas houve um aumento de 3,41% em virtude de aquisições de equi-

pamentos médicos e odontológicos para atender o Hospital de Clínicas de Uberlândia, o Hospital Odontológico e o Hospital Veterinário nas atividades de atendimento ao público, acadêmicas e de pesquisas.

O item Bens de Informática apresentou uma elevação de 8,90% no período em virtude das aquisições de novos bens, dentre eles 32 Computadores Desktop padrão 3050 SFF adquiridos via emenda parlamentar para atender as necessidades do Hospi-

Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas – Composição

	R\$			
	31/12/2018	31/12/2017	AH%	AV% (2018)
Aparelhos de medição e orientação	9.882.075,68	9.195.056,95	7,47	6,43
Aparelhos e equipamentos de comunicação	1.282.706,82	1.293.231,85	-0,81	0,84
Equipamentos médicos, odontológicos e hospitalar	107.441.233,70	105.886.892,73	1,47	69,95
Aparelho e equipamento p/esportes e diversões	1.041.076,02	1.026.369,09	1,43	0,68
Equipamento de proteção, segurança e socorro	1.921.503,57	1.693.485,23	13,46	1,25
Maquinas e equipamentos industriais	1.330.695,19	1.285.106,66	3,55	0,87
Maquinas e equipamentos energéticos	7.201.396,05	7.044.671,80	2,22	4,69
Maquinas e equipamentos gráficos	2.255.422,82	2.258.244,82	-0,12	1,47
Maquinas, ferramentas e utensílios de oficina	1.393.606,90	1.214.591,84	14,74	0,91
Equipamentos, peças e acessórios aeronáuticos	15.193,04	15.193,04	0,00	0,01
Maquinas e utensílios agropecuário e rodoviário	3.594.559,45	3.503.093,85	2,61	2,34
Equipamentos hidráulicos e elétricos	2.503.272,08	2.204.577,71	13,55	1,63
Maquinas, utensílios e equipamentos diversos	13.737.335,63	11.912.877,05	15,32	8,94
Total – Saldo Contábil Líquido	153.600.076,95	148.533.392,62	3,41	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2018



tal de Clínicas, 426 equipamentos de Wi Fi ZoneFlex, 200 impressoras multifuncional, Servidor de rede e outros.

A redução de 1,32% no saldo do item veículos ocorreu em virtude da baixa de bens danificados, irrecuperáveis e sem condições de uso, conforme Processo 23117.037065/2018-36 acessível em www.ufu.br/sei.

O item Bens Móveis em Andamento trata-se de valores pagos antecipadamente referente à importações em andamento de equipamentos, especialmente para o Hospital de Clínicas. Do valor total, 6 milhões referem-se ao equipamento Acelerador Liner e acessórios, adquirido por meio de convênio celebrado em a UFU e a FAEPU com recursos da Emenda Parlamentar 01 de 2016, autor Weliton Prado, código da Emenda 201627680001, acessível em: [www.portaltransparencia.gov.br/emendas](http://portaltransparencia.gov.br/emendas).

Do total de Bens Móveis, 92,33%, é referente a Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, o qual é composto por diversos itens. Cabe destacar que os Equipamentos, Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares no valor de R\$ 107

milhões, correspondem a 69,95% dos equipamentos registrados. Esse volume expressivo se justifica pelo fato de a Universidade manter em sua estrutura 3 Hospitais Universitários que oferecem diversos cursos na área da saúde, tais como: Medicina, Odontologia, Enfermagem, Fisioterapia, Medicina Veterinária e outros, além da Escola Técnica de Saúde. Soma-se também a prestação de serviços de saúde que atende a população das regiões Triângulo Mineiro, Pontal e Alto Paranaíba.

Bens Imóveis – Composição

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)	AV(%)
Bens Imóveis de Uso Especial	354.290.990,05	354.290.990,05	0,00	84,42
Bens Imóveis em Andamento	96.713.239,09	89.552.997,97	7,99	23,04
Depreciação Acumulada	(31.318.734,67)	(18.144.236,49)	72,61	(7,47)
Total – Saldo Contábil Líquido	419.685.494,47	425.699.751,53	(1,42)	100

Fonte: Tesouro Gerencial 2018

Bens Imóveis de Uso Especial – Composição

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)	AV(%)
Fazendas, Parques e Reservas	1.566.620,00	1.566.620,00	0,00	0,44
Terrenos, Glebas	23.440.771,29	23.440.771,29	0,00	6,62
Imóveis de Uso Educacional	296.767.456,88	296.767.456,88	0,00	83,76
Edifícios	8.755.636,08	8.755.636,08	0,00	2,47
Hospitais	23.760.505,80	23.760.505,80	0,00	6,71
Total – Saldo Contábil Líquido	354.290.990,05	354.290.990,05	0,00	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2018

Bens Imóveis

Compreende o valor dos bens imóveis, que são bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso e que a entidade não esteja explorando comercialmente.

O acréscimo de R\$ 7.160.241,12 correspondente a 7,99% no item Bens Imóveis em Andamento refere-se à entrega parcial das seguintes obras:



I) R\$ 725.214,72 é referente à execução do bloco 6z, localizado no *campus* Umuarama, com área aproximada de 1.338,48m²;

II) R\$ 3.881.364,87 é referente à execução de construção do bloco 1BMC, suas dependências e toda infraestrutura necessária para seu funcionamento, a serem edificadas no *Campus* Monte Carmelo, incluindo casa de gás, banheiros, reservatórios de água e de resíduos, os acessos, entornos, rampas, taludes, faixas de acesso, circulações, calçadas, paisagismo, estacionamento (inclusive demarcação de vagas e sinalizações), bicicletário e demais itens;

III) R\$ 2.553.661,53 é referente à execução de reforma e adaptação dos 3º e 4º pavimentos, incluindo áreas de internação cirúrgica, internação para transplante de medula óssea, hospital dia e centro cirúrgico do Hospital do Câncer de Uberlândia, com área total de intervenção de 2.556,12 m².

NOTA 07 – Intangível

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução

Intangível – Composição

	31/12/2018	31/12/2017	AH %	AV % 2018
Software com Vida Útil Definida	1.156.752,36	1.065.149,57	8,60	55,42
Software com Vida Útil Indefinida	1.505.819,17	637.473,15	136,22	72,14
Marcas, Direitos, Patentes – Vida Útil Definida	85.175,50	72.670,50	17,21	4,08
Marcas, Direitos, Patentes – Vida Útil Indefinida	62.403,00	29.752,00	109,74	2,99
Amortização Acumulada	(722.745,79)	(678.765,59)	6,48	-34,62
Total – Saldo Contábil Líquido	2.087.404,24	1.126.279,63	85,34	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2018

ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidênciação de *softwares*, marcas, patentes, licenças e congêneres classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Os *softwares* são tratados como ati-

vos imobilizados ou intangíveis conforme Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e da Resolução CFC 1303/10 do Conselho Federal de Contabilidade. O Método de amortização utilizado para o ativo intangível é o das Quotas Constantes.

O aumento de 136,22% no item *Software* com vida Útil indefinida trata-se, especialmente, conforme processos 23117.088806/2018-47 e 23117.015971/2018-80, de aquisições referentes a:

I) *Software* (solução de proteção de estação de trabalho, servidores Windows, Linux e Mac), solução de proteção de estação de trabalho para controle de aplicações, soluções de proteção de estação de trabalho contra vazamento de informações DLP;



II) *Software Office Pro Plus 2016* ALNG MVL;

III) *Software WinPro 10 ALNG Upgrd* MVL e outros.

NOTA 08 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Trata-se de passivo circulante que englobam obrigações registradas pelo custo, conhecidas e estimadas, que vencerão em curto prazo.

O aumento significativo no período deve-se à mudança de procedimento na execução da Ordem Bancária (pagamento) relativas às obrigações trabalhistas. A Secretaria do Tesouro Nacional alterou o procedimento da transação de pagamento das obrigações trabalhistas e outras obrigações associadas a elas.

A partir de dezembro de 2018, o repasse do recurso financeiro aos bancos pagadores passa a ser no primeiro dia útil do mês seguinte ao fato gerador, bem como a baixa da obrigação. Os bancos devem proceder o efetivo pagamento ao beneficiário também no primeiro dia útil do mês seguinte ao fato gerador, assim, as obrigações trabalhistas ficam registradas no exercício do fator gerador e a baixa no exercício seguinte ao fato gerador, ocorrendo a demonstração da transação nas demonstrações contábeis.

Tal procedimento fortalece a precisão das informações contábeis e converge ao apontamento do TCU da não “existência” de pagamentos de “virada de mês/ano”. Destaca-se, conforme Nota Explicativa 01 – Caixa e Equivalente de Caixa, que igual va-

lor de recurso financeiro foi disponibilizado para saldar tais obrigações.

Ainda nesse grupo há cerca de 2 milhões referentes ao registro de valores de precatórios 2019 – precatórios de pessoal referentes a obrigações trabalhistas (salários, remuneração e benefícios), registrados pelo valor líquido devido a servidores, emitidos (autuados) a partir de 05/05/2000 (União e Entidades) e não incluídos na Lei Orçamentária Anual. Registro efetuado pelo Tribunal Federal da 1ª Região.

NOTA 09 – Fornecedores e Contas a Pagar a curto prazo

Trata-se de obrigações junto a fornecedores de materiais utilizados nas atividades operacionais, execução de obras e prestação de serviços, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo. Tais obrigações são pagas regulamente no decorrer do ano, conforme cronograma financeiro de liberação de recursos financeiros pela STN.

A redução de 12,76% de 2017 para 2018 demonstra uma melhora no fluxo de liberação de recursos financeiros no final

Obrigações trabalhistas, previdenciárias – Composição

	31/12/2018	31/12/2017
Salários, remunerações e benefícios	73.995.889,02	4.738,21
Benefícios previdenciários	19.928,18	0,00
Contribuição a entidades de previdência complementar	165.344,97	0,00
Precatórios de pessoal	2.056.269,00	0,00
Total	76.237.431,17	4.738,21

Fonte: Tesouro Gerencial 2018



Fornecedores e Contas a Pagar - Composição

R\$

	31/12/2018	31/12/2017	AH %
Circulante	11.417.526,05	13.087.310,28	(12,76)
Nacionais	11.417.526,05	13.087.310,28	(12,76)
Total	11.417.526,05	13.087.310,28	(12,76)

Fonte: Tesouro Gerencial 2018.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo por Unidade Gestora Contratante - Composição

R\$

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)	AV % 2018
Universidade Federal de Uberlândia	3.362.925,29	4.371.242,42	(7,59)	70,55
Hospital de Clínicas da UFU	8.054.600,76	8.715.973,86	(23,09)	29,45
Total	11.417.526,05	13.087.216,28	(12,76)	100

Fonte: Tesouro Gerencial 2018.

Fornecedores e Contas a Pagar por Fornecedor - Composição

R\$

Fornecedor	Descrição	31/12/2018	31/12/2017	AH %	AV %
A 06981180000116	Cemig Distribuição S.A	4.995.556,20	5.395.221,23	-7,41	43,75
B 69207850000161	RCA Produtos e Serviços Ltda.	1.034.325,26	541.122,70	91,14	9,06
C 00969841000101	Arqgraph Serviços Ltda.	694.682,29	0,00		6,08
D 60924040000151	TB Serviços, Transporte, Limpeza Ltda.	672.969,53	1.349.314,35	-50,13	5,89
E 10647012000166	Fast Security Tecnologia Informação Ltda.	562.075,50	0,00		4,92
F 07534224000122	TBI Segurança	454.700,41	85.301,08	433,05	3,98
G 49324221000104	Fresenius Kabi Brasil Ltda.	301.451,21	108.583,92	177,62	2,64
H 00351210000124	Perkinelmer do Brasil Ltda.	225.960,00	0,00		1,98
I 12420164000319	CM Hospitalar S.A.	210.548,14	13.858,26	1.419,30	1,84
J 01083417000128	Arnoldo Goncalves de Araújo	173.117,86	148.720,76	16,40	1,52
K 23119087000116	Neo Med Materiais Hospitalares	140.820,02	0,00		1,23
L 25769548000121	Departamento Municipal Água e Esgoto	127.779,38	117.132,72	9,09	1,12
M 12607740000170	Servicorp - Serviços e Corporações Ltda.	109.927,34	0,00		0,96
N 04632685000140	Proservice Engenharia e Consultoria Ltda.	105.975,96	465.892,05	-77,25	0,93
O 82641325002161	Cremer S.A.	105.917,98	445,27	23.687,3	0,93
P 05889039000125	Fast Help Informática Ltda.	90.550,00	0,00		0,79
Q -	Demais Fornecedores	1.411.168,97	4.861.717,94	-70,97	12,36
	TOTAL	11.417.526,05	13.087.310,28	-12,76	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2018

do exercício por parte do tesouro nacional. A concentração no Circulante demonstra tratar-se de passivo relativo ao ciclo operacional e manutenção da Instituição.

Do saldo de R\$ 8.054.600,76 do Hospital de Clínicas, R\$ 4.905.403,18 estão registrados com ISF P, ou seja, como apropriação de passivo patrimonial sem suporte orçamentário, significando o reconhecimento de um passivo sem a correspondente execução orçamentária. Esse passivo é referente a débitos de 2016 e 2017 que foram negociados por meio do Termo de Acordo e Reconhecimento Dívidas – TARD 90001062889/2017, onde o valor foi dividido em 200 parcelas, conforme Processo 23117.026008/2017-41 acessível em: www.ufu.br/sei.

A seguir estão relacionados os dezoito fornecedores com os valores mais significativos referentes a despesas liquidadas e não pagas.

Segue o resumo das principais transações:

Fornecedor A: 06981180000116 – CEMIG Distribuição S.A.

De todo o passivo apresentado em dezembro de 2018, R\$ 4.995.556,20 está regis-



trado na conta do Hospital de Clínicas da UFU com ISF P, ou seja, passivo anterior sem correspondente orçamentário.

Tal valor refere-se a parte de R\$5.390.552,68 referente a débitos dos anos de 2016 e 2017 que foram negociados por meio do Termo de Acordo e Reconhecimento Dívidas – TARD 90001062889/2017, onde o valor foi dividido em 200 parcelas, conforme Processo SEI nº 23117.026008/2017-41 acessível em www.ufu.br/sci.

Fornecedor B: 69207850000161 – RCA Produtos e Serviços Ltda.

O saldo atual está registrado com suporte orçamentário, ou seja, ISF F, e se refere a valor a ser pago com:

a) prestação de serviços continuados de apoio às atividades administrativas de portaria, recepção, transporte interno de pacientes e entrega de prontuários, medicamentos e materiais diversos, com atuação nas dependências do Hospital de Clínicas conforme contrato 021/15;

b) execução de serviços continuados de apoio às atividades administrativas de recep-

ção nas dependências do Hospital de Clínicas e da UFU conforme contrato 027/15;

c) prestação de serviços continuados de apoio às atividades administrativas de portaria e recepção nos *campi* da UFU na cidade de Uberlândia conforme contrato 050/2015. Contratos acessíveis em www.licitacoes.ufu.br.

Fornecedor C: 00969841000101 – Arqgraph Serviços Ltda.

O saldo apresentado refere-se a valores a pagar relativos a serviços executados nos meses de novembro e dezembro de 2018, sendo eles:

a) Serviços especializados em manutenção preventiva, corretiva e limpeza de dutos em sistemas de refrigeração, com fornecimento de peças e mão de obra exclusiva, aplicando-se a centrais de ar condicionado *chiller, self contained*, aparelhos de resfriamento evaporativo, aparelhos de ar condicionado de janela (acj), aparelhos de ar condicionado portátil, câmaras frigoríficas, aparelhos de ar condicionado tipo *split* e exaustores em todos os *campi* da UFU conforme Contrato 034/17.

b) Serviços gerais rurais, por meio de

mão de obra especializada, para atender as necessidades das Fazendas Experimentais e o Hospital Veterinário da UFU conforme Contrato 037/15.

c) Serviços continuados de varrição de passeios e arruamentos, jateamento com água, limpeza de canaletas de água pluvial, coleta de lixo e limpeza externa de ar condicionado, a ser realizado nos passeios, calçadas, passarelas e ruas que compõem os *campi* da UFU, incluindo o fornecimento de todo o material de consumo, equipamentos e acessórios necessários à execução adequada dos serviços conforme Contrato 045/17.

d) Serviços continuados de limpeza, conservação e higienização nas edificações da UFU, nos diversos *campi* e unidades isoladas em Uberlândia, incluindo o fornecimento de todo material de consumo e demais equipamentos necessários à execução adequada dos serviços conforme Contrato 080/14.

e) Serviços para realização de pequenas construções, reforma e manutenção em instalações prediais, englobando serviços de operação, manutenção preventiva e manutenção corretiva, incluindo fornecimento de mão de obra operacional, equipamentos, ferramen-



tas, materiais de consumo e acessórios de uso individual conforme Contrato 104/14.

f) Serviços de manutenção de equipamentos, utilizando *software* de gestão para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, calibração, treinamento de operadores, elaboração de especificações/pareceres/laudos técnicos. Apoio na fiscalização de serviços prestados por outras contratadas e consultoria no auxílio ao gerenciamento de equipamentos médicos, veterinários, odontológicos, de informática e T.I., bem como demais utilizados no ensino, pesquisa e extensão, instalados nos diversos *campi* da UFU, disponibilizando equipamentos, instrumentos e materiais necessários à execução adequada dos serviços, com fornecimento de peças e serviços especializados (a serem ressarcidos de acordo com sua utilização) conforme Contrato 052/18. Contratos acessíveis em www.licitacoes.ufu.br.

Fornecedor D: 60924040000151 - TB Serviços, Transporte, Limpeza Ltda.

O saldo apresentado refere-se a valor a ser pago com prestação de serviços contínuos de limpeza e desinfecção de superfícies

hospitalares em todas as dependências do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia no mês de dezembro de 2018, conforme contrato 002/17 acessível em www.licitacoes.ufu.br.

Fornecedor E: 10647012000166 - Fast Security Tecnologia da Informação Ltda.

O valor apresentado se trata do valor a ser pago com a manutenção, atualização e

upgrade de Solução de Segurança Integrada e gerenciamento de Seguro da Informação, prestados no mês de dezembro/2018 conforme contrato 024/18 acessível em www.licitacoes.ufu.br.

NOTA 10 - Demais obrigações a curto prazo

Trata-se de valores restituíveis que compreende valores de terceiros, consigna-

Demais obrigações a curto prazo - Composição

	31/12/2018	31/12/2017
Retenção previdenciária - FRGPS	206.608,07	236.932,60
Impostos e contribuições diversos devidos ao tesouro	227.008,68	448.327,24
Imposto sobre serviço - ISS	49.878,42	92.723,45
Pensão alimentícia	456.526,59	0,00
Planos de previdência e assistência médica	3.141.389,90	0,00
Retenções - sindicatos	157.892,44	0,00
Retenções - associações	166.363,41	0,00
Retenções - cooperativas	692.250,99	0,00
Retenções - planos de seguros	747.874,77	0,00
Retenções - empréstimos e financiamentos	4.735.699,48	0,00
Previdência complementar servidor público federal	205.393,29	0,00
Depósitos e cauções recebidos	462.245,43	525.286,75
Indenizações, restituições e compensações	0,00	9.781,09
Convênios e instrumentos congêneres a pagar	0,00	743.889,92
Precatórios de terceiros	1.915,87	0,00
Incentivos a educação, cultura e outros	1.843.805,55	27.930,00
TOTAL	13.094.852,89	2.084.871,05

Fonte: Tesouro Gerencial 2018



ções ou retenções em nome deles, quando a Universidade é fiel depositária no curto prazo de exigibilidade.

Do valor de R\$ 11.009.981,84, que foi o aumento total de 2017 para 2018, R\$ 9.509.998,94 são referentes à mudança de procedimento na execução das ordens bancárias (pagamentos ou créditos aos favorecidos), promovido pela Secretaria do Tesouro Nacional, que adotou o procedimento de pagar ou creditar estas retenções efetivamente no segundo dia útil do mês seguinte ao do lançamento. Assim, esses valores foram retidos em dezembro/2018 na apropriação das dos em 1º de janeiro de 2019, dessa forma tais valores ficaram registrados, impactando o balanço patrimonial do exercício de 2018. Conforme Nota Explicativa 01 – Caixa e Equivalente de Caixa, igual valor de recurso financeiro foi disponibilizado para executar tais restituições.

O valor de R\$ 1.915,87 gasto com precatórios de terceiros é relativo ao fornecimento de bens, materiais e serviços registrado pelo valor líquido devido a terceiros, emitidos (autuados) a partir de 05/05/2000 (União e Entidades) e não incluídos na Lei

Orçamentária Anual. Registro efetuado pelo Tribunal Federal da 1ª Região.

O valor referente a cerca de R\$ 1.800.000,00 no item Incentivo a educação, cultura e outros trata-se de bolsas de estudo para cursos de especialização, mestrado, doutorado, estagiários, bolsa moradia e de residência médica e multiprofissional em dezembro de 2018 e que serão creditadas em janeiro de 2019 em virtude da mudança nos procedimentos de execução da Ordem de Pagamento.

NOTA 11 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

O valor de R\$ 4.251,15 é referente ao registro de precatórios 2019 – precatórios de pessoal referentes a obrigações trabalhistas (salários, remuneração e benefícios), registrado pelo valor líquido devido no longo prazo, emitidos (autuados) a partir de 05/05/2000 (União e Entidades) e não incluídos na Lei Orçamentária Anual. Registro efetuado pelo Tribunal Federal da 1ª Região.

NOTA 12 – Patrimônio Líquido

O item compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. O Patrimônio Líquido manteve-se estável na comparação entre 2018 e 2017. No Ajuste de Exercícios Anteriores, ocorreram registros no total de R\$ 21.736.478,23 que impactaram negativamente o Patrimônio Líquido no período. Os principais registros foram as baixas de adiantamentos de férias e 13º salário ocorridos em dezembro/2017, conforme Macrofunção SIAFI 021142 – Folha de Pagamento, sendo que tais valores totalizaram 20 milhões. O resultado do exercício atual foi um superávit de R\$ 13.379.426,89.

NOTA 13 – Obrigações Contratuais a Executar

São os Atos Potenciais Passivos, compreendendo os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente. Registra os valores de obrigações contratuais quando a administração pública participa como contratante.

Em 31/12/2018, a Universidade Federal de Uberlândia possuía um saldo de



Obrigações Contratuais a executar – Composição

R\$

Natureza	31/12/2018	31/12/2017	AH %	AV %
Aluguéis	3.980.068,73	968.474,92	310,96	1,27
Fornecimento de Bens	1.255.049,08	1.840.168,75	-33,43	0,39
Serviços	308.517.687,07	249.649.947,45	23,58	98,34
Total	313.722.804,88	252.458.591,12	24,27	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2018.

Obrigações Contratuais em Execução – Por Natureza e Unidade Gestora Contratante – Composição

R\$

Natureza	UFU	AV (%)	HC	AV (%)
Aluguéis	3.980.068,73	1,90	0,00	-
Fornecimento de Bens	1.225.049,08	0,59	0,00	-
Serviços	203.952.403,91	97,51	104.565.283,16	100,00
Total	209.157.521,72	100,00	104.565.283,16	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2018.

Obrigações Contratuais por Contratado – Composição

R\$

CNPJ	Contratado	31/12/2018	31/12/2017	AH %	AV %
1 33607565000190	IBEG Engenharia e Construções Ltda.	81.221.069,77	81.221.069,77	0,00	25,89
2 36874048000176	Franco Ribeiro Construções Ltda.	32.147.976,12	10.806.268,22	197,49	10,25
3 22381412000151	Nutrir Refeições Ltda.	29.425.789,22	22.244.116,46	32,29	9,38
4 00969841000101	Arqgraph Serviços Ltda.	16.859.049,03	13.694.947,76	23,10	5,37
5 64481856000109	Palmas Comércio E Transportes Ltda.	14.378.105,61	8.777.049,45	63,81	4,58
6 08080291000187	TFF Construções e Montagens Ltda.	13.157.447,59	14.744.976,38	-10,77	4,19
7 69207850000161	RCA Produtos e Serviços Ltda.	12.540.278,74	6.739.613,98	86,07	4,00
8 07534224000122	TBI Segurança	11.074.631,64	10.323.141,11	7,28	3,53
9 65295172000185	Método Telecomunicações Ltda.	8.768.482,75	9.883.649,40	-11,28	2,79
10 60924040000151	TB Serviços, Transporte, Limpeza	7.170.463,68	5.400.176,22	32,78	2,29
11 06981180000116	Cemig Distribuição S.A	7.146.339,43	4.915.747,63	45,38	2,28
12 09611589000139	Instituto Brasileiro Políticas Públicas	6.649.997,04			2,12
13 02223482000174	LJ Construções e Serviços Ltda.	5.499.248,58	5.499.248,58	0,00	1,75
14 17790718000121	Unimed Uberlândia Ltda.	4.686.226,61	3.897.098,71	20,25	1,49
15 14345806000126	Selecta Serviços Globalizados Ltda.	4.682.594,74	3.950.309,82	18,54	1,49
16 12607740000170	Servicorp – Serviços Ltda.	3.426.529,58	763.195,89	348,97	1,09
17 23354848000114	Fund. Educacional de Patos de Minas	3.155.472,20	53.309,57	5.819,15	1,01
18 340283160001509	Emp. Brasileira Correios e Telégrafos	2.772.295,60	1.737.773,20	59,53	0,88
	Demais Contratados	48.960.806,95	47.806.898,97	2,41	15,61
TOTAL		313.722.804,88	252.458.591,12	24,27	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2018.

R\$ 313.722.804,88 referentes a obrigações contratuais relacionadas a parcelas de contratos que serão executadas no(s) próximo(s) exercício(s).

A maioria das obrigações contratuais está relacionada a contratação de Serviços, que representam 98,34% do total das obrigações contratadas pelo Órgão. Tal fato demonstra a concentração de contratações terceirizadas relativas às atividades de manutenção da Instituição.

A Unidade Gestora UFU é responsável por 67% do total das obrigações contratuais. A concentração das obrigações na referida UG deve-se ao porte desta Unidade e também à concentração das atividades administrativas.

Em ambas as Unidades, as contratações concentram-se na natureza de serviço em virtude da política governamental, especialmente na terceirização de mão-de-obra relativas às áreas de suporte das atividades meio da Instituição.

A Relação acima apresenta os 18 contratados com saldo a executar mais significativos. Abaixo, está o resumo das principais transações dos contratados.



**Contratado 1: 33607565000190 –
IBEG Engenharia e Construções Ltda.**

Trata-se de Contrato para a execução completa da construção do 8DJU, destinado à ampliação do Hospital de Clínicas da UFU, a ser edificado no *Campus* Umuarama, com área total de 26.210,96 m², valor original de R\$ 94.738.085,56 e vigência até 31 de dezembro de 2014.

A ausência de movimentação no período ocorre em virtude da nulidade do contrato 014/2011, conforme processo 23117.028519/2017-05 acessível em www.ufu.br/sei. A manutenção do referido valor nos registros contábeis faz-se por medida cautelar, uma vez que a declaração de nulidade contratual encontra-se em ação judicial.

**Contratado 2: 36874048000176 –
Franco Ribeiro Construções Ltda.**

Refere-se à contratação para execução completa da construção do bloco 1JCP, bloco de laboratórios, sala de docentes e auditório com área de 7.755,25 M² no *Campus* Pontal em Ituiutaba/MG.

O aumento registrado refere-se ao 5º Termo Aditivo ao contrato 118/2014, que também

efetivou a paralisação da obra até 21/12/2018 e prorrogou a execução até 31/12/2019, conforme processo 23117.009745/2014-36 acessível em www.ufu.br/sei.

**Contratado 5: 64481856000109 –
Palmas Comércio e Transportes Ltda.**

O valor registrado refere-se à contratação de prestação de serviços de transporte rodoviário de passageiros em veículos classificados como ônibus, com motorista, itinerário em âmbito municipal, intermunicipal e interestadual, em vias pavimentadas ou não para atender os *campi* da Universidade Federal de Uberlândia. Contratos 098/14 e 043/17 acessíveis em www.licitacoes.ufu.br.

O aumento apresentado trata-se do 5º Termo aditivo ao contrato 098/14, que foi prorrogado até dezembro de 2019 com o valor global de R\$ 5.503.104,20, e ao 1º Termo aditivo ao contrato 043/17, que foi prorrogado até dezembro de 2019 com o valor global de R\$ 814.882,01.

**Contratado 7: 69207850000161 –
RCA Produtos e Serviços Ltda.**

O valor apresentado refere-se a:

1. contratação de serviços continuados de apoio às atividades administrativas de portaria, recepção, transporte interno de pacientes e entrega de prontuários, medicamentos e materiais diversos, com atuação nas dependências do Hospital de Clínicas conforme contrato 021/15;

2. contratação de serviços continuados de apoio às atividades administrativas de recepção, nas dependências do Hospital de Clínicas e da UFU conforme contrato 027/15 e

3. contratação de serviços continuados de apoio às atividades administrativas de portaria e recepção nos campi da UFU na cidade de Uberlândia conforme contrato 050/2015. Contratos acessíveis em www.licitacoes.ufu.br

O aumento de 86% trata-se do 3º Termo de apostilamento aos contratos 021/15 e 027/15 e do 9º Termo Aditivo ao contrato 050/15.

**Contratado 16: 12607740000170 – SERVI-
CORP – Serviços e Corporações Ltda.**

O aumento de 348% refere-se ao 1º e ao 2º Termo Aditivo que acrescentaram R\$ 2.678.132,40 ao valor contratado, sendo



que a contratação é referente à prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização predial de áreas internas, externas e esquadrias nas dependências da UFU,

no *Campus* Pontal, localizado na cidade de Ituiutaba/MG, e também em blocos específicos situados na cidade de Uberlândia/MG. Acessível em www.licitacoes.ufu.br.

Contratado 17: 23354848000114 –
Fundação Educacional de Patos de Minas
– FEPAM
Trata-se do contrato 021/2012 referen-

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – ÓRGÃO 26274							
DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS R							
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ALTERNATIVAS	NE	2018	2017	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	2018	2017
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		5.788.466,63	7.318.421,96	Pessoal e Encargos		836.896.908,04	831.596.536,05
Venda de Mercadorias		1.378,00	7.865,30	Remuneração a Pessoal		655.502.195,77	654.905.568,52
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		5.787.088,63	7.310.556,66	Encargos Patronais		133.136.469,51	128.519.757,46
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		1.720.898,75	1.998.960,16	Benefícios a Pessoal		48.258.242,76	48.171.210,07
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		1.720.898,75	1.998.960,16	Benefícios Previdenciários e Assistenciais		343.974.889,59	313.830.597,68
Transferências e Delegações Recebidas	14	1.870.283.934,37	1.826.551.594,26	Aposentadorias e Reformas		312.189.060,88	284.648.961,49
Transferências Intragovernamentais		1.853.091.668,50	1.819.071.908,35	Pensões		31.489.395,79	28.890.028,10
Transferências Intergovernamentais		6.667.623,79	4.288.655,79	Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		296.432,92	291.608,09
Outras Transferências e Delegações Recebidas		10.524.642,08	3.191.030,12	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		339.562.294,82	326.556.743,73
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	15	1.131.468,72	250.273.372,39	Uso de Material de Consumo		36.310.463,46	27.684.968,42
Reavaliação de Ativos		-	183.052.277,28	Serviços		273.637.853,91	266.380.357,26
Ganhos com Alienação		56.250,00	125.821,27	Depreciação, Amortização e Exaustão		29.613.977,45	32.491.418,05
Ganhos com Incorporação de Ativos		1.075.124,72	66.776.092,27	Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	16	387.967,43	110.654,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos		94,00	319.181,57	Juros e Encargos de Mora		387.967,33	110.653,98
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		1.036.516,15	480.903,45	Descontos Financeiros Concedidos		0,10	0,02
Resultado Positivo de Participações		169.396,23	53.011,77	Transferências e Delegações Concedidas		308.193.270,76	315.974.225,11
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		867.119,92	427.891,68	Transferências Intragovernamentais		304.329.232,35	315.152.190,04
				Transferências Intergovernamentais		3.715.814,67	743.889,92
				Transferências a Instituições Privadas		131.218,74	76.766,35
				Transferências ao Exterior		17.005,00	-
				Outras Transferências e Delegações Concedidas		-	1.378,80
				Desvalorização Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		1.753.384,32	259.042.370,54
				Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	3.888.188,80
				Desincorporação de Ativos		1.753.384,32	255.154.181,74
				Tributárias	17	786.587,61	5.060.169,41
				Contribuições		786.587,61	5.060.169,41
				Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	18	35.026.555,16	32.473.790,70
				Premiações		12.000,00	-
				Incentivos		32.826.607,04	31.726.483,18
				Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		2.187.948,12	747.307,52
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		1.879.961.284,62	2.086.623.252,22	TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)		1.866.581.857,73	2.084.645.087,22
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I-II)						13.379.426,89	1.978.165,00



te à locação de imóvel situado na cidade de Patos de Minas/MG. O aumento do valor no período refere-se ao 2º Termo Aditivo, que reajusta o contrato original pelo IGP-M/FGV a partir de 1º/01/2018, acumulado no período de janeiro a dezembro de 2017 no valor de 0,52%. Em função do reajuste do valor e da prorrogação até 31/12/2020, o valor global acumulado do Contrato Original passou a ser de R\$3.685.795,80 (três milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil setecentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos). Tal fato acarretou o aumento do valor no período. O processo 23117.007013/2012-40 que trata da locação do referido imóvel pode ser acessado em www.ufu.br/sci e o contrato em www.licitacoes.ufu.br.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 14 – Transferências e Delegações Recebidas

O grupo representa as transferências que a instituição recebe, sendo elas: a) Intra-governamentais – de órgãos integrantes do mesmo orçamento federal a que a UFU pertence; b) Intergovernamentais – de órgãos das outras esferas de governo, estadual e mu-

Transferências e Delegações recebidas – Composição

	31/12/2018	31/12/2017	AH %	AV %
Repasso recebido	1.497.558.598,87	1.448.478.840,21	3,39	80,07
Sub-repasso recebido	298.623.198,76	306.721.157,04	-2,64	15,97
Transferências recebidas p/ pagar restos a pagar	55.510.829,58	62.369.089,62	-11,00	2,97
Movimentações de saldos patrimoniais	1.399.041,29	1.502.821,48	-6,91	0,07
Transferências voluntárias	6.667.623,79	4.288.655,79	55,47	0,36
Doações/transferências recebidas	10.524.642,08	3.191.030,12	229,82	0,56
TOTAL	1.870.283.934,37	1.826.551.594,26	2,39	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2018.

nicipal e, c) Outras Transferências e Delegações Recebidas – de entes fora do governo.

Movimentações de saldos patrimoniais referem-se ao registro das retenções relativas aos tributos Federais, ao Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN e à Contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS que são efetuadas no ato da liquidação da despesa. A Redução de 6,91 trata-se da redução de pagamentos aos quais são devidas a retenção.

O valor de R\$ 6.667.623,79 de Transferências Voluntárias recebidas em 2018 refere-se à transferência do município de Uberlândia/MG, em especial do Fundo Municipal de Saúde, que transferiu R\$ 6.417.623,79 para o Hospital de Clínicas da UFU. O au-

mento de 55% verificado no período deve-se à ampliação dos dois programas pactuados entre os entes. O detalhamento do item consta nas Notas Explicativas 3 e 4 do Balanço Orçamentário.

O aumento de 229,82% no item doações e transferências recebidas refere-se ao aumento, sem um elemento causador, de doações para o Hospital de Clínicas da UFU. Os valores mais relevantes referem-se à incorporação de bens móveis por doação via termo de compromisso de conduta do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Termo de Ajustamento de Conduta da Procuradoria da República no Município de Uberlândia, Termo de Ajustamento de Conduta do Ministério Público do Trabalho



e doações de material e medicamentos da Fundação de Apoio Universitário – FAU e da Fundação de Assistência, Estudo e Pesquisa de Uberlândia – FAEPU.

NOTA 15 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

O valor do item trata-se essencialmente de reavaliações de imóveis registrados no SPIUnet e a ganhos com incorporação de ativos decorrentes de obras encerradas e incluídas no SPIUnet.

Em 2018 não houve novos registros de reavaliação de bens imóveis e término de nenhuma obra em andamento para ser incluída no SPIUnet, assim, não houve registro de reavaliação de bens imóveis.

O aumento de 8,89% em ganhos com incorporação de ativos por nascimento refere-se ao saldo positivo da movimentação entre nascimentos e mortes no plantel de bovinos e equinos na fazenda da UFU.

A redução no valor em outros ganhos com incorporação de ativo não possui um fator determinante. O valor apresentado no período refere-se em maior parte à incorporação de bens a material de consumo por

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos – Composição R\$

	31/12/2018	31/12/2017	AH %	AV %
Reavaliação de bens imóveis	0,00	183.052.277,28	-100,00	
Ganhos com alienação de bens moveis	56.250,00	125.821,27	-55,29	4,97
Ganhos com incorporação de ativos por nascimento	42.914,69	39.411,46	8,89	3,79
Outros ganhos com incorporação de ativo	1.032.210,03	66.736.680,81	-98,45	91,23
Ganhos com desincorporação de passivos	94,00	319.181,57	-99,97	0,01
TOTAL	1.131.468,72	250.273.372,39	-99,55	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

produção própria, à incorporação de bens moveis reativados conforme avaliação técnica e à incorporação de bens móveis referente à reforma e adaptação de 36 laboratórios de pesquisa nos *campi* Santa Mônica, Umarama e Fazenda Capim Branco.

NOTA 16 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

O grupo detalha os registros financeiros que diminuem o patrimônio líquido da

instituição, sendo composto essencialmente por Juros de mora e Multas indedutíveis sobre os pagamentos de concessionárias relativo às despesas de energia elétrica, fornecimento de água, serviços de telefonia e serviços de correios. Tais Juros e Multas ocorrem em virtude de atraso nos pagamentos, sendo esses decorrentes do atraso de repasse de recurso financeiro por parte da STN para pagamento da despesa.

Em 2018 observou-se um aumento de

Variações Patrimoniais diminutivas financeiras – Composição R\$

	31/12/2018	31/12/2017	AH %
Juros de Mora	168.285,11	70.428,88	138,94
Multas Indedutíveis	219.682,22	40.225,10	446,13
Descontos Financeiros Concedidos	0,10	0,02	400,00
Total	387.967,43	110.654,00	250,61

Fonte: Tesouro Gerencial



250% no grupo, decorrente do aumento das despesas uma vez que os juros e multas são calculadas sobre o valor líquido da despesa.

NOTA 17 – Tributárias

A redução no item Programa de Integração Social (PIS) e no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) deve-se em virtude da mudança de entendimento quanto à classificação da despesa do PIS/PASEP incidente sobre a folha de pagamento. No ano de 2017 e em janeiro de 2018 o item era classificado na conta contábil “3.7.2.1.2.02.00 PIS/PASEP” do grupo “Despesas Tributárias”; a partir de fevereiro de 2018 ele passou a ser classificado em “3.1.2.1.2.06.00 contribuições para o PASEP sobre folha de pagamento” do grupo “Pessoal e Encargos – Encargos Patronais”.

NOTA 18 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

O Valor de R\$12.000,00 de Premiações artísticas refere-se ao pagamento de premiação de apoio à produção de traba-

Tributárias – Composição

	R\$			
	31/12/2018	31/12/2017	AH %	AV %
PIS/PASEP	765.232,71	5.045.372,58	-84,83	97,29
Contribuição para serviço de iluminação pública	21.354,90	14.796,83	44,32	2,71
TOTAL	786.587,61	5.060.169,41	-84,46	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

lhos artísticos no I Festival Entreartes do Instituto de Artes.

O item Bolsa de estudos no país, que representa 93% do valor total das Outras Variações Patrimoniais Diminutivas, trata-se: a) da concessão de bolsas de estudo (auxílio-moradia e auxílio-alimentação) referentes ao Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que visa apoiar a permanência de estudantes de baixa renda; b) Concessão

de Bolsas de Estudo da Graduação (PBG) conforme processo 23117.072052/2018-11 acessível em www.sei.ufu.br; c) Concessão de bolsas de Estudo do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PI-BIC), que visa apoiar a política de Iniciação Científica desenvolvida nas Instituições de Ensino e/ou Pesquisa, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) a estudantes de graduação integrados na pes-

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Composição

	R\$			
	31/12/2018	31/12/2017	AH %	AV %
Premiações artísticas	12.000,00	0,00	-	0,03
Bolsa de estudos no país	32.589.494,41	31.726.483,18	2,72	93,04
Auxílios para desenvolvimento estudos e pesquisas	237.112,63	0,00	-	0,68
Multas administrativas	0,00	10.671,52	-100,00	0,00
Indenizações	2.139.255,99	736.636,00	190,41	6,11
Restituições	48.692,13	0,00	-	0,14
TOTAL	35.026.555,16	32.473.790,70	7,86	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - ÓRGÃO 26274							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2018 R\$							
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE		Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo		
RECEITAS CORRENTES	19		10.273.196,00	15.103.092,85	4.829.896,85		
Receita Patrimonial			1.462.603,00	2.063.790,11	601.187,11		
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado			299.913,00	282.634,77	-17.278,23		
Valores Mobiliários			1.162.690,00	1.781.155,34	618.465,34		
Receitas de Serviços	20		7.404.012,00	5.505.831,76	-1.898.180,24		
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais			7.404.012,00	5.505.761,76	-1.898.250,24		
Outros Serviços			-	70,00	70,00		
Transferências Correntes	21		-	6.667.623,79	6.667.623,79		
Outras Receitas Correntes			1.406.581,00	865.847,19	-540.733,81		
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais			549.241,00	25.954,23	-523.286,77		
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos			857.340,00	839.892,96	-17.447,04		
RECEITAS DE CAPITAL	22		33.015.872,00	860.544,55	-32.155.327,45		
Alienação de Bens			14.894.828,00	860.544,55	-14.034.283,45		
Alienação de Bens Móveis			198.684,00	860.544,55	661.860,55		
Alienação de Bens Imóveis			14.696.144,00	-	-14.696.144,00		
Transferências de Capital			18.121.044,00	-	-18.121.044,00		
SUBTOTAL DE RECEITAS (I)			43.289.068,00	*15.963.637,40	-27.325.430,60		
DEFICIT* (III) = (I - II)	26			*1.545.996.407,31	1.545.996.407,31		
TOTAL			43.289.068,00	1.561.960.044,71	1.518.670.976,71		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
DESPESAS CORRENTES	23	1.298.976.760,00	1.379.094.622,00	1.535.799.214,99	1.505.530.702,69	1.413.260.792,62	-156.704.592,99
Pessoal e Encargos Sociais	24	1.096.076.566,00	1.165.471.648,00	1.143.598.884,78	1.143.598.884,78	1.063.303.270,41	21.872.763,22
Outras Despesas Correntes		202.900.194,00	213.622.974,00	392.200.330,21	361.931.817,91	349.957.522,21	-178.577.356,21
DESPESAS DE CAPITAL		41.983.084,00	18.829.980,00	26.160.829,72	8.024.181,23	7.063.476,89	-7.330.849,72
Investimentos		41.983.084,00	18.829.980,00	26.160.829,72	8.024.181,23	7.063.476,89	-7.330.849,72
TOTAL DAS DESPESAS (II)	25	1.340.959.844,00	1.397.924.602,00	*1.561.960.044,71	1.513.554.883,92	1.420.324.269,51	-164.035.442,71



Anexo 1 – Demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES	27	5.239.434,35	39.536.073,08	37.641.593,19	37.548.230,97	1.357.651,21	5.869.625,25
Outras Despesas Correntes		5.239.434,35	39.536.073,08	37.641.593,19	37.548.230,97	1.357.651,21	5.869.625,25
DESPESAS DE CAPITAL		27.819.681,85	11.492.078,70	12.744.666,19	12.744.666,19	180.373,55	26.386.720,81
Investimentos		27.819.681,85	11.492.078,70	12.744.666,19	12.744.666,19	180.373,55	26.386.720,81
TOTAL	28	33.059.116,20	51.028.151,78	50.386.259,38	50.292.897,16	1.538.024,76	32.256.346,06

Anexo 2 – Demonstrativo de execução restos a pagar processados e não processados liquidados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		-	6.189.108,44	6.186.946,43	2.162,01	-
Pessoal e Encargos Sociais		-	4.738,21	4.738,21	-	-
Outras Despesas Correntes		-	6.184.370,23	6.182.208,22	2.162,01	-
DESPESAS DE CAPITAL		-	3.294.112,34	3.294.018,34	94,00	-
Investimentos		-	3.294.112,34	3.294.018,34	94,00	-
TOTAL		-	9.483.220,78	9.480.964,77	2.256,01	0,00

quisa científica; d) pagamento de residência médica e multiprofissional.

As indenizações, que representam 6% do grupo, tratam de valores relativos a: a) reembolsos diversos; b) ressarcimento de inscrições no exterior e publicações de artigos em periódicos estrangeiros; c) pagamento de despesas com prestação de serviços por meio de reconhecimento de dívida e d) res-

sarcimento de despesas com o Programa de Apoio à Qualificação da UFU – QUALI-UFU.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 19 – Receita Corrente

A Receita Corrente Realizada representa 95% do total da Receita Orçamentária e apresentou crescimento em torno de 54%

em relação ao exercício de 2017. Esse crescimento é explicado principalmente pelo recebimento não previsto de Transferência Corrente no valor de R\$ 6.667.623,79. A não previsão ocorreu devido ao remanejamento desse valor da conta de Transferência de Capital para Transferência Corrente. Tal receita foi originada de uma Transferência Corrente Intergovernamental do município



Receitas Correntes Realizadas – Composição 2018 e 2017

R\$

	2018	2017	AH%	AV%
Receita Patrimonial	2.063.790,11	2.388.983,76	-13,61	13,66
Receitas de Serviços	5.505.831,76	6.981.410,13	-21,14	36,45
Transferências Correntes	6.667.623,79	0,00	--	44,15
Outras Receitas Correntes	865.847,19	427.891,66	102,35	5,73
Total	15.103.092,85	9.798.285,55	54,14	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Receitas Correntes Prevista x Realizadas – Composição

R\$

	Prevista	Realizada	% de realização
Receita Patrimonial	1.462.603,00	2.063.790,11	141,10
Receitas de Serviços	7.404.012,00	5.505.831,76	74,36
Transferências Correntes	0,00	6.667.623,79	--
Outras Receitas Correntes	1.406.581,00	865.847,19	61,56
Receitas Correntes	10.273.196,00	15.103.092,85	147,01

Fonte: Tesouro Gerencial

NOTA 20 – Receitas de Serviços

A previsão da receita foi elaborada com base em dados dos anos anteriores. Ao longo do exercício de 2018, efetua-se o acompanhamento do desenvolvimento da realização da receita e, trimestralmente, faz-se a reestimativa, atualizando a previsão. No exercício de 2018, mesmo com as reestimativas, a realização foi menor que a previsão.

de Uberlândia, conforme evidenciado na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A comparação da Receita Corrente prevista com a realizada evidencia que a realização superou a previsão em 47%, que é explicada pelo remanejamento da receita de Transferência de Capital para Transferência Corrente no valor de R\$ 6.667.623,79.

Receitas de Serviços Previstas x Realizadas

R\$

Natureza da receita	Previsão Inicial	Receita Realizada	Saldo
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.549.126,00	1.457.157,96	(1.091.968,04)
Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	4.854.886,00	4.048.603,80	(806.282,20)
Outros Serviços		70,00	70,00
TOTAL	7.404.012,00	5.505.831,76	(1.898.180,24)

Fonte: Tesouro Gerencial 2018



NOTA 21 – Transferências Correntes

O valor das Transferências Correntes refere-se à Transferência Corrente dos Estados, Municípios e suas entidades, sendo que o valor de R\$ 6.667.623,79 foi realizado como receita corrente e que no balanço orçamentário não há previsão para tal categoria de receita. Essas receitas foram previstas na categoria de receitas de capital no valor de R\$ 18.121.044,00.

As transferências foram efetivadas por meio do Convênio celebrado entre a Universidade Federal de Uberlândia e a Prefeitura Municipal de Uberlândia/MG via:

a) Termo de cooperação mútua – Processo 23117.023461/2018-86 – para promover o controle populacional de animais de estimação pelo método de esterilização cirúrgica no município e Uberlândia/MG, e

b) Convênio 252/2017 celebrado entre o Município de Uberlândia, a UFU e a Fundação de Assistência, Estudo e Pesquisa de Uberlândia (FAEPU) visando a integração do Hospital universitário a rede de atenção à saúde, mediante execução de ações e serviços de saúde do Pro-Hosp (Programa do Governo do Estado de Minas Gerais),

gestão, ensino, pesquisa, extensão e avaliação no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

NOTA 22 – Receita de Capital

O desempenho da receita de capital impactou significativamente o total da receita orçamentária prevista para o exercício de 2018. Da previsão total, apenas 2,61% foi realizada; tal situação se relaciona principalmente em função: (a) da estimativa de alienação de bens imóveis (R\$ 14.696.144,00) que não foi concretizada, portanto, o valor foi integralmente cancelado; (b) do remanejamento de receita no valor de R\$ 6.667.623,79 de Transferência de Capital para Transferência Corrente, e (c) do cancelamento parcial de Transferência de Capital

do saldo remanescente de R\$ 11.453.420,21.

Os R\$ 804.294,55 registrados na natureza de receita alienação de títulos mobiliários refere-se à venda de 189 ações classe PA, valor unitário R\$ 3.422,53, valor total R\$ 646.858,17, e à venda de 46 ações classe PB, valor unitário R\$ 3.522,53, valor total R\$ 157.436,38 conforme processo 23117.010877/2018-34 acessível em www.ufu.br/sei.

A receita Transferências de Capital prevista na categoria receitas de capital foi realizada na categoria receitas correntes na natureza Transferências dos Municípios e suas Entidades. Do valor previsto de R\$ 18.121.044,00, foram realizados somente R\$ 6.667.623,79 conforme Nota Explicativas 21.

Receitas de Capital por Origem e natureza – Composição

					R\$
Origem	Natureza	Previsão Inicial	Receita Realizada	Saldo	Realizada x Prevista (%)
Alienação de Bens	Alienação de Títulos Mobiliários	0,00	804.294,55	804.294,55	
	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	198.684,00	56.250,00	-142.434,00	
	Alienação de Bens Imóveis	14.696.144,00	0,00	-14.696.144,00	
Transferências de Capital	Transferências dos Estados e suas Entidades	18.121.044,00	0,00	-18.121.044,00	
		33.015.872,00	860.544,55	-32.211.577,45	2,44

Fonte: Tesouro Gerencial 2018.



NOTA 23 – Despesas Correntes

As Despesas Correntes Empenhadas permaneceram estáveis em relação a 2017, aumentando em menos de 3%, sendo responsáveis por cerca de 98% do total da Despesa Orçamentária em 2018. As Despesas Correntes foram compostas por Despesas com Pessoal e Encargos Sociais e por Outras Despesas Correntes, que representaram 73% e 25%, respectivamente, do total da Despesa Orçamentária. As Despesas com Pessoal e Encargos cresceram quase 4% em relação a 2017.

NOTA 24 – Despesas Com Pessoal e Encargos

A comparação da despesa empenhada com a despesa liquidada da rubrica Pessoal e Encargos Sociais evidencia que a totalidade da despesa liquidada não foi paga no exercício de 2018; sendo assim, foi carre-

Despesas Correntes 2018 x 2017 - Composição

	2018	2017	AH%	AV%
Despesas Correntes	1.535.799.214,99	1.494.044.118,12	2,79	98,33
Pessoal e Encargos Sociais	1.143.598.884,78	1.101.582.001,19	3,81	73,22
Aposentadorias e Pensões	344.281.134,44	314.340.098,97	9,53	22,04
Vencimentos e Vantagens Fixas	672.195.237,92	660.468.020,47	1,78	43,04
Obrigações Patronais	127.122.512,42	126.773.881,75	0,28	8,14
Outras Despesas Correntes	392.200.330,21	392.462.116,93	-0,07	25,11
Despesas de Capital	26.160.829,72	26.347.363,83	-0,71	1,67
Total	1.561.960.044,71	1.520.391.481,95	2,73	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2018.

gado o valor de R\$ 80.295.614,37 a pagar no exercício de 2019. O não pagamento da totalidade das despesas liquidadas com Pessoal e Encargos Sociais no exercício de 2018 deve-se à mudança no processamento das ordens bancárias pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN em 31/12/2018. Assim, o pagamento de parte da despesa com Pessoal e Encargos foi efetivado em 02/01/2019, quando as ordens bancárias foram emitidas.

NOTA 25 – Subtotal das Despesas

As Despesas Correntes e de Capital apresentam Dotação Atualizada menor que a Despesa Empenhada. Isso ocorre porque no Balanço Orçamentário não são incluídas as descentralizações de crédito orçamentário. Portanto, os itens suplementares incluem a dotação, as descentralizações e os créditos orçamentários.

As Descentralizações Recebidas totalizaram R\$ 193.133.990,17. As principais fontes das Descentralizações Recebidas são o Fundo Nacional de Saúde (80%), o Ministério da Educação (11%) e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (6%). Todos os recursos dessas fontes foram destinados para o Hospital de Clínicas de Uberlândia.

Despesa Liquidada x Despesa Paga – Pessoal e Encargos Sociais

	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Variação
Pessoal e Encargos Sociais	1.143.598.884,78	1.063.303.270,41	80.295.614,37

Fonte: Tesouro Gerencial 2018.



Dotação Atualizada e Descentralizações - Composição

R\$

	Dotação Atualizada (a)	Descentralização Recebida (b)	Descentralização Concedida (c)	Total Crédito Orçamentário (a + b - c)
Despesas Correntes	1.379.094.622,00	183.592.095,05	1.560.109,69	1.561.126.607,36
Pessoal e Encargos Sociais	1.165.471.648,00	0,00	749.302,00	1.164.722.346,00
Outras Despesas Correntes	213.622.974,00	183.592.095,05	810.807,69	396.404.261,36
Despesas de Capital	18.829.980,00	9.541.895,12	1.626.036,99	26.745.838,13
Investimentos	18.829.980,00	9.541.895,12	1.626.036,99	26.745.838,13
Total (II)	1.397.924.602,00	193.133.990,17	3.186.146,68	1.587.872.445,49

Fonte: Tesouro Gerencial 2018.

Total de crédito orçamentário e Despesa Empenhada

R\$

	Total Crédito Orçamentário	Despesas Empenhadas	Saldo
Despesas Correntes	1.561.126.607,36	1.535.799.214,99	25.327.392,37
Pessoal e Encargos Sociais	1.164.722.346,00	1.143.598.884,78	21.123.461,22
Outras Despesas Correntes	396.404.261,36	392.200.330,21	4.203.931,15
Despesas de Capital	26.745.838,13	26.160.829,72	585.008,41
Investimentos	26.745.838,13	26.160.829,72	585.008,41
Total (II)	1.587.872.445,49	1.561.960.044,71	25.912.400,78

Fonte: Tesouro Gerencial 2018.

Descentralização Recebida por Fontes

R\$

	Valor	AV %
Fundo Nacional de Saúde	11.533.111,72	80,07
Ministério da Educação	154.644.202,33	10,57
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	20.418.013,30	5,97
Outros	6.538.662,82	3,39
Total	193.133.990,17	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial 2018.

Déficit Orçamentário X Transferências Correntes Recebidas

R\$

	2018	2017	AH%
Receita Arrecadada (I)	15.963.637,40	14.274.945,34	11,83
Receita Corrente	15.103.092,85	9.798.285,55	54,14
Receita de Capital	860.544,55	4.476.659,79	-80,78
Despesa Empenhada (II)	1.561.960.044,71	1.520.391.481,95	2,73%
Despesa Corrente	1.535.799.214,99	1.494.044.118,12	2,79
Despesa de Capital	26.160.829,72	26.347.363,83	-0,71
Resultado Orçamentário (III = I - II)	(1.545.996.407,31)	(1.506.116.536,61)	2,65
Transferências Correntes Recebidas (Balanço Financeiro)	1.853.091.668,50	1.819.071.908,35	1,87

Fonte: Tesouro Gerencial 2018.

NOTA 26 - Deficit - Resultado

Orçamentário

O Resultado Orçamentário apresentou *déficit* no valor de R\$ 1.545.996.407,31 no exercício de 2018. A apuração desse *déficit* deve-se à forma de execução da Lei Orçamentária Anual (LOA), em que são transportadas para o Balanço Orçamentário somente as Despesas Orçamentárias. Dessa forma, as receitas demonstradas no Balanço Orçamentário referem-se apenas a receitas próprias (R\$ 15.963.637,40). Os recursos necessários para suportar as despesas fixadas (R\$ 1.561.960.044,71) são tratados como Transferências Correntes Recebidas (R\$ 1.853.091.668,50) e são evidenciados no Balanço Financeiro.



NOTA 27 – Restos A Pagar

Em 2018 a UFU pagou cerca de 64% dos Restos a pagar de exercícios anteriores, percentual equivalente a R\$ 59.773.861,93. O percentual de Restos a pagar não pagos foi 34%, aproximadamente, totalizando R\$ 32.256.346,06.

Do total dos restos a pagar não pagos, 69% (R\$ 22.228.861,85) referem-se a empenhos emitidos em favor da empresa IBEG – Engenharia e Construções Ltda. nos exercícios de 2012 e 2013. Ambas as notas de empenho foram emitidas pela unidade gestora do Hospital de Clínicas. O não pagamento dos empenhos é devido ao fato de a empresa estar em processo de recuperação judicial.

NOTA 28 – Restos a Pagar Não

Processados – RPNP

Os RPNP referem-se às despesas que, embora empenhadas no exercício corrente, não foram liquidadas (executadas) até 31 de dezembro em decorrência da não conclusão da entrega dos bens e/ou da prestação dos serviços contratados, como também da afeição ou entrega de obras no exercício.

Comparativo de Restos a Pagar

	2018	2017	AH%	AV% 2018
Inscritos	93.570.488,76	95.524.787,97	-2,05%	100,00%
Pagos	59.773.861,93	60.968.505,77	-1,96%	63,88%
Cancelados	1.538.024,76	796.068,92	93,20%	1,64%
Saldo	32.256.346,06	33.760.213,28	-4,45%	34,47%

Fonte: Tesouro Gerencial 2018.

Notas de Empenho da empresa IBEG inscritos em restos a pagar

Nota de Empenho	Empresa	Valor
2012NE800296	IBEG – Engenharia e Construções Ltda.	2.228.861,85
2013NE800257	IBEG – Engenharia e Construções Ltda.	20.000.000,00
Total		22.228.861,85

Fonte: Tesouro Gerencial 2018.

A inscrição dos empenhos em RPNP é feita em 31 de dezembro de cada exercício financeiro com base na execução orçamentária do exercício (despesas empenhadas e não liquidadas), acrescido dos RPNP transpostos inscritos em exercícios anteriores (reinscrição).

O saldo dos RPNP inscritos e reinscritos vai se reduzindo ao longo do exercício à medida em que são processados/liquidados, ficando pendente o último estágio da despesa pública, que é o pagamento.

Verifica-se que o total dos RPNP a executar no início do exercício foi de 84 milhões de reais e, no final, 32 milhões de reais; valor que será transposto para o exercício seguinte. Do total dos RPNP a executar no início do exercício, 38,36% não foram executados, 59,81% foram pagos e 1,83% foram cancelados.

Os RPNP cancelados por tipo de empenho estimativo (R\$ 1.008.766,46) e global (R\$ 355.529,86) ocorreram em virtude do valor empenhado ter excedido o mon-



Execução dos Restos a Pagar Não Processados

R\$

Despesas Orçamentárias	Reinscritos e Inscritos (a)	Liquidados (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo a pagar (e = a - c - d)
Despesas Correntes	44.775.507,43	37.641.593,19	37.548.230,97	1.357.651,21	5.869.625,25
Despesas de Capital	39.311.760,55	12.744.666,19	12.744.666,19	180.373,55	26.386.720,81
Total	84.087.267,98	50.386.259,38	50.292.897,16	1.538.024,76	32.256.346,06

Fonte: Tesouro Gerencial 2018.

RPNP cancelados por tipo de empenho e Natureza de despesa - Composição

R\$

Tipo de Empenho	Natureza de Despesa	Saldo
Estimativo	Serviço Médico Hospitalar Odontológico e Laboratoriais	498.922,02
	Locação de Mão-de-obra	88.301,52
	Passagens Para O País	80.516,62
	Restituições	59.584,82
	Bolsas de Estudo No País	51.393,22
	Demais Naturezas de despesa	230.048,26
Global	Serviços Gráficos e Editoriais	142.923,05
	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	65.438,75
	Material Hospitalar	34.893,05
	Material Farmacológico	14.596,08
	Manutenção E Conservação De Bens Imóveis	10.458,01
	Demais Naturezas de Despesa	87.220,92
Ordinário	Material Para Manutenção de Bens Imóveis Instalações	19.261,00
	Material De Expediente	18.578,31
	Locação De Imóveis	17.860,00
	Material Químico	8.782,55
	Manutenção E Conservação De Bens Imóveis	7.375,58
	Demais Naturezas de despesa	101.871,00
Total		1.538.024,76

Fonte: Tesouro Gerencial 2018.

tante da despesa realizada, uma vez que tais despesas não tem o valor de execução exato no início do exercício ou contrato. Os RPNP referentes ao tipo de empenho ordinário (R\$ 173.728,44) foram cancelados em virtude do objeto contratado não ter sido cumprido.

Do total de restos a pagar processados (re)inscritos, 0,02% foram cancelados e ocorreram em virtude do cancelamento uma reserva em hotel, de uma taxa de inscrição em simpósio e de outra taxa de registro de patente no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - Órgão 26274

BALANÇO FINANCEIRO R\$

INGRESSOS	NE	2018	2017	DISPÊNDIOS	NE	2018	2017
Receitas Orçamentárias	29	15.963.637,40	14.274.945,34	Despesas Orçamentárias	33	1.561.960.044,71	1.520.391.481,95
Ordinárias		-	-	Ordinárias		1.085.952.887,37	301.089.212,14
Vinculadas		22.826.480,94	18.412.430,17	Vinculadas		476.007.157,34	1.219.302.269,81
Alienação de Bens e Direitos		56.250,00	188.004,00	Educação		2.621.527,53	836.085.653,67
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	30	22.770.230,94	18.224.426,17	Seguridade Social (Exceto Previdência)		215.949.485,16	361.047.428,36
(-) Deduções da Receita Orçamentária	31	-6.862.843,54	-4.137.484,83	Previdência Social (RPPS)		210.005.186,02	-
				Recursos de Receitas Financeiras		642.091,61	-
				Operação de Crédito			741.916,25
				Alienação de Bens e Direitos		255.929,59	187.490,04
				Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		38.118.035,45	15.827.599,69
				Outros Recursos Vinculados a Fundos		8.414.901,98	5.412.181,80
Transferências Financeiras Recebidas		1.853.091.668,50	1.819.071.908,35	Transferências Financeiras Concedidas		304.325.661,70	315.152.190,04
Resultantes da Execução Orçamentária		1.796.181.797,63	1.755.199.997,25	Resultantes da Execução Orçamentária		298.674.099,51	306.721.157,04
Repasse Recebido		1.497.558.598,87	1.448.478.840,21	Repasse Concedido		50.264,04	
Sub-repasse Recebido		298.623.198,76	306.721.157,04	Sub-repasse Concedido		298.623.198,76	306.721.157,04
Independentes da Execução Orçamentária		56.909.870,87	63.871.911,10	Repasse Devolvido		636,71	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		55.510.829,58	62.369.089,62	Independentes da Execução Orçamentária		5.651.562,19	8.431.033,00
Movimentação de Saldos Patrimoniais		1.399.041,29	1.502.821,48	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		5.644.120,32	8.419.812,00
				Movimento de Saldos Patrimoniais		7.441,87	11.221,00
Recebimentos Extraorçamentários	32	141.857.421,44	59.776.971,86	Despesas Extraorçamentárias		60.060.847,41	60.978.035,31
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		93.230.614,41	8.782.123,70	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		9.480.964,77	12.558.048,89
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		48.405.160,79	51.028.151,78	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		50.292.897,16	48.410.456,88
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		220.373,51	-33.303,62	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		283.414,83	9.529,54
Outros Recebimentos Extraorçamentários		1.272,73	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários		3.570,65	-
Arrecadação de Outra Unidade		1.272,73		Demais Pagamentos		3.570,65	
Saldo do Exercício Anterior		23.699.007,30	27.096.889,05	Saldo para o Exercício Seguinte	34	108.265.180,82	23.699.007,30
Caixa e Equivalentes de Caixa		23.699.007,30	27.096.889,05	Caixa e Equivalentes de Caixa		108.265.180,82	23.699.007,30
TOTAL		2.034.611.734,64	1.920.220.714,60	TOTAL		2.034.611.734,64	1.920.220.714,60



NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 29 – Receitas orçamentárias

As receitas orçamentárias são realizadas por destinação de recurso, sendo classificadas em: Destinação Ordinária, que é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades; e Destinação Vinculada, que é o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela legislação.

NOTA 30 – Outros recursos vinculados a Órgãos e Programas

Do total das receitas vinculadas (R\$ 22.770.230,94), 30,06% foi deduzido, perfazendo assim uma receita líquida de R\$15.963.637,40. A espécie de receita Transferência dos Municípios e de suas entidades aparece duas vezes; isso ocorre porque o valor de R\$ 6.617.623,79 foi classificado erroneamente no momento da transferência, conforme Notas 3 e 4 do Balanço Orçamentário, assim o referido valor foi deduzido com a retificação da receita.

Outros recursos vinculados a Órgãos e Programas

				R\$
Espécie da Receita	31/12/2018	31/12/2017	AH %	AV %
Transferência dos Municípios e de suas entidades	6.667.623,79	0,00	-	29,28
Valores mobiliários	1.720.898,75	1.998.960,16	-13,91	7,56
Exploração patrimônio imobiliário do estado	282.634,77	307.011,83	-7,94	1,24
Valores mobiliários	60.256,59	53.011,77	13,67	0,26
Serviços administrativos e comerciais gerais	5.511.931,00	6.992.362,15	-21,17	24,21
Outros serviços	70,00	87,00	-19,54	-
Multas administrativos, contratuais e judiciais	27.354,23	52.294,20	-47,69	0,12
Indenizações, restituições e ressarcimentos	1.077.543,47	413.387,48	160,66	4,73
Transferência dos Municípios e de suas entidades	6.617.623,79	8.377.311,58	-21,01	29,06
Alienação de bens moveis	804.294,55	0,00	-	3,53
Exploração patrimônio imobiliário do estado-intra	0,00	30.000,00	-	-
TOTAL	22.770.230,94	18.224.426,17	24,94	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2018.

NOTA 31 – Deduções da Receita Orçamentária por Origem

Dentre os tipos de deduções, a mais expressiva são as retificações. Elas ocorrem quando por algum erro a receita é arrecadada no código de recolhimento errado, assim, para a correta representação e segregação entre as receitas correntes e de capital, a retificação é feita.



Deduções da Receita Orçamentária por Origem

R\$

Espécie da Receita	31/12/2018	31/12/2017	AH %	AV % 2018
Serviços administrativos e comerciais gerais	6.169,24	11.039,02	-44,11	0,09
Multas administrativos, contratuais e judiciais	1.400,00	20.908,02	-93,30	0,02
Indenizações, restituições e ressarcimentos	237.650,51	16.882,00	1.307,72	3,46
Transferências dos municípios e de suas entidades	6.617.623,79	4.088.655,79	61,85	96,43
TOTAL	6.862.843,54	4.137.484,83	65,87	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2018.

Dedução da Receita Orçamentária por tipo de deduções 2018

R\$

Espécie de Receita	Restituições	Retificações	Outras deduções	TOTAL
Serviços administrativos e comerciais gerais	179,14	0,00	0,00	179,14
Inscrições em concursos e processo seletivo	5.990,00	0,000	0,10	5.990,10
Indenizações, restituições e ressarcimentos	0,00	237.650,51	0,00	237.650,51
Transferências dos municípios e de suas entidades	0,00	6.617.623,79	0,00	6.617.623,79
Multas e juros previstos em contrato	0,00	1.400,00	0,00	0,00
TOTAL	6.169,14	6.856.674,30	0,10	6.862.843,54

Fonte: Tesouro Gerencial 2018.

NOTA 32 - Recebimentos

Extraorçamentários

Este grupo traz a dinâmica da inscrição dos restos a pagar processados e não processados.

Em 2018, a inscrição dos restos a pagar processados foi de R\$ 93.230.614,41, ao passo que, em 2017, foi de R\$ 8.782.123,70. Cabe ressaltar que esse aumento se deve aos empenhos da folha de

pagamento do mês de dezembro/2018, no valor de R\$ 85.615.594,59, que, no fechamento do exercício, ficaram em Restos

a Pagar Processados Inscritos em virtude das ordens bancárias terem sido emitidas em 02/01/2019.

Recebimentos Extraorçamentários - Composição

R\$

	2018	2017	AH%	AV%
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	93.230.614,41	8.782.123,70	961,60	65,72
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	48.405.160,79	51.028.151,78	-5,14	34,12
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	220.373,51	-33.303,62	-761,71	0,16
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.272,73	--	--	--
Recebimentos Extraorçamentários	141.857.421,44	59.776.971,86	137,31	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2018.



NOTA 33 – Despesas Orçamentárias

Ordinárias e Vinculadas

A classificação da Despesa Orçamentária entre Ordinária e Vinculada tem por objetivo identificar as fontes de financiamento dos gastos públicos, ou seja, origem dos recursos que estão sendo utilizados.

Na comparação entre 2018 e 2017, observou-se um aumento significativo nas despesas orçamentárias ordinárias e uma queda expressiva nas vinculadas. A justifi-

Despesa Orçamentária – Composição

	2018	2017	AH%	AV%
Ordinárias	1.085.952.887,37	301.089.212,14	260,67	69,53
Vinculadas	476.007.157,34	1.219.302.269,81	-60,96	30,47
Total	1.561.960.044,71	1.520.391.481,95	2,73	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2018.

cativa é que, em 2017, a principal fonte de recursos para o financiamento dos gastos era a “Recursos Destinados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino”, ou seja,

um recurso vinculado à educação, ao passo que, em 2018, essa fonte foi substituída pela “Recursos Ordinários”.

NOTA 34 – Saldo para o Exercício

Seguinte

Esse item do Balanço Financeiro mostra o saldo de recursos de caixa. Em 2018 o saldo final foi R\$ 108.265.180,82, ao passo que em 2017 foi de R\$ 23.699.007,30, esse valor elevado em caixa e equivalente deve-se ao fato de a Universidade Federal de Uberlândia ter recebido R\$ 85.615.594,59

Saldo para o exercício seguinte

	2018	2017	Variação	AH%
Caixa e Equivalentes de Caixa	108.265.180,82	23.699.007,30	84.566.173,22	356,83

Fonte: Tesouro Gerencial 2018.

para pagamento da folha de pessoal de dezembro/2018, mas, devido à mudança na execução das ordens bancárias, o saldo per-

maneceu em caixa até 02/01/2019, data que as ordens bancárias foram geradas e enviadas aos bancos.



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - Órgão 26274

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA R\$

ESPECIFICAÇÕES	NE	2018	2017	ESPECIFICAÇÕES	NE	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	35	106.660.102,18	24.290.506,61	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	36	-22.093.928,66	-31.977.044,15
INGRESSOS		1.868.416.407,59	1.828.836.890,28	INGRESSOS		860.544,55	188.004,00
Receitas Derivadas e Originárias		8.435.469,06	9.798.285,55	Alienação de Bens		860.544,55	188.004,00
Receita Patrimonial		342.891,36	390.023,60	DESEMBOLSOS		-22.954.473,21	-32.165.048,15
Receita de Serviços		5.505.831,76	6.981.410,13	Aquisição de Ativo Não Circulante		-21.909.503,83	-27.354.869,02
Remuneração das Disponibilidades		1.720.898,75	1.998.960,16	Outros Desembolsos de Investimentos		-1.044.969,38	-4.810.179,13
Outras Receitas Derivadas e Originárias		865.847,19	427.891,66				
Transferências Correntes Recebidas		6.667.623,79	-	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	37	-	4.288.655,79
Intergovernamentais		6.667.623,79	-	INGRESSOS		-	4.288.655,79
Dos Municípios		6.667.623,79	-	Transferências de Capital Recebidas		-	4.288.655,79
Outros Ingressos das Operações		1.853.313.314,74	1.819.038.604,73	Intergovernamentais		-	4.288.655,79
Ingressos Extraorçamentários		220.373,51	-33.303,62	Dos Municípios		-	4.288.655,79
Transferências Financeiras Recebidas		1.853.091.668,50	1.819.071.908,35				
Arrecadação de Outra Unidade		1.272,73					
DESEMBOLSOS		-1.761.756.305,41	-1.804.546.383,67				
Pessoal e Demais Despesas		-1.320.213.881,13	-1.356.393.149,36				
Defesa Nacional		-8.380,88	-				
Previdência Social		-332.088.435,04	-314.337.225,52				
Saúde		-154.604.289,66	-149.857.725,37				
Educação		-833.212.775,55	-892.198.198,47				
Ciência e Tecnologia		-300.000,00	-				
Transferências Concedidas		-136.929.777,10	-132.991.514,73				
Intragovernamentais		-132.629.744,57	-132.914.748,38				
Outras Transferências Concedidas		-4.300.032,53	-76.766,35				
Outros Desembolsos das Operações		-304.612.647,18	-315.161.719,58				
Dispêndios Extraorçamentários		-283.414,83	-9.529,54	GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA EQUIVALENTE CAIXA	38	84.566.173,52	-3.397.881,75
Transferências Financeiras Concedidas		-304.325.661,70	-315.152.190,04	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		23.699.007,30	27.096.889,05
Demais Pagamentos		-3.570,65		CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		108.265.180,82	23.699.007



NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 35 – Fluxos de Caixa das

Atividades das Operações

Nos ingressos, as transferências correntes recebidas R\$ 6.667.623,79 tratam-se de recursos originários das transferências intergovernamentais dos Municípios, neste caso, de Uberlândia/MG, conforme Nota Explicativa 14. A ausência desse recurso no período de 2017 ocorreu em virtude da classificação errônea da receita conforme Notas Explicativas 19.

No item Desembolsos há uma saída de R\$ 8.380,88 para a função de governo Defesa Nacional, que se trata de descentralização do Ministério da Aeronáutica para pagamento de gratificação por encar-

Fluxo de caixa das atividades operacionais

R\$

Fluxos de Caixa das Atividades das Operações	2018	2017	AH %	AV %
Ingressos	1.868.416.407,59	1.828.836.890,28	2,12	1751,75
Receitas Derivadas e Originárias	8.435.469,06	9.798.285,55	-16,16	7,91
Transferências Correntes Recebidas	6.667.623,79	-		6,25
Outros Ingressos das Operações	1.853.313.314,74	1.819.038.604,73	1,85	1737,59
Desembolsos	-1.761.756.305,41	-1.804.546.383,67	-2,43	-1651,75
Pessoal e Demais Despesas	-1.320.213.881,13	-1.356.393.149,36	-2,74	-1237,78
Transferências Concedidas	-136.929.777,10	-132.991.514,73	2,88	-128,38
Outros Desembolsos das Operações	-304.612.647,18	-315.161.719,58	-3,46	-285,59
Resultado das atividades das Operações	106.660.102,18	24.290.506,61	77,23	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2018.

go de curso e concurso conforme processo 23117.065588/2018-72, acessível em www.ufu.br/sci.

Ainda neste item, a saída de R\$ 300.000,00 na função Ciência e Tecnologia trata-se de descentralização do Ministério

da Ciência e Tecnologia para as despesas do projeto “Brasil 5”. O referido valor foi repassado para a Fundação de Apoio Universitário (FAU) via contrato 049/18, conforme processo 23117.052777/2018-85 acessível em www.ufu.br/sci.

NOTA 36 – Fluxos de Caixa das

Atividades de Investimentos

O resultado negativo das atividades de investimentos deve-se, em parte, à frustração de alienação de bens imóveis (R\$ 14.696.144,00) que não foi concretizada, conforme Nota Explicativa 22.

Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos

R\$

Fluxos De Caixa Das Atividades De Investimento	2018	2017	AH %	AV %
Ingressos	860.544,55	188.004,00	357,73	-3,89
Alienação De Bens	860.544,55	188.004,00	357,73	-3,89
Desembolsos	-22.954.473,21	-32.165.048,15	-28,64	103,89
Aquisição De Ativo Não Circulante	-21.909.503,83	-27.354.869,02	-19,91	99,17
Outros Desembolsos De Investimentos	-1.044.969,38	-4.810.179,13	-78,28	4,73
Resultado das Atividades de Investimento	-22.093.928,66	-31.977.044,15	-30,91	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2018.



NOTA 37 – Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento

No exercício de 2018 não houve fluxo de caixa das atividades de financiamento. O fluxo de 2017 trata das transferências do Convênio celebrado entre a Universidade Federal de Uberlândia – UFU e a Prefeitura Municipal de Uberlândia/MG por meio do Termo de Cooperação mútua e do Convênio 252/2017. Em 2017 essa transferência estava classificada erroneamente como receitas de capital, por isso ela está apresentada no fluxo de financiamento. Em 2018 tal classificação foi corrigida para receitas correntes, passando a ser apresentada no fluxo das atividades das operações no item Transferências Correntes Recebidas intergovernamentais dos Municípios.

Nota 38 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Dentre as atividades, as operacionais foram as que contribuíram positivamente com cerca de 106 milhões de reais para a geração líquida de caixa no período. As atividades de investimentos contribuíram negativamente com cerca de 22 milhões de reais e as atividades de financiamento não contribuíram.

No final do exercício de 2018, observou-se um saldo positivo de R\$84.566.173,52 (106.660.102,18 – 22.093.928,66) que somado ao Caixa inicial (R\$ 23.699.007,30) totaliza R\$108.265.180,82 como Caixa e Equivalente a ser levado ao ativo circulante para o próximo período. 

7

Outras informações relevantes

TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

No exercício de 2018, a UFU não recebeu Relatório de Auditoria da Controladoria Geral da União (CGU); contudo, foram apresentadas e monitoradas pelo Sistema Monitor da CGU um total de 87 recomendações durante o exercício, advindo de um total de 10 Relatórios de Auditoria que se encontram em monitoramento, sendo 53 recomendações da UG 154043 – UFU (30 em monitoramento, 4 atendidas e 19 canceladas) e 34 da UG 150233 – HCU (22 em monitoramento, 8 atendidas, 1 cancelada e 3 não monitoradas). Segundo dados extraídos do Sistema Monitor da CGU, destacamos 20 recomendações canceladas (19 da UFU e 1

do HCU). Conforme o referido sistema, a última manifestação dessas recomendações foi realizada pela CGU com o devido encaminhamento para a Corregedoria Geral da União.

Pontua-se ainda que o monitoramento constante da execução das recomendações tem auxiliado na identificação tempestiva de eventuais inconformidades. No tocante às recomendações advindas dos relatórios dos órgãos de controle – Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria-Geral da União, é atribuição da Auditoria Geral (AUDIT) da UFU realizar o acompanhamento das suas implementações junto às unidades setoriais da UFU, de forma que as soluções para as eventuais falhas, impropriedades ou irregularidades sejam efetivadas/acatadas. Assim, o procedimento de monitoramento foi realizado no decorrer do exercício de





2018 com acesso diário ao Sistema Monitor da CGU, de forma a averiguar se novas recomendações foram encaminhadas à UFU/HCU. Uma vez identificado o recebimento de recomendações, a AUDIT elabora um “Comunicado de Auditoria”, que destaca quais são áreas responsáveis pelas respostas de cada recomendação/constatação e o prazo que cada área tem para encaminhamento da resposta via Sistema Monitor. A AUDIT passa, a partir do envio dos seus comunicados, a monitorar os prazos de envio dessas respostas para Auditoria Geral, que é o setor responsável por proceder o encaminhamento final de cada resposta para a CGU. Vale considerar que todas as respostas encaminhadas para os órgãos de controle foram formuladas pelas áreas responsáveis. No in-

tervalo entre recebimento do despacho e o encaminhamento final das respostas aos órgãos de controle, a AUDIT ainda monitora os prazos de atendimento das demandas da CGU e TCU. Paralelamente, a Auditoria realiza o acompanhamento e monitoramento do PPP – Plano de Providências Permanente, via SEI – Sistema Eletrônico de Informações, mantendo-o atualizado com as devidas providências assumidas pelas unidades administrativas da UFU, a fim de que o desempenho e a conformidade dos atos de gestão sejam acompanhados de forma sistêmica. A AUDIT é a encarregada de acompanhar e monitorar todo o procedimento de implementação das recomendações, orientando e dando consultoria para as áreas sobre os assuntos demandados. Com a implantação

do SEI na Universidade, a Auditoria Geral, a partir do recebimento de ofícios oriundos da CGU, cria um processo no SEI e, então, a alta administração encarrega-se de fazer os despachos iniciais para que as áreas responsáveis adotem providências sobre essas recomendações, com o acompanhamento da Auditoria. Vale mencionar que as recomendações emanadas da Controladoria Geral da União, do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Auditoria Geral desta Universidade muito contribuíram para a melhoria contínua da gestão e adequação de processos internos, possibilitando a regularização de falhas e inconsistências. Apresentamos a seguir uma visão geral das recomendações recebidas da CGU no exercício de 2018, até o dia 31/12/18. 



Relatório/OS: 201114287 - Unidade: UFU

Constatação	Recomendação	Último histórico
Constatação 3: Servidores da Universidade Federal de Uberlândia -UFU cujo somatório de cargas horárias, nos diversos vínculos empregatícios, supera o limite legal permitido de carga horária semanal, denotando descumprimento de jornada de trabalho.	Situação: Monitorando - Recomendação: 69983 - Dar andamento e finalizar as medidas administrativas iniciadas para se apurar as situações de extrapolção das 60 horas semanais para o acúmulo de vínculos empregatícios, mediante o devido processo legal e observado o direito ao contraditório e à ampla defesa, atestando a regularidade das situações, se for o caso, dos servidores de CPF listados	Última manifestação da UFU em 17/05/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU

Relatório/OS: 201203453 - Unidade: UFU

Constatação	Recomendação	Último histórico
Constatação 8: Permanência reiterada de bens imóveis de uso especial de propriedade da União com data de avaliação expirada.	Situação: Monitorando - Recomendação: 50339 - Realizar as avaliações ou as reavaliações dos imóveis cadastrados a fim de que os valores apurados estejam em consonância com o valor justo, definido de acordo com os procedimentos previstos na Portaria STN nº 406/2011, que já estavam contidos na Portaria STN nº 664/2010, preferencialmente por meio da constituição de uma comissão de servidores do UFU para este fim, de modo a evitar a ocorrência de custos com contratação de prestadores de serviços.	Última manifestação da UFU em 09/11/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 8: Permanência reiterada de bens imóveis de uso especial de propriedade da União com data de avaliação expirada.	Situação: Monitorando - Recomendação: 50340 - Atualizar os registros no SPIUNet, a fim de que ocorra a correspondência entre os valores dos imóveis reavaliados e do Ativo Imobilizado registrados no SIAFI.	Última manifestação da UFU em 17/05/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU

Relatório/OS: 201313294 - Unidade: UFU

Constatação	Recomendação	Último histórico
Constatação 20: Falhas nos controles dos bens imóveis de uso especial sob responsabilidade da UFU, especialmente quanto ao registro dos imóveis nos sistemas informatizados e quanto aos pendentes de regularização.	Situação: Monitorando - Recomendação: 135113 - Por meio da Nota de Auditoria da CGU-R/MG nº 201313294/02, de 06/12/2013, encaminhada à Fundação Universidade Federal de Uberlândia, através do Ofício nº 37542/2013/CGUMG/CGU-PR, 10 de dezembro de 2013, foi recomendado o seguinte: - Providenciar a regularização patrimonial dos imóveis com pendências, bem como apresentar à CGU-R/MG, no próximo Plano de Providências Permanente, a relação atualizada de quais são estes bens para fins de acompanhamento dos trabalhos efetuados.	Última manifestação da UFU em 16/04/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 20: Falhas nos controles dos bens imóveis de uso especial sob responsabilidade da UFU, especialmente quanto ao registro dos imóveis nos sistemas informatizados e quanto aos pendentes de regularização.	Situação: Monitorando - Recomendação: 135114 - Por meio da Nota de Auditoria da CGU-R/MG nº 201313294/02, de 06/12/2013, encaminhada à Fundação Universidade Federal de Uberlândia, através do Ofício nº 37542/2013/CGUMG/CGU-PR, 10 de dezembro de 2013, foi recomendado o seguinte: - Efetuar o registro de todos os bens imóveis de uso especial no SpiuNet, informando à CGU-R/MG, no próximo Plano de Providências Permanente, para fins de acompanhamento, quando de sua conclusão.	Última manifestação da UFU em 17/05/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU

Relatório/OS: 201405731 - Unidade: UFU

Constatação	Recomendação	Último histórico
Constatação 2: Descumprimento do regime de dedicação exclusiva por docentes da UFU que integram o quadro societário de sociedades privadas na qualidade de sócios-administradores ou empresários individuais.	Situação: Monitorando - Recomendação: 135023 - Providenciar o ressarcimento ao erário, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, das parcelas de dedicação exclusiva pagas indevidamente aos docentes de CPFs	Última manifestação da UFU em 10/12/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU



Constatação 2: Descumprimento do regime de dedicação exclusiva por docentes da UFU que integram o quadro societário de sociedades privadas na qualidade de sócios-administradores ou empresários individuais.	Situação: Monitorando - Recomendação: 135026 - Promover, nos termos do "caput" do art. 143 da Lei nº 8.112/90, apuração de responsabilidades pelo descumprimento do regime de dedicação exclusiva pelos docentes de CPFs	Última manifestação da UFU em 10/12/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
--	---	---

Relatório/OS: 201410721 - Unidade: UFU

Constatação	Recomendação	Último histórico
Constatação 5: Ausência de parâmetros para distribuição da carga horária do docente de magistério superior entre o ensino, a pesquisa e a extensão.	Situação: Atendida - Recomendação: 144064 - Elaborar normativos diretivos e orientativos visando uma adequada distribuição da carga horária entre o ensino, a pesquisa e a extensão nas Unidades Acadêmicas.	Última manifestação da CGU em 19/02/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 5: Ausência de parâmetros para distribuição da carga horária do docente de magistério superior entre o ensino, a pesquisa e a extensão.	Situação: Monitorando - Recomendação: 144065 - Orientar as Unidades Acadêmicas a elaborarem normativos seguindo as diretrizes do Conselho Universitário para tratar das especificidades de cada área de atuação.	Última manifestação da UFU em 19/03/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 16: O Conselho Diretor da UFU não estabeleceu critérios para a vinculação temporária do regime de trabalho do docente de magistério superior de 20 horas para 40 horas sem dedicação exclusiva, objetivando a participação em outras ações de interesse institucional.	Situação: Monitorando - Recomendação: 144066 - Regulamentar as ações de interesse institucional que são passíveis de possibilitar que os docentes investidos no regime de trabalho de 20 horas possam ser temporariamente vinculados ao regime de 40 horas sem dedicação exclusiva, em observância ao disposto no inciso II, do § 3º, do art. 20, da Lei nº 12.772, de 28/12/2012.	Última manifestação da UFU em 19/03/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 15: Falta de normatização de critérios gerais para professores do magistério superior alterarem o regime de trabalho de 40 horas, com dedicação exclusiva, para 40 horas, sem dedicação exclusiva.	Situação: Monitorando - Recomendação: 144067 - Normatizar os critérios para adoção, em caráter excepcional, de regime de trabalho de professores de magistério superior que, de acordo com a conveniência da Universidade, queiram alterar o regime de trabalho de 40 horas, com dedicação exclusiva, para 40 horas, sem dedicação exclusiva, nos termos do § 1º do art. 20 da Lei nº 12.772, de 28/12/2012.	Última manifestação da UFU em 19/03/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 10: Inconsistências nos registros do Sistema de Informação para o Ensino quanto à carga horária atribuída aos docentes.	Situação: Monitorando - Recomendação: 144069 - Adotar medidas administrativas que objetivem o fidedigno registro das cargas horárias efetivamente ministradas pelos docentes para fins de controle gerencial da jornada mínima de 8 horas semanais de aulas.	Última manifestação da UFU em 30/05/18 Apresentada no Sistema Monitor da CGU .
Constatação 7: Registros de controle de cargas horárias indicam descumprimento da carga horária mínima de oito horas semanais de aulas, em desacordo com o art. 57 da Lei nº 9.394/1996.	Situação: Monitorando - Recomendação: 144072 - Aprimorar os controles internos no que tange à aprovação do plano de trabalho dos docentes e ao devido monitoramento de suas atividades, para fins de verificação do cumprimento da jornada mínima de 8 horas semanais de aulas, em cumprimento ao disposto no art. 57 da Lei nº 9.394, de 20/12/1996.	Última manifestação da UFU em 30/05/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU



Relatório/OS: 201412534 - Unidade: UFU

Constatação	Recomendação	Último histórico
Constatação 13: Falhas na celebração e na execução do Contrato nº 107/2009, decorrente da Concorrência nº 005/2009, que, rescindido ensejou a contratação da empresa Elglobal Construtora Ltda. via dispensa de licitação (Dispensa nº 827/2010: Processo nº 23117.008031/2010-87), conforme art. 24, XI da Lei nº 8.666/1993.	Situação: Atendida - Recomendação: 166543 - Autorizar o início das obras contratadas por meio da emissão da ordem de serviço após cumpridos todos os requisitos estabelecidos em edital, em especial quanto ao depósito de garantia inicial.	Última manifestação da CGU 25/10/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 40: Transgressão à jurisprudência do TCU face a utilização da unidade Verba(Vb) em planilha orçamentária relativa à Concorrência nº 005/2009 (bloco 1JCA-Moradia Estudantil), em serviços cujos materiais, mão de obra e equipamentos a serem aplicados eram tecnicamente mensuráveis.	Situação: Atendida - Recomendação: 166544 - Abster-se de indicar em orçamento de projeto básico a unidade 'vb' (verba), para os itens de serviços pertinentes às instalações elétricas, lógicas, telefônicas, hidrossanitárias e ar-condicionado, visto que não expressa a composição dos custos unitários, de modo a evitar a infringência do art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e a jurisprudência do TCU conforme o Acórdão nº 1091/2007-TCU-Plenário e o Acórdão nº 80/2010-TCU-Plenário.	Última manifestação da CGU 05/12/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 2: Ocorrência de falhas construtivas nas obras de construção dos blocos A e B, Bairro Tibery, destinados à moradia Estudantil da UFU, (remanescentes do Contrato nº 107/2009), cujos serviços já foram concluídos e as medições pagas.	Situação: Monitorando - Recomendação: 166545 - Que a contratada seja novamente instada a reparar as falhas construtivas existentes nas obras de construção do bloco 1JCA e, em caso de não atendimento, abster-se de emitir o termo de recebimento definitivo das obras, sem prejuízo na adoção das sanções contratuais cabíveis.	Última manifestação da UFU 28/12/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 7: Ocorrência de falhas construtivas nas Etapas 1, 2 e 3, referentes às obras do Bloco 5RSM, destinado a sala de aulas de uso comum, no <i>Campus</i> Santa Mônica. (remanescentes do Contrato nº 012/2009), cujos serviços já foram concluídos e as medições pagas.	Situação: Monitorando - Recomendação: 166547 - Adotar providências para que a contratada seja instada a reparar as falhas construtivas existentes nas obras de construção do bloco 5RSM e, em caso de não atendimento, abster-se de emitir o termo de recebimento definitivo das obras, sem prejuízo na adoção das sanções contratuais cabíveis.	Última manifestação da UFU 27/06/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 8: Ocorrência de falhas construtivas nas obras de construção do bloco 8CJU, destinado a sala de aulas de uso comum e anfiteatro, cujos serviços já foram concluídos e as medições pagas.	Situação: Monitorando - Recomendação: 166548 - Adotar providências para que a contratada seja instada a reparar as falhas construtivas existentes nas obras de construção do bloco 8CJU e, em caso de não atendimento, abster-se de emitir o termo de recebimento definitivo das obras, sem prejuízo na adoção das sanções contratuais cabíveis.	Última manifestação da UFU 27/06/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 9: Ocorrência de falhas construtivas nas obras de construção do bloco 1AMC, multiuso, tipo padrão, edificado em Monte Carmelo/MG, cujos serviços já foram concluídos e as medições pagas.	Situação: Monitorando - Recomendação: 166550 - Adotar providências para que a contratada seja instada a reparar as falhas construtivas existentes nas obras de construção do bloco 1AMC, em Monte Carmelo/MG e, em caso de não atendimento, abster-se de emitir o termo de recebimento definitivo das obras, sem prejuízo na adoção das sanções contratuais cabíveis.	Última manifestação da UFU 27/06/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 4: Ocorrência de falhas construtivas nas obras de ampliação do bloco 3PSM, destinado ao Centro Administrativo/ Reitoria (remanescentes do Contrato nº 001/2010), cujos serviços já foram concluídos e as medições pagas.	Situação: Monitorando - Recomendação: 166551 - Adotar providências para que a contratada seja instada a reparar as falhas construtivas existentes nas obras de construção do bloco 3PSM e, em caso de não atendimento, visto ter sido reiterado esse pedido, adote de imediato, as sanções contratuais cabíveis, comprovando a efetividade das ações adotadas.	Última manifestação da UFU 27/06/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU



Relatório/OS: 201503665 - Unidade: UFU

Constatação	Recomendação	Último histórico
Constatação 15: Processos disciplinares instaurados no âmbito da UFU não foram registrados no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD.	Situação: Atendida - Recomendação: 144104 - Orientar formalmente o Presidente da Comissão de Sindicância e Inquérito Administrativo da UFU para que sejam criadas rotinas sistematizadas no setor com a finalidade de que as informações acerca dos processos disciplinares sejam registradas e atualizadas tempestivamente no Sistema CGU-PAD, em observância ao disposto na Portaria CGU nº 1.043, de 24/07/2007.	Última Manifestação da CGU em 15/05/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 18: Atividades ou vínculos que indicam o descumprimento do regime de dedicação exclusiva por docentes lotados na Faculdade de Medicina da UFU.	Situação: Monitorando - Recomendação: 144105 - Promover, nos termos do “caput” do artigo 143 da Lei nº 8.112/1990, apuração de responsabilidades em relação aos casos que indicam o descumprimento do regime de dedicação exclusiva, pelos docentes de CPFs: ***.855.706-**, ***.277.836-**, ***.748.006-**, ***.799.841-**, ***.505.316-**, ***.857.006-**, ***.484.606-**, ***.540.456-**, ***.851.676-**, ***.058.966-**, ***.495.606-**, e ***.921.458-**.	Última Manifestação da UFU em 10/12/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 18: Atividades ou vínculos que indicam o descumprimento do regime de dedicação exclusiva por docentes lotados na Faculdade de Medicina da UFU.	Situação: Monitorando - Recomendação: 144106 - Providenciar, após o devido processo de apuração de responsabilidades, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, o ressarcimento ao erário das parcelas de dedicação exclusiva que vierem a se confirmar indevidas, em relação aos docentes identificados pelos CPFs: ***.855.706-**, ***.277.836-**, ***.748.006-**, ***.799.841-**, ***.505.316-**, ***.857.006-**, ***.484.606-**, ***.540.456-**, ***.851.676-**, ***.490.966-**, ***.056.776-**, ***.248.918-**, ***.605.668-**, ***.019.626-**, ***.058.966-**, ***.495.606-**, e ***.921.458-**.	Última Manifestação da UFU em 10/12/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 22: Ausência de laudos periciais atualizados, para amparar os pagamentos relativos ao adicional de insalubridade, no âmbito da UFU.	Situação: Monitorando - Recomendação: 144111 - Apresentar, no prazo de 60 dias, cronograma referente ao plano de ação, com vistas a refazer todos os laudos técnicos que amparam o pagamento do adicional de insalubridade dos servidores da UFU, adequando-os às exigências da ON Segep nº 06/2013, e suspender as concessões que não estiverem de acordo com a referida orientação normativa, priorizando para revisão os laudos técnicos de todos os servidores ocupantes de cargos em comissão da UFU, com atribuição de comando administrativo, bem como os laudos técnicos dos servidores que exercem atividades predominantemente administrativas.	Última Manifestação da UFU em 10/12/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 11: Falhas na administração do patrimônio imobiliário, bem como deficiências na infraestrutura e nas instalações da UFU.	Situação: Monitorando - Recomendação: 144122 - Efetuar a regularização da situação dos imóveis junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, com a respectiva emissão do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros de cada edificação sob sua responsabilidade, visando resguardar a segurança física da comunidade que transita nos seus <i>campi</i> , além do próprio patrimônio imobiliário sob sua responsabilidade.	Última Manifestação da UFU em 27/02/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 11: Falhas na administração do patrimônio imobiliário, bem como deficiências na infraestrutura e nas instalações da UFU.	Situação: Monitorando - Recomendação: 144123 - Adotar as medidas administrativas cabíveis, para obter, junto à administração municipal, “Habite-se” dos prédios edificadas nos <i>campi</i> da UFU.	Última Manifestação da UFU em 27/02/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 15: Processos disciplinares instaurados no âmbito da UFU não foram registrados no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD.	Situação: Atendida - Recomendação: 144130 - Adotar as medidas administrativas cabíveis para prover a Comissão de Sindicância e Inquérito Administrativo da UFU de quantitativo de servidores adequado para o exercício de suas atribuições.	Última Manifestação da CGU em 19/02/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 15: Processos disciplinares instaurados no âmbito da UFU não foram registrados no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD.	Situação: Atendida - Recomendação: 144104 - Orientar formalmente o Presidente da Comissão de Sindicância e Inquérito Administrativo da UFU para que sejam criadas rotinas sistematizadas no setor com a finalidade de que as informações acerca dos processos disciplinares sejam registradas e atualizadas tempestivamente no Sistema CGU-PAD, em observância ao disposto na Portaria CGU nº 1.043, de 24/07/2007.	Última Manifestação da CGU em 15/05/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 18: Atividades ou vínculos que indicam o descumprimento do regime de dedicação exclusiva por docentes lotados na Faculdade de Medicina da UFU.	Situação: Monitorando - Recomendação: 144105 - Promover, nos termos do “caput” do artigo 143 da Lei nº 8.112/1990, apuração de responsabilidades em relação aos casos que indicam o descumprimento do regime de dedicação exclusiva, pelos docentes de CPFs: ***.855.706-**, ***.277.836-**, ***.748.006-**, ***.799.841-**, ***.505.316-**, ***.857.006-**, ***.484.606-**, ***.540.456-**, ***.851.676-**, ***.490.966-**, ***.056.776-**, ***.248.918-**, ***.605.668-**, ***.019.626-**, ***.058.966-**, ***.495.606-**, e ***.921.458-**.	Última Manifestação da UFU em 10/12/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 18: Atividades ou vínculos que indicam o descumprimento do regime de dedicação exclusiva por docentes lotados na Faculdade de Medicina da UFU.	Situação: Monitorando - Recomendação: 144106 - Providenciar, após o devido processo de apuração de responsabilidades, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, o ressarcimento ao erário das parcelas de dedicação exclusiva que vierem a se confirmar indevidas, em relação aos docentes identificados pelos CPFs: ***.855.706-**, ***.277.836-**, ***.748.006-**, ***.799.841-**, ***.505.316-**, ***.857.006-**, ***.484.606-**, ***.540.456-**, ***.851.676-**, ***.490.966-**, ***.056.776-**, ***.248.918-**, ***.605.668-**, ***.019.626-**, ***.058.966-**, ***.495.606-**, e ***.921.458-**.	Última Manifestação da UFU em 10/12/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU



Relatório/OS: 201505911 - Unidade: HC-

UFU

Constatação	Recomendação	Último histórico
Constatação 9: Desatualização de normativo interno da Faepu que trata de procedimentos de seleção e contratação de fornecedores compromete a comprovação de que a entidade cumpre os princípios que regem a utilização de recursos públicos.	Situação: Monitorando - Recomendação: 175589 - Estabelecer no instrumento jurídico que formaliza os repasses de recursos do SUS firmado com a Faepu, como condição para a continuidade dos repasses, que a Fundação preveja em seu regulamento interno de aquisições e contratações o atendimento aos princípios da impessoalidade, da moralidade, da probidade, da publicidade, da transparência, da eficiência, da competitividade e outros, de tal forma que adeque o regulamento às disposições do Decreto nº 8.241/2014 ou outro que vier a lhe substituir, em especial sobre a necessidade de: realização de pesquisa de mercado anteriormente às aquisições de bens e contratações de obras e serviços, para que se estabeleçam os valores de referência; exigência de que as documentações relativas à habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira das empresas fornecedoras; divulgação da seleção pública de fornecedores em seu sítio eletrônico; realização de aquisições do fornecedor que apresentar o menor preço, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no instrumento convocatório, justificando e comprovando os casos em que essa regra não for seguida.	Última Manifestação do HC-UFU em 28/12/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 10: Descumprimento de exigências legais em contratações realizadas pela Faepu.	Situação: Monitorando - Recomendação: 175590 - Solicitar formalmente à Faepu que promova novos procedimentos para seleção e contratação de prestadores de serviços relacionados aos contratos analisados no fato.	Última Manifestação do HC-UFU em 28/12/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 4: Inconsistências no processo de contratualização do HCU pelo Gestor Municipal do SUS.	Situação: Monitorando - Recomendação: 175591 - Solicitar à Secretaria Municipal de Saúde de Uberlândia/MG a formalização de novo processo de contratualização do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia com o Sistema Único da Saúde, com foco exclusivo na prestação das ações e serviços de saúde efetivamente prestados e gerenciados pelo HCU, evitando, dessa forma, a inserção de unidades desvinculadas administrativamente da direção do Hospital, como o Hospital Odontológico, o Centro de Saúde Escola Jaraguá e o Caps Luizote de Freitas.	Última Manifestação do HC-UFU em 04/12/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 4: Inconsistências no processo de contratualização do HCU pelo Gestor Municipal do SUS.	Situação: Monitorando - Recomendação: 175592 - Envidar esforços no sentido de transferir a gestão administrativa e técnica do Centro de Saúde Escola Jaraguá e do Caps Luizote de Freitas para a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Uberlândia/MG, visto que tal entidade é responsável pela operacionalização de tais estratégias na esfera municipal, conforme definido na Política Nacional de Atenção Básica (Portaria GM/MS nº 2.488, de 21 de outubro de 2011) e na Rede de Atenção Psicossocial (Portaria GM/MS nº 1.190, de 4 de junho de 2009, e Portarias GM/MS nº 3.088 e 3.089, ambas de 23 de dezembro de 2011).	Última Manifestação do HC-UFU em 28/12/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 4: Inconsistências no processo de contratualização do HCU pelo Gestor Municipal do SUS.	Situação: Atendida - Recomendação: 175593 - Incluir, no novo instrumento de contratualização do HCU com o SUS, a previsão/estimativa da integralidade dos recursos públicos destinados ao custeio de ações e serviços de saúde realizados no Hospital, incluindo a caracterização da fonte (federal, estadual ou municipal) e da destinação, conforme determinação disposta no art. 14 da Portaria GM/MS nº 3.410, de 30 de dezembro de 2013.	Última Manifestação da CGU em 06/11/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 4: Inconsistências no processo de contratualização do HCU pelo Gestor Municipal do SUS.	Situação: Monitorando - Recomendação: 175594 - Discriminar, no novo instrumento de contratualização do HCU com o SUS, toda a estrutura física, de recursos humanos e de equipamentos e materiais disponíveis no Hospital, detalhando a parcela destes que será efetivamente aproveitada no atendimento aos usuários do SUS.	Última Manifestação do HC-UFU em 04/12/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 4: Inconsistências no processo de contratualização do HCU pelo Gestor Municipal do SUS.	Situação: Monitorando - Recomendação: 175595 - Explicitar, no novo instrumento de contratualização do HCU com o SUS, os percentuais das disponibilidades reguladas pela Secretaria Municipal de Saúde de Uberlândia/MG e pelo próprio Hospital, privilegiando mecanismos que garantam a regulação pelos sistemas municipais e estaduais de regulação no intuito de reduzir influências internas e externas no processo que gerem desrespeitos da fila estabelecida para os usuários do SUS, seguindo determinação das Portarias Interministeriais MS-MEC nº 1.006/2004 e nº 285/2015.	Última Manifestação do HC-UFU em 04/12/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 4: Inconsistências no processo de contratualização do HCU pelo Gestor Municipal do SUS.	Situação: Monitorando - Recomendação: 175596 - Inserir, no novo instrumento de contratualização do HCU da UFU com o SUS, metas e indicadores relacionados: à integração do sistema às redes de cuidado em operação no município e região; ao gerenciamento dos recursos financeiros; e à qualificação e quantificação dos serviços prestados, de forma a permitir a avaliação das áreas de assistência, gestão, ensino e pesquisa, e a apuração de resultados em termos de qualidade dos serviços prestados pelo HCU.	Última Manifestação do HC-UFU em 04/12/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU



Constatação	Recomendação	Último histórico
Constatação 13: Fragilidade jurídica do Convênio, firmado entre HCU e Faepu, que viabiliza o repasse de recursos do SUS para a Fundação.	Situação: Atendida - Recomendação: 175597 - Instituir grupo de trabalho específico formado por representantes dos entes envolvidos na gestão do HCU e, se possível, por membros dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, com o intuito de propor um novo modelo de gestão administrativa e financeira do HCU, incluindo uma avaliação conclusiva sobre a oportunidade e a conveniência da formalização de Termo de Adesão e Contrato com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) para a gestão do Hospital.	Última Manifestação da CGU em 07/11/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 14: Dicotomia público-privado com a confusão sobre a propriedade dos bens do HCU.	Situação: Monitorando - Recomendação: 175598 - Instituir grupo de trabalho específico formado por representantes dos entes envolvidos na gestão do HCU e, se possível, por membros dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, para análise das questões históricas, legais e jurídicas relacionadas à integração das antigas Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia (Emeciu) e sua então mantenedora Fundação Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia (Femeciu) à Universidade Federal de Uberlândia nos termos previstos no Decreto-Lei nº 762/1969 e na Lei nº 6.532/1978, e visando primordialmente concluir sobre o processo de incorporação dos bens patrimoniais daquelas entidades à Universidade.	Última Manifestação do HC-UFU em 28/12/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 11: Dependência da Faepu como provedora permanente ou temporária de recursos humanos para o HCU.	Situação: Atendida - Recomendação: 175599 - Suspender o processo de flexibilização para ajuste da jornada de trabalho dos servidores técnico-administrativos da UFU lotados no HCU, estabelecido na Resolução do Conselho Diretor nº 05/2016, até que sejam elaborados e aprovados os estudos de viabilidade da adoção de jornada de trabalho flexibilizada, por setor do Hospital, com relatório de atendimento comprovando a suficiência do quantitativo de servidores para desenvolvimento dos serviços e que não acarrete aumento de despesa com pagamento de horas extras nem contratação de novos servidores, mesmo que por terceirização.	Última Manifestação da CGU em 07/11/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 12: HCU não segue normativos que tratam do estabelecimento da jornada regular de trabalho e definem a necessidade de intervalo mínimo entre jornadas.	Situação: Monitorando - Recomendação: 175600 - Definir a carga horária diária de jornada regular e especial de trabalho de cada um dos servidores do HCU, em especial dos médicos, de acordo com a legislação vigente e considerando os normativos específicos das categorias funcionais.	Última Manifestação do HC-UFU em 04/12/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 12: HCU não segue normativos que tratam do estabelecimento da jornada regular de trabalho e definem a necessidade de intervalo mínimo entre jornadas.	Situação: Monitorando - Recomendação: 175601 - Definir a jornada semanal de trabalho de cada um dos servidores do HCU, em especial dos médicos, de forma que seja concedido o intervalo mínimo entre as jornadas diárias.	Última Manifestação do HC-UFU em 04/12/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 12: HCU não segue normativos que tratam do estabelecimento da jornada regular de trabalho e definem a necessidade de intervalo mínimo entre jornadas.	Situação: Monitorando - Recomendação: 175602 - Manter atualizado o registro da Carga Horária Semanal (CHS) de todos os profissionais do HCU no Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), em atendimento ao estabelecido nas Portarias SAS/MS nº 134/2011 e 118/2014.	Última Manifestação do HC-UFU em 04/12/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 5: Atrasos em repasses financeiros para o HCU.	Situação: Atendida - Recomendação: 175603 - Comunicar formalmente ao Ministério da Saúde a situação de atrasos nos repasses do SUS ao HCU e, caso tais atrasos também estejam ocorrendo em outros hospitais federais, enviar esforços no sentido de que seja feita uma representação conjunta junto ao citado Ministério.	Última Manifestação da CGU em 06/11/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 5: Atrasos em repasses financeiros para o HCU.	Situação: Monitorando - Recomendação: 175604 - Regularizar os repasses à Faepu dos recursos do Programa Melhor em Casa, em especial a partir das parcelas da competência Agosto/2016, que passaram a ser descentralizadas pelo FNS diretamente ao HCU.	Última Manifestação do HC-UFU em 04/12/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 5: Atrasos em repasses financeiros para o HCU.	Situação: Monitorando - Recomendação: 175605 - Decidir, em conjunto com a Faepu, sobre a utilização do saldo financeiro a executar do Convênio DIPOC nº 353/2007, relativo a ações do Núcleo Hospitalar de Epidemiologia.	Última Manifestação do HC-UFU em 04/12/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 6: Prestação de serviços que não deveriam estar sob a responsabilidade do HCU e com ocorrências de falta ou de atrasos recorrentes nos repasses.	Situação: Monitorando - Recomendação: 175606 - Realizar levantamento atualizado sobre o efetivo recebimento das parcelas do Piso de Atenção Básica (PAB) referentes ao exercício de 2015 e ao primeiro semestre de 2016, cobrando formalmente do Ministério da Saúde a regularização das parcelas porventura ainda pendentes.	Última Manifestação do HC-UFU em 04/12/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU



Constatação	Recomendação	Último histórico
Constatação 6: Prestação de serviços que não deveriam estar sob a responsabilidade do HCU e com ocorrências de falta ou de atrasos recorrentes nos repasses.	Situação: Monitorando - Recomendação: 175607 - Realizar levantamento atualizado sobre o efetivo recebimento das parcelas do Serviço de Verificação de Óbitos (SVO) referentes ao primeiro semestre de 2016, cobrando formalmente do Ministério da Saúde a regularização das parcelas porventura ainda pendentes.	Última Manifestação do HC-UFU em 04/12/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 6: Prestação de serviços que não deveriam estar sob a responsabilidade do HCU e com ocorrências de falta ou de atrasos recorrentes nos repasses.	Situação: Monitorando - Recomendação: 175608 - Providenciar, em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde de Uberlândia, a transferência das ações do SVO para o imóvel previsto na Resolução SES/MG nº 4.383, de 02/07/2014.	Última Manifestação do HC-UFU em 04/12/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 6: Prestação de serviços que não deveriam estar sob a responsabilidade do HCU e com ocorrências de falta ou de atrasos recorrentes nos repasses.	Situação: Monitorando - Recomendação: 175609 - Realizar gestões junto à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais para retirar o IML das dependências do Hospital, em cumprimento ao determinado no Item 9.1.5 do Acórdão TCU - Plenário nº 27/2010.	Última Manifestação do HC-UFU em 04/12/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 6: Prestação de serviços que não deveriam estar sob a responsabilidade do HCU e com ocorrências de falta ou de atrasos recorrentes nos repasses.	Situação: Monitorando - Recomendação: 175610 - Solicitar à Secretaria Municipal de Saúde de Uberlândia que providencie o repasse regular e o ressarcimento ao HCU das parcelas fixas, atualmente no valor mensal de R\$39.780,00, pelos serviços prestados no CAPS AD UFU (Luizote de Freitas).	Última Manifestação do HC-UFU em 28/12/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 7: Financiamentos inconsistentes e sem incentivos pela falta de qualificação de serviços do HCU mediante adesão às denominadas Redes de Atenção à Saúde.	Situação: Atendida - Recomendação: 175611 - Apresentar informações atualizadas sobre os esforços empreendidos pela Direção do HCU, com o apoio da Secretaria Municipal de Saúde de Uberlândia e da Secretaria de Estado de Saúde, para o credenciamento e a habilitação do HCU nas Redes Cegonha, de Resposta Hospitalar às Urgências e Emergências e de Atenção Psicossocial, objetivando qualificar os serviços prestados pelo Hospital.	Última Manifestação da CGU em 06/11/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 13: Fragilidade jurídica do Convênio, firmado entre HCU e Faepu, que viabiliza o repasse de recursos do SUS para a Fundação.	Situação: Atendida - Recomendação: 175612 - Elaborar novo modelo de instrumento para regulamentar, em caráter transitório, a relação entre o HCU e a Faepu em termos legais e jurídicos, restringindo o objeto aos serviços efetivamente prestados pela Fundação e contemplando, necessariamente, os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, a quantificação e qualificação dos recursos financeiros envolvidos, o estabelecimento de metas e indicadores com efeitos sobre o repasse financeiro e a identificação, destinação, responsabilidades e condições de aproveitamento e utilização dos bens móveis e imóveis disponibilizados ao HCU pela Faepu.	Última Manifestação da CGU em 07/11/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 12: HCU não segue normativos que tratam do estabelecimento da jornada regular de trabalho e definem a necessidade de intervalo mínimo entre jornadas.	Situação: Atendida - Recomendação: 175613 - Elaborar novos normativos internos sobre frequência e jornada de trabalho, visando em especial orientar e capacitar as chefias das unidades do Hospital quanto à formação das escalas de trabalho.	Última Manifestação da CGU em 07/11/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU

Relatório/OS: 201603298 - Unidade: HC-UFU

Constatação	Recomendação	Último histórico
Constatação 7: Empresa contratada para a execução da obra de construção do Bloco 8DJU do Hospital das Clínicas concomitantemente à elaboração do projeto básico da superestrutura e das instalações complementares.	Situação: Não Monitorada - Recomendação: 176188 - Aprimorar o processo de planejamento das obras envolvendo todos os setores técnicos responsáveis, a fim de minimizar a necessidade de efetuar modificações nos objetos contratuais e de conferir racionalidade e qualidade aos processos construtivos.	Última Manifestação da CGU em 21/06/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 3: Falhas estruturais na execução da obra de construção do Bloco 8DJU do Hospital das Clínicas.	Situação: Monitorando - Recomendação: 176189 - Determinar que todos os setores técnicos responsáveis se certifiquem de que os serviços executados pela empresa contratada para corrigir as falhas estruturais apontadas tenham qualidade e proporcionem segurança à estrutura.	Última Manifestação do HC-UFU em 20/07/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU



Constatação	Recomendação	Último histórico
Constatação 5: Superfaturamento no valor de R\$ 1.556.860,23 e prejuízo potencial no valor de R\$ 1.428.283,34 na obra de construção Bloco 8DJU do Hospital das Clínicas	Situação: Monitorando - Recomendação: 176191 - Providenciar a alteração do Contrato nº 041/2011 para que seu valor global seja reduzido em R\$ 2.985.143,57, referente ao sobrepreço apurado, adotando-se nas próximas medições os valores unitários ajustados.	Última Manifestação do HC-UFU em 20/07/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 5: Superfaturamento no valor de R\$ 1.556.860,23 e prejuízo potencial no valor de R\$ 1.428.283,34 na obra de construção Bloco 8DJU do Hospital das Clínicas	Situação: Monitorando - Recomendação: 176192 - Apresentar uma avaliação contendo a análise da viabilidade de se descontar nas próximas faturas do Contrato nº 041/2011 o valor de R\$ 1.556.860,23, referente ao superfaturamento apurado.	Última Manifestação do HC-UFU em 20/07/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 6: Omissão na instalação de grupos geradores imprescindíveis ao funcionamento do Hospital das Clínicas, cuja aquisição antecipada causou prejuízo financeiro de R\$ 672.995,94.	Situação: Monitorando - Recomendação: 176193 - Providenciar a imediata instalação e colocação em operação dos quatro grupos geradores, a fim de suprir a urgente demanda de energia elétrica detectada pela Diretoria de Infraestrutura da Universidade em outubro de 2013. Caso a referida instalação não ocorra no prazo de noventa dias, promover ações com vistas ao ressarcimento do valor de R\$672.995,94 (data-base de dezembro de 2016), devidamente atualizado, relativo ao custo de oportunidade pela não instalação e colocação em operação dos grupos geradores adquiridos em dezembro de 2013.	Última Manifestação do HC-UFU em 20/07/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 7: Empresa contratada para a execução da obra de construção do Bloco 8DJU do Hospital das Clínicas concomitantemente à elaboração do projeto básico da superestrutura e das instalações complementares.	Situação: Não Monitorada - Recomendação: 176196 - Aprimorar o processo de acompanhamento contratual envolvendo todos os setores técnicos responsáveis, a fim de evitar que os contratos para a execução das obras sejam aditivados visando a alteração dos projetos básicos, caso haja necessidade de efetuar modificações nos objetos contratuais.	Última Manifestação da CGU em 21/06/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 2: Licitação para a construção do Bloco 8DJU do Hospital das Clínicas com base em projeto básico inadequado, causando vários problemas na execução contratual.	Situação: Não Monitorada - Recomendação: 176197 - Orientar formalmente os setores responsáveis pela execução de obras de infraestrutura para que em caso de eventuais alterações nos projetos básicos, que modifiquem substancialmente o objeto licitado, seja realizado novo procedimento licitatório.	Última Manifestação da CGU em 21/06/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 2: Licitação para a construção do Bloco 8DJU do Hospital das Clínicas com base em projeto básico inadequado, causando vários problemas na execução contratual.	Situação: Atendida - Recomendação: 176198 - Apurar nos termos do art. 143 da Lei nº 8.112/1990, os fatos e responsabilidades relacionados à decisão administrativa de modificação do objeto licitado, sem a realização de novo procedimento licitatório.	Última Manifestação da CGU em 28/03/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU

Relatório/OS: 201700860 - Unidade: UFU

Constatação	Recomendação	Último histórico
Constatação 1: Servidores da UFU com ocorrências de vínculos que indicam extrapolação de carga horária semanal, descumprimento do regime de dedicação exclusiva e atuação como sócios-administradores de empresas.	Situação: Monitorando - Recomendação: 173990 - Promover, nos termos do "caput" do artigo 143 da Lei nº 8.112/90, a apuração de responsabilidades dos indícios de acumulação de cargos públicos com extrapolação da carga horária semanal de 60 horas pelos servidores de CPFs nº ***.420.206-**, ***.147.448-**, ***.189.246-** e ***.562.526-**.	Última manifestação da UFU 09/11/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 1: Servidores da UFU com ocorrências de vínculos que indicam extrapolação de carga horária semanal, descumprimento do regime de dedicação exclusiva e atuação como sócios-administradores de empresas.	Situação: Monitorando - Recomendação: 173991 - Promover, nos termos do "caput" do artigo 143 da Lei nº 8.112/90, a apuração dos indícios de atuação como sócios-administradores de empresas dos servidores de CPFs nº ***.635.396-**, ***.090.276-**, ***.582.216-**, ***.706.306-**, ***.107.726-**, ***.754.246-**, ***.686.340-**, ***.201.248-**, ***.684.016-**, ***.000.856-*, ***.267.716-**, ***.147.448-**, ***.691.926-**, ***.628.616-** e ***.426.596-**.	Última manifestação da UFU 10/12/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU



Constatação	Recomendação	Último histórico
Constatação 1: Servidores da UFU com ocorrências de vínculos que indicam extrapolação de carga horária semanal, descumprimento do regime de dedicação exclusiva e atuação como sócios-administradores de empresas.	Situação: Monitorando - Recomendação: 173992 - Promover, nos termos do "caput" do artigo 143 da Lei nº 8.112/90, a apuração dos indícios de descumprimento do regime de dedicação exclusiva dos servidores de CPFs nº ***.280.866-**, ***.362.628-**, ***.872.796-**, ***.056.776-**, ***.877.239-**, ***.514.456-** e ***.479.006-**.	Última manifestação da UFU 10/12/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 2: Concessão da vantagem Retribuição por Titulação sem respaldo do diploma.	Situação: Monitorando - Recomendação: 173993 - Apresentar, no prazo de 30 dias, a cópia dos diplomas que comprove a titulação dos servidores de CPFs nº ***.080.716-**, ***.938.516-**, ***.506.196-**, ***.479.006-**, ***.660.081-**, ***.784.656-**, ***.207.038-**, ***.735.541-**, ***.485.196-**, ***.004.236-**, ***.869.238-**, ***.299.736-**, ***.718.316-**, ***.798.466-**, ***.368.096-**, ***.062.576-**, ***.033.078-**, ***.733.626-** e ***.203.846-**, suspendendo o pagamento nos casos de não apresentação dos títulos.	Última manifestação da UFU 11/12/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 19: Inexecução do acompanhamento das metas do Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão da UFU no exercício de 2016.	Situação: Monitorando - Recomendação: 173995 - Desenvolver mecanismos de acompanhamento da execução do Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão, tais como indicadores monitoráveis, de forma que a avaliação, revisão e conclusões quanto ao cumprimento das metas seja apresentado em tempo hábil para exame e apreciação pelo Conselho Universitário, cumprindo seu papel como ferramenta de gestão, bem como essas informações possam ser utilizadas na elaboração do Relatório de Gestão, que compõe a prestação de contas apresentada anualmente pela UFU ao TCU.	Última manifestação da UFU 02/03/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 3: Aplicação de recursos públicos em propriedade privada.	Situação: Monitorando - Recomendação: 174004 - Apresentar um estudo ou avaliação da possibilidade de incorporação dos custos de itens, nos projetos e pesquisas desenvolvidos pela Universidade nas dependências da fazenda Capim Branco, que discriminem a utilização do terreno da Fundação, inclusive com valoração de custos, permitindo, assim, que os investimentos que possam vir a ocorrer na fazenda, por parte da UFU, encontrem contrapartida na cessão do terreno, evitando futuros questionamentos sobre a conveniência de se aportar recursos públicos em propriedade privada.	Última manifestação da UFU 27/02/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU
Constatação 24: Inexistência de cláusula editalícia na contratação de "cuidador" para a Eseba.	Situação: Monitorando - Recomendação: 174005 - Verificar, nos procedimentos licitatórios, a conformidade entre os editais de licitação que pretende realizar e os contratos, independente da responsabilidade normativa da assessoria jurídica sobre a aprovação das respectivas minutas-padrão de editais e/ou contratos, aprimorando-se as rotinas de análise e verificação das etapas que compõem as contratações de bens e serviços.	Última manifestação da UFU 19/10/18. Apresentada no Sistema Monitor da CGU



Tratamento das determinações e recomendações do TCU

Durante o exercício de 2018, foram emitidos 138 acórdãos, sendo 29 de Aposentadoria, 89 de Atos de Admissão, 12 de Pensão Civil, 4 de Relatórios de Auditoria, 1 de Pessoal (Secex-Bahia) e 1 de Solicitação do Congresso Nacional. Desses 138 acórdãos, verificamos 28 determinações e 5 recomendações atendidas pela UFU. No tocante às recomendações e determinações advindas dos relatórios dos órgãos de controle – Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria-Geral da União, é atribuição da Auditoria Geral da UFU (AUDIT)

realizar o acompanhamento das suas implementações junto às unidades setoriais da Universidade, de forma que as soluções para as eventuais falhas, impropriedades ou irregularidades sejam efetivadas/acatadas. Assim, o procedimento de monitoramento realizado no decorrer do exercício de 2018 seguia a seguinte dinâmica: o dirigente máximo da instituição recebe os expedientes oriundos do TCU por ofício e despacha para a AUDIT, que elabora um memorando para as áreas envolvidas nos assuntos tratados nos acórdãos, ficando ainda encarregada de acompanhar e monitorar todo o procedimento de implementação das recomendações e/ou determinações, orientando

e dando consultoria para as áreas sobre os assuntos demandados, sendo todo o procedimento realizado via Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Vale mencionar que as recomendações e/ou determinações emanadas da Controladoria Geral da União, do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Auditoria Geral desta Universidade muito contribuíram para a melhoria contínua da gestão e adequação de processos internos, possibilitando a regularização de falhas e inconsistências.

Apresentamos nos quadros a seguir as determinações recebidas pela UFU no exercício de 2018.



Deliberações do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU			
Processo	Acórdão	Processo SEI/ UFU	Data da ciência
013.273/2009-9	13715/2018 - 1ª Câmara	23117.084865/2018-46	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			
Fundação Universidade Federal de Uberlândia.			
Descrição da determinação/recomendação			
Apreciação, para fins de registro, de pensões civis concedidas pela Universidade Federal de Uberlândia. ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em: 9.4. determinar à Fundação Universidade Federal de Uberlândia que: 9.4.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte; 9.4.2. corrija, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, o valor da rubrica alusiva à incorporação de "quintos de FC" atualmente paga à sra. Dinah Fernandes de Carvalho, utilizando, para tanto, a tabela de referência de FC adotada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, disponibilizada no sistema Siape; 9.4.3. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à sra. Dinah Fernandes de Carvalho, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação; 9.4.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação; 9.5. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos;			
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas			
Ofício nº 11/2019/PROGEP/REITO-UFU enviado ao TCU em 15/01/2019.			



Deliberações do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU			
Processo	Acórdão	Processo SEI UFU	Data da ciência
026.015/2012-9	10526/2018 - 1ª Câmara	23117.073670/2018-71	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			
Fundação Universidade Federal de Uberlândia.			
Descrição da determinação/recomendação			
Ato de concessão de pensão civil emitido pela Fundação Universidade Federal de Uberlândia. ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em: 9.3. determinar à Fundação Universidade Federal de Uberlândia, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que: 9.3.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Ordinária 0009164-07.2013.4.01.3803, em curso no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e, caso venha a ser desconstituída a decisão judicial ora favorável ao beneficiário da pensão instituída pela ex-servidora Maria Rosa de Oliveira, suspenda imediatamente o pagamento decorrente da pensão em epígrafe; 9.3.2. comunique o beneficiário Murilo Oliveira Pinheiro Moraes do teor desta decisão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de ciência pelo interessado, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução TCU 170/2004;			
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas			
Ofício SEI nº 179/2018/PROGEP/REITO-UFU, enviado em 22/10/2018.			

Deliberações do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU			
Processo	Acórdão	Processo SEI UFU	Data da ciência
025.446/2018-5	9606/2018 - 1ª Câmara		
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			
Fundação Universidade Federal de Uberlândia.			
Descrição da determinação/recomendação			
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, e em fazer a determinação constante no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos: 1.1. Interessado: Ana Paula de Almeida Carvalho (063.698.356-09) 1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de Uberlândia que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) , novo ato, livre das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.			
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas			
Não foi localizado processo referente ao Acórdão. Encaminhamos consulta ao TCU para verificar se a UFU foi notificada.			



Deliberações do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU			
Processo	Acórdão	Processo SEI UFU	Data da ciência
002.618/2017-6	9468/2018 - 1ª Câmara	23117.065813/2018-71	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			
Fundação Universidade Federal de Uberlândia.			
Descrição da determinação/recomendação			
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em: 9.1. considerar legais e determinar os registros dos atos instituídos por Custódio Narciso da Fonseca, Dalmo Alves de Souza, Daniel Rezende de Carvalho, Edivaldo Gonçalves Dutra e Eliane Canedo dos Santos, respectivamente em favor de Marilda Batista da Fonseca, Eurípedes Fátima de Souza, Heloisa Maria Salgado Carvalho, Maria Helena Dutra e Ana Laura Canedo de Oliveira; 9.2. considerar ilegal e recusar registro ao ato instituído por Francisco Alves Primo em favor de Maria de Jesus Machado Cunha; 9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; 9.4. determinar à Universidade Federal de Uberlândia que: 9.4.1. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à pensionista referida no item 9.2 acima, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos; 9.4.2. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa; 9.4.3. encaminhe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que a interessada de que trata o item 9.2 teve conhecimento do acórdão; 9.5. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada.			
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas			
Ofício nº 9/2019/PROGEP/REITO-UFU encaminhado ao TCU em 11/01/2019.			

Deliberações do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU			
Processo	Acórdão	Processo SEI UFU	Data da ciência
003.932/2018-4	5011/2018 - 1ª Câmara	23117.040699/2018-76	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			
Fundação Universidade Federal de Uberlândia.			
Descrição da determinação/recomendação			
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, e determinar o destaque do ato referente ao servidor José Chaves (262.874.208-04), para cumprimento das medidas propostas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos: 1.1. Interessados: André Luiz Teles Rodrigues (321.342.746-20); Claudia Guerreiro Hugueneu (549.241.386-49); Dinomara das Dores Silva (259.906.676-04); Elaine Maria Pereira Pringolato (296.826.226-20); Eurides Bento de Andrade (351.564.656-68); João Luiz da Silva (123.454.156-49); Lilian Machado de Sá (239.621.006-87); Lucir Gonçalves de Queiroz Faria (288.908.686-00); Maria Aparecida da Silva (191.878.406-00) 1.7. Destacar o ato referente ao servidor José Chaves (262.874.208-04) para processo apartado a fim de que se seja realizada diligência à Fundação Universidade Federal de Uberlândia - UFU - para que: 1.7.1. Envie cópia do mapa de tempo de contribuição do servidor, além de cópia de eventuais certidões relativas a outros tempos averbados pelo interessado, para fins de aposentadoria; 1.7.2. Encaminhe o teor da decisão judicial proferida nos autos do processo 2007.38.03.73.286- 4, a qual determinou a contagem de 1 ano, 8 meses e 3 dias a título de "Penosidade", pelas informações extraídas do formulário de peça n.º 6, anexando, ainda, a cópia do trânsito em julgado da referida ação, se for o caso, ou informando a posição atual do processo no Poder Judiciário.			
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas			
Ofício SEI nº 196/2018/REITO-UFU enviado ao TCU em 28/06/2018.			



Deliberações do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU			
Processo	Acórdão	Processo SEI UFU	Data da ciência
002.950/1994-4	4714/2018 - 1ª Câmara	23117.039006/2018-01	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			
Fundação Universidade Federal de Uberlândia.			
Descrição da determinação/recomendação			
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX, e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em: 9.2. determinar à Universidade Federal de Uberlândia que proceda ao cadastramento do ato no sistema e-Pessoal, tendo por base as informações originais constantes da portaria de aposentação, publicada no Diário Oficial da União de 12/3/1992, e o ato de abono provisório (fl. 23, peça 1) ;			
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas			
Ofício SEI nº 203/2018/REITO-UFU enviado ao TCU em 09/07/2018.			

Deliberações do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU			
Processo	Acórdão	Processo SEI UFU	Data da ciência
006.269/2018-4	2863/2018 - 1ª Câmara	23117.032275/2018-38	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			
Fundação Universidade Federal de Uberlândia.			
Descrição da determinação/recomendação			
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, e em fazer a determinação constante no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos: 1.1. Interessada: Luciana Cristina Laureth de Jesus (112.366.566-44) 1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de Uberlândia que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC) , novo ato, livre das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.			
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas			
Ofício SEI nº 119/2018/PROGEP/REITO-UFU enviado ao TCU em 10/05/2018.			



Deliberações do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU			
Processo	Acórdão	Processo SEI UFU	Data da ciência
010.835/2014-8	1498/2018 - 1ª Câmara	23117.018858/2018-56	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			
Fundação Universidade Federal de Uberlândia.			
Descrição da determinação/recomendação			
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:			
9.3. determinar à Universidade Federal de Uberlândia providências com vistas a efetuar o desconto da dívida nos vencimentos do servidor Wisley Falco Sales, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 8.443, de 1992, observados os limites previstos na legislação pertinente;			
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas			
Ofício SEI nº 8/2018/DIRAP/PROGEP/REITO-UFU enviado ao TCU em 28/05/2018.			

Deliberações do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU			
Processo	Acórdão	Processo SEI UFU	Data da ciência
026.452/2015-4	1398/2017 - 1ª Câmara	23117.033027/2017-23; 23117.065204/2018-11	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			
Fundação Universidade Federal de Uberlândia.			
Descrição da determinação/recomendação			
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis indicados no item 1.1, dando-lhes quitação, em razão das falhas descritas no item 1.7, e em adotar as medidas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:			
1.1. Responsáveis: Elmiro Santos Resende (937.617.328-72); José Francisco Ribeiro (023.697.368-10); Marlene Marins de Camargos Borges (480.851.036-72)			
1.7. Falhas motivadoras da ressalva das contas: ausência de laudos periciais atualizados para amparar os pagamentos relativos ao adicional de insalubridade no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); descumprimento do regime de dedicação exclusiva por 17 docentes da Faculdade de Medicina da UFU, em regime de dedicação exclusiva (DE), que possuíam outros vínculos laborais ou atividade com retribuição pecuniária, em desacordo com os arts. 20, § 2º, e 21 da Lei 12.772/2012; e falta de reavaliação dos elementos patrimoniais imobiliários e de depreciação do ativo imobilizado ao final do exercício; falhas na infraestrutura e na manutenção predial da UFU e não realização de inventários dos bens imóveis para os exercícios de 2013 e 2014;			
1.8. Determinar à Universidade Federal de Uberlândia que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com a comprovação perante este Tribunal das providências adotadas:			
1.8.1. regularize a concessão do adicional de insalubridade aos servidores da UFU, em conformidade com a ON-SEGEP 6/2013, no sentido de evitar laudos desatualizados; concessão a ocupantes de função de chefia ou direção, sem amparo em laudo técnico individual; concessão do adicional, em grau máximo, sem amparo em laudo técnico que justifique o percentual; concessão a servidores que desempenham atividades predominantemente administrativas; e ainda a concessão sem amparo em laudo técnico que comprove a exposição a agentes nocivos;			
1.8.2. conclua os trabalhos de apuração do descumprimento do regime de dedicação exclusiva por docentes da Faculdade de Medicina da UFU, convocando os docentes para realizar opção entre o regime de dedicação exclusiva ou as atividades com ele conflitantes, sem prejuízo da adoção das providências necessárias à quantificação e ressarcimento dos valores indevidamente percebidos;			
1.8.3. revise o cálculo e retifique os pagamentos do adicional previsto no art. 192, I, da Lei 8.112/1990, incluído nos proventos dos 90 servidores da Universidade indicados pela CGU, a partir de 8/11/2010, à luz do entendimento exarado por esta Corte mediante o Acórdão 2.638/2015- Plenário, providenciando ainda, nesse mesmo prazo, a restituição ao erário de eventuais valores pagos indevidamente e/ou o pagamento de diferenças de valores eventualmente pagos a menor a seus servidores;			
1.8.4. revise e retifique os pagamentos do revogado art. 192, inciso II, da Lei 8.112/1990, a partir de 8/11/2010, para os 192 servidores indicados pela CGU, à luz da interpretação adotada no Acórdão 2.638/2015-TCU-Plenário, providenciando ainda, nesse mesmo prazo, a restituição ao erário de eventuais valores pagos indevidamente e/ou o pagamento de diferenças de valores eventualmente pagos a menor a seus servidores;			
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas			
Ofício SEI nº 14/2018/REITO-UFU, de 19/01/2018			



Deliberações do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU			
Processo	Acórdão	Processo SEI UFU	Data da ciência
024.824/2017-8	778/2018 - Plenário	23117.055177/2018-79	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			
Fundação Universidade Federal de Uberlândia.			
Descrição da determinação/recomendação			
Solicitação do Congresso Nacional para que o TCU realize fiscalização nos recursos do Sistema Único de Saúde aplicados no município de Uberlândia/MG, bem como nos recursos repassados ao Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia por meio do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais. ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em: 9.3. reiterar à Universidade Federal de Uberlândia, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, a determinação contida nos subitens 9.4.4 e 9.4.5 do Acórdão 706/2007-Plenário, alterado pelo Acórdão 2.662/2009-Plenário, para que, enquanto não ocorra a efetiva adesão do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HC-UFU) à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) : 9.3.1. adote as providências necessárias à assunção, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, dos contratos de natureza continuada, destinados ao atendimento de demandas da Universidade, eventualmente sob a administração da Faepu ou de outra fundação de apoio; 9.3.2. implante, no prazo de 90 (noventa) dias, sistema de aferição, a ser utilizado enquanto não implementadas plenamente as providências constantes no item anterior, que permita ao gestor identificar, quanto às receitas do SUS, quais os ajustes a serem efetuados nas parcelas a serem repassadas à Faepu, descontando-se os gastos custeados pela Universidade;			
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas			
Ofício SEI nº 248/2018/REITO-UFU, de 13/08/2018			



Deliberações do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU			
Processo	Acórdão	Processo SEI UFU	Data da ciência
017.107/2017-2	1032/2018 – Plenário	23117.035621/2018-30	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			
Fundação Universidade Federal de Uberlândia.			
Descrição da determinação/recomendação			
Auditoria realizada com o objetivo de verificar se as universidades e os institutos federais possuem mecanismos de gestão de riscos que contribuam para a boa governança e gestão das aquisições públicas. ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator: 9.1. determinar, com fundamento no inciso I do artigo 43 da Lei 8.443/1992, à Universidade Federal de Uberlândia que adote providências para: 9.1.1. realizar estudo ou avaliação acerca dos recursos humanos, materiais e financeiros necessários para garantir o pleno funcionamento e o cumprimento das atribuições da Comissão de Ética da Universidade, em atenção aos comandos do art. 8º, III, do Decreto 6.029/2007; 9.1.2. incluir as normas de ética e disciplina nos treinamentos e capacitações dos agentes públicos, em conformidade com o disposto no art. 2º, inc. II, alínea “c”, da Resolução 10/2008, da Comissão de Ética Pública da Presidência da República; 9.1.3. implementar os arranjos institucionais exigidos na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU 1/2016, relacionados à gestão de riscos, aos controles internos e à governança, compreendendo necessariamente a adoção das seguintes medidas: 9.1.3.1. regulamentar ou revisar a política de gestão de riscos da entidade, de forma a considerar, explicitamente, todos os elementos do art. 17, I, II e III da IN/MP/CGU 1/2016; 9.1.3.2. elaborar e executar plano de capacitação dos dirigentes e demais servidores em gestão de riscos; 9.1.3.3. realizar mapeamento de riscos da instituição, em conformidade com o artigo 18 da IN MP/CGU 1/2016 9.1.4. estabelecer diretrizes para o gerenciamento de riscos da área de aquisições e realizar efetiva gestão de riscos das aquisições, de forma a atender os artigos 25 a 27 da IN-MP 5/2017; 9.2. Recomendar à Universidade Federal de Uberlândia que: 9.2.1. atribua a uma ou mais áreas da organização a responsabilidade por zelar pelo cumprimento das normas de conduta; 9.2.2. implemente mecanismos de controle e monitoramento do volume de contratações diretas, tendo em vista os arts. 8º, 15 e 89, da Lei 8.666/1993; 9.2.3. adote providências para a segregação das atividades de recebimento provisório e recebimento definitivo para o Contrato 26/2017 e demais contratos firmados antes da vigência da IN- MP 5/2017, observando as diferenciações constantes do artigo 73 da Lei 8.666/1993 e, no que couber, os procedimentos previstos na IN MP 5/2017 e o previsto no item 9.1.33.1 do Acórdão 1.679/2015-Plenário; 9.2.4. realize a implantação dos arranjos institucionais previstos na IN/CGU 3/2017, referentes à avaliação e acompanhamento, pela sua Unidade de Auditoria Interna, da governança, gestão de riscos da instituição e sistema formalizado de monitoramento das recomendações, com previsão e alocação de recursos para a implantação dos arranjos no Planejamento Anual da Unidade de Auditoria Interna; 9.2.5. execute processo de planejamento das aquisições e contratações de forma integrada entre todas as unidades descentralizadas, contemplando, pelo menos: 9.2.5.1. elaboração, com participação de representantes dos diversos setores da organização, de um documento que materialize o plano de aquisições da Universidade, contemplando, para cada contratação pretendida, informações como: descrição do objeto, quantidade estimada para a contratação, valor estimado, identificação do requisitante, justificativa da necessidade, período estimado para aquisição, programa/ação suportada pela aquisição, e objetivo estratégico apoiado pela aquisição; 9.2.5.2. aprovação, pela mais alta autoridade da organização, do plano de aquisições; 9.2.5.3. divulgação do plano de aquisições na internet; 9.2.5.4. acompanhamento periódico da execução do plano, para correção de desvios; 9.3. determinar à Universidade Federal de Uberlândia, que, no prazo de 60 (sessenta dias) , encaminhe ao Tribunal plano de ação para cumprimento dos itens 9.1 e 9.2 deste acórdão, contendo, no mínimo, as medidas a serem adotadas, as unidades e os responsáveis pelas ações e o prazo previsto para implementação, justificando, se for o caso, a não adoção das recomendações contidas no item 9.2;			
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas			
Ofício SEI nº 319/2018/REITO-UFU, de 10/10/2018			



METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

A partir da publicação da Decisão Normativa-TCU nº 170/2018, foi constituída uma Comissão da Reitoria – [Portaria SEL REITO nº 1037/2018](#) – responsável por conduzir a construção do Relatório de Gestão no formato de Relato Integrado. A Comissão,

apoiada pela Diretoria de Planejamento (DIRPL) e pela Divisão de Estatísticas e Informações (DIESI) da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, contemplou áreas diversas da Instituição, em especial das Pró-Reitorias e de órgãos ligados ao Reitor, privilegiando o pensamento integrado e a contribuição de servidores com experiência em suas respectivas áreas. Durante todo o processo de construção do Relatório, a Comissão foi apoiada pela DIESI, que conso-

lidou o texto e acompanhou a legislação e a execução das etapas e prazos. Uma equipe de diagramadores ficou responsável pela construção dos infográficos e da parte estética do Relato Integrado. Vale ressaltar que a alta administração da universidade, bem como suas equipes, comprometeu-se com a construção e a avaliação do documento.

No quadro abaixo é possível visualizar o cronograma com as etapas do processo de construção do [Relatório de Gestão](#).



Cronograma das etapas para a construção do relatório integrado	MESES					
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR
Apresentação da nova estrutura do Relatório de Gestão para Administração Superior	29					
Constituição da Comissão para elaboração por meio de Portaria do Reitor	31					
Instalação da Comissão e apresentação do plano de trabalho		08				
Envio dos conteúdos do relatório para cada representante na comissão		12				
Estudo da cartilha da DN 170 e definição dos indicadores em cada área		27				
Reuniões da Comissão: definição das informações, dos indicadores e resultados relevantes que comporão o relatório			04 05 14 17 18			
Envio dos conteúdos do relatório para consolidação pela DIESI e análise da subcomissão de integração					13	
Editoração preliminar do relatório e envio aos membros da Comissão, Dirigentes Máximos, Auditoria e Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Integridade						
Capítulos 1 a 3					14	
Capítulo 4						01
Capítulos 5 e 6						07
Capítulo 7						11
Recebimento do Relatório com a manifestação do Comitê de Governança						14
Recebimento do Relatório com manifestação da Auditoria Interna						15
Envio para SEGER para designação de relator no CONDIR						15
Apreciação do relatório de Gestão pelo CONDIR						22
Editoração final do relatório e das peças da prestação de contas						27
Lançamento do Relatório no e-Contas						29

8



Declaração de integridade do Relato Integrado

A Universidade Federal de Uberlândia vem empreendendo esforços no sentido de consolidar as suas estruturas de Integridade, como pode ser observado no Plano de Integridade aprovado em novembro de 2018 pelo Comitê de Governança, Gestão de Riscos, Controles e Integridade. Adicionalmente, o referido plano foi remetido à Controladoria Geral da União, em prazo hábil.

Reconhecemos que, na preparação e apresentação desse Relatório de Gestão, apesar de ser uma primeira experiência no

novo formato, o pensamento coletivo foi aplicado por meio da atuação de uma Comissão multidisciplinar que envolveu servidores das diversas áreas da Universidade.

Por fim, declaramos que a apresentação do Relatório Integrado está em conformidade com a estrutura indicada pelo Tribunal de Contas da União.

—VALDER STEFFEN JUNIOR

Presidente do Comitê de Governança,
Gestão de Riscos, Controles e Integridade





Glossário

1. Número de cursos de graduação presenciais:

o número apresentado corresponde à denominação do curso por município, ou seja, os cursos homônimos, mas que são oferecidos em municípios diferentes, foram contados uma vez. Ressalta-se que alguns cursos são ofertados na modalidade licenciatura e/ou bacharelado e em turnos diversos.

2. Número de vagas oferecidas na graduação presencial:

a oferta de vagas para a graduação presencial é apresentada à comunidade por meio dos editais de processos seletivos para ingresso anual e/ou semestral. As vagas são oferecidas por meio dos editais do SiSU (Sistema de Seleção Unificada/Enem), do Vestibular e do Processo Seletivo de Certificação de habilidades específicas (para o Curso de Música).

3. Número de vagas oferecidas na graduação a distância:

a abertura de processos seletivos anuais para os cursos de educação

a distância (EaD) depende de liberação de recursos pela CAPES/MEC. O ingresso é feito por meio do Edital de Processo Seletivo EaD.

4. Índice de evasão: cálculo do percentual de estudantes desvinculados do curso pelo total de estudantes matriculados na graduação.

5. Índice de retenção: percentual de alunos que, apesar de esgotada a duração padrão do seu curso, permanecem matriculados.

6. Taxa de Sucesso na Graduação (TSG):

representa a relação entre o total de concluintes do ano pelos ingressantes do início do ciclo acadêmico (entende-se por ciclo acadêmico a duração padrão do curso). Para calcular o número de concluintes, a UFU contabiliza os estudantes aptos a se formarem sem contar as atividades complementares.

7. Conceito Enade dos cursos de graduação:

o Conceito Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) é calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). É um indicador de qualidade que avalia os cursos com base no desempenho dos estudantes, sendo a nota 05 o conceito máximo. A periodicidade máxima da avaliação é trienal para cada área do conhecimento.

8. Conceito CAPES dos programas de pós-graduação:

o conceito CAPES avalia a qualidade dos programas de pós-graduação, sendo 7 a nota máxima e 3 a mínima. A avaliação é quadrienal e teve sua última edição em 2017.

9. Acordo de duplo diploma:

convênio estabelecido entre universidades que permite ao estudante fazer parte do curso em uma universidade estrangeira. Finalizada a mobi-



lidade, o estudante retorna para concluir o curso na universidade de origem e recebe os diplomas de ambas as instituições.

10. Relação Aluno-Professor (RAP): indicador que demonstra a distribuição do número de alunos para cada professor. Segundo a metodologia do Tribunal de Contas da União (TCU), o índice RAP é calculado da seguinte forma: alunos de graduação em tempo integral (+) alunos de mestrado acadêmico e doutorado (+) alunos de residência médica / número de professores equivalentes (professor da graduação, dos cursos de mestrado e doutorado e da residência médica).

11. Número de obras em meio eletrônico no acervo bibliográfico: foram considerados os *e-books*, as teses e dissertações, os trabalhos de conclusão de cursos de graduação, os trabalhos de conclusão de residência médica/multiprofissional e artigos.

12. Cultivares protegidos: espécies de plantas que foram melhoradas devido à alteração ou introdução, pelo homem, de uma característica que antes não possuíam. Elas

se distinguem das outras variedades da mesma espécie de planta por sua homogeneidade, estabilidade e novidade.

13. Percentual de alunos extensionistas: expressa a porcentagem de alunos matriculados na graduação que participaram efetivamente de alguma atividade de extensão, com recebimento de certificado.

14. Índice de qualificação do corpo técnico-administrativo: afere a qualificação do servidor técnico-administrativo considerando sua titulação, sendo: técnicos com doutorado (peso 5), mestrado (peso 3), com especialização (peso 2), graduados (peso 1) e não graduados (peso 0,5).

15. Índice de qualificação do corpo docente: afere a qualificação do corpo docente levando em consideração o número de professores doutores (peso 5), número de mestres (peso 3), número de especialistas (peso 2) e número de graduados (peso 1).

16. Percentual de servidores licenciados para tratamento de saúde: mede a relação

de servidores licenciados para tratamento de saúde em relação à quantidade total de servidores.

17. Número de professores equivalentes: número de professores do magistério superior nos vínculos efetivo, contratado (ou substituto) e visitante e que atuam nos regimes de dedicação exclusiva, 40 horas e 20 horas.

18. Número de funcionários equivalentes incluindo o Hospital de Clínicas: número de funcionários, sendo os professores do ensino médio e/ou fundamental, os servidores técnicos administrativos – inclusive do Hospital de Clínicas – e os trabalhadores contratados para serviços terceirizados. Esse número leva em conta os regimes de 20, 24, 25, 30 e 40 horas.

19. Número de funcionários equivalentes excluindo o Hospital de Clínicas: número de funcionários, sendo os professores do ensino médio e/ou fundamental, os servidores técnicos administrativos – excluindo do Hospital de Clínicas – e os trabalhadores contratados para serviços terceirizados. O



número considera os regimes de 20, 24, 30 e 40 horas.

20. Índice de servidores terceirizados: relação entre a força de trabalho terceirizada da instituição e a força de trabalho da área meio da instituição.

21. Índice de investimentos em Tecnologia da Informação (TI): é a proporção dos gastos com TI dividido pelo valor total da Matriz ANDIFES recebida pela UFU no ano.

22. Percentual de atendimentos do HCU (por tipo): é calculado considerando a proporção do número total de atendimentos prestados pelo HCU.

23. Taxa de ocupação hospitalar: o indicador avalia o grau de utilização dos leitos operacionais (disponíveis para internação) no hospital. Para tanto, são utilizados o número de pacientes/dia e o número de leitos/dia em determinado período. Nesse sentido, a ocupação do hospital é mensurada pela utilização dos leitos de internação.

24. Percentual de gastos com pessoal: os gastos com pessoal abrangem os servidores ativos, inativos e pensionistas, além das sentenças judiciais e precatórios. Para o cálculo do percentual com gastos de pessoal, divide-se o total de gastos com pessoal pelo gasto total da universidade, incluindo todas as fontes e grupos de despesa.

25. Percentual de gastos com outros custeios: entende-se por recursos de custeio (correntes) aqueles aplicados nas despesas com contratos de prestação de serviços, aquisição de materiais de consumo, diárias, passagens, bolsas e benefícios aos estudantes. Para o percentual de gastos com outros custeios, foi utilizado o seguinte cálculo: gastos totais de outros custeios menos (-) benefícios, investimentos e inversões financeiras, dividindo-se o resultado pelo total de gastos da instituição (todas as fontes e grupos de despesa).

26. Percentual de gastos com investimentos: entende-se como recursos de investimentos, conhecidos como capital, os recursos aplicados no patrimônio, tais como

obras, construções, instalações e aquisição de equipamentos e materiais permanentes, que são incorporados à instituição. Para o cálculo desse percentual, utilizou-se a seguinte expressão: despesas com investimentos (+) despesas com inversões financeiras – aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização. Essa somatória foi dividida pelo gasto total da instituição.

27. Redistribuição de servidores: é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal para outro órgão ou entidade do mesmo Poder.

28. Remoção de servidores: é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.

29. Fato gerador: instrumento de garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, das verbas rescisórias, dentre outros eventos, nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra. 



CRÉDITOS

O Relatório de Gestão 2018 foi elaborado de forma conjunta por uma comissão constituída pelo Reitor e com o apoio da gestão superior e da equipe da Divisão de Estatísticas e Informações (DIESI) da Diretoria de Planejamento (DIRPL) da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD).

GESTÃO

Valder Steffen Junior
REITOR

Orlando Cesar Mantese
VICE-REITOR

Clésio Lourenço Xavier
CHEFE DE GABINETE

Armindo Quillici Neto
PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Carlos Henrique de Carvalho
**PRÓ-REITOR DE PESQUISA
E PÓS-GRADUAÇÃO**

Elaine Saraiva Calderari
**PRÓ-REITORA DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL**

Helder Eterno da Silveira
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E CULTURA

Márcio Magno Costa
PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Darizon Alves de Andrade
**PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO**

EQUIPE EXECUTORA

Adriana dos Reis Patriarca
Lucas Silva Barreto
Tainah Freitas Rosa
Taiza Rita Bertoldi Buzatto

FOTOS:

Marco Antônio Santos Cavalcanti
Milton Francisco dos Santos

REVISÃO:

Tainah Freitas Rosa

LAYOUT E DIAGRAMAÇÃO:

Eduardo Moraes Warpechowski

EQUIPE DE INTEGRAÇÃO

Adriana dos Reis Patriarca
Denilson Carrijo Ferreira
Lucas Silva Barreto
Nelson Barbosa Junior
Tainah Freitas Rosa
Taiza Rita Bertoldi Buzatto
William Rosa de Lima

COMISSÃO

Darizon Alves de Andrade (Presidente)
**PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E
ADMINISTRAÇÃO**

Odorico Coelho da Costa Neto
DIRETOR DE PLANEJAMENTO

Adriana Alves dos Santos Costa
DIRETORIA DE LOGÍSTICA

Aline de Sousa Martins
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DE MATERIAIS**

Allyne Rodrigues Ribeiro Felix
**PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL**

Denilson Carrijo Ferreira
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

Fábio Lemos da Cunha
CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Flavia Fernandes Carvalho
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

Geovane Souza Melo Junior
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
E PÓS-GRADUAÇÃO**

Helton Luiz de Oliveira
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
E PÓS-GRADUAÇÃO**

Humberto Peres de Oliveira
DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

João Martins Neto
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
E PÓS-GRADUAÇÃO**

José Magno Queiroz Luz
**DIRETORIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO**

Nelson Barbosa Junior
**DIRETORIA DE SUSTENTABILIDADE
AMBIENTAL**

Raquel Borja Peppe
DIRETORIA DE ORÇAMENTO

Ricardo de Oliveira Máximo
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Thiago Callado Kobayashi
OUVIDORIA GERAL

Thiago Gonçalves Paluma Rocha
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
E PÓS-GRADUAÇÃO**

Túlio Gonçalves Gomes
**GABINETE DO REITOR, SERVIÇO DE
INFORMAÇÃO AO CIDADÃO E COMITÊ
DE GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS,
CONTROLES E INTEGRIDADE**

Valéria de Oliveira Silva
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

William Rosa de Lima
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
FINANCEIRA**